

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

SOB O PESO DA CIDADE, O RITMO DA FESTA:

São José, o Carnaval e as tramas entre a materialidade e a imaterialidade (1930-1980)

AUTORA

Nicole de Souza Gama

ORIENTAÇÃO

Natalia Miranda Vieira-de-Araújo



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

SOB O PESO DA CIDADE, O RITMO DA FESTA:

São José, o Carnaval e as tramas entre a materialidade e a imaterialidade (1930-1980)

Trabalho de Graduação apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a conclusão do curso, sob a orientação da Professora Natália Miranda Vieira-de-Araújo.

Nicole de Souza Gama
Recife, 2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Gama, Nicole de Souza.

Sob o peso da cidade, o ritmo da festa: São José, o Carnaval e as tramas entre a materialidade e a imaterialidade (1930-1980) / Nicole de Souza Gama. - Recife, 2025.

157 p. : il., tab.

Orientador(a): Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Patrimônio Cultural. 2. Bairro de São José. 3. Carnaval. 4. Transformação Urbana. I. Vieira-de-Araújo, Natália Miranda. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

**Ao fervo das ruas de São José,
ao Recife que resiste,
e aos corações onde nossos
carnavais encontram morada.**

.agradecimentos

Agradeço eternamente a minha mãe, Rose, e ao meu pai, Douglas, por tudo. Mas obrigada, também, por me conduzirem em cada percurso e por serem os primeiros a me mostrar como eu posso ser grande, desde tão pequena. Sou imensamente grata, pai, por me colocar de pé no muro da casa do meu tio para ver o bloco passar; e, mãe, por me vestir de passista e me levar para frevar pelas ladeiras de Olinda.

À toda minha família, que me ensinou desde cedo que a verdadeira festa é estar com quem amamos, comendo comida gostosa sentada no chão da sala. Agradeço ao meu irmão, Ramon, e à minha cunhada, Bárbara, por cada sobremesa e por cada encontro cheio de saudade. À minha boadrasta, Márcia, pelos domingos de descanso e pelas ligações de afeto.

Ao meu companheiro e meu amor, Miguel, que, com muito carinho, esteve ao meu lado por horas a fio enquanto eu escrevia esse trabalho, subindo e descendo ladeira. Obrigada por me incentivar a seguir qualquer bloco e por fazer da minha vida um eterno carnaval.

Aos meus amigos, que fazem parte de mim, obrigada por partilharem, com muito amor, mudanças de percursos e destinos. À Dandara e Luiza, obrigada por estarem comigo desde os carnavais de escola, mas, principalmente, por estarem comigo durante as alegrias e aflições. À Bianca, Gaby, Ítalo, Jeceny, Mari, Pedrosa e Thiago, pelo apoio sempre eterno e por tantas histórias que seguimos contando e pulando por aí. À Davi, Edi, Felipe, Lívia Barros, Marina, Túlio e Vini, obrigada por fazerem de cada encontro (e da minha vida inteira) uma festa. Ainda, agradeço à Amanda, Ana Clara, Ana Paula, Juliana e Lívia Aina, por me mostrarem que existe carnaval fora de época do outro lado do oceano e por seguirem aqui.

Agradeço também ao meu eterno GE 03, hoje Fervo Arquitetura - Gabi, Lyvian, Marcela e Thayná -, por compartilharem cada compasso dessa festa comigo e por me ensinarem tanto. À Lyvian e à Mari, meu muito obrigada especial, por estarem em todos os percursos comigo e serem minhas irmãs do coração.

À minha orientadora, Natália, que pulou nesse bloco muito antes de mim, enxergando o potencial deste trabalho, seu suporte foi como os clarins de momo anunciando a chegada do carnaval.

À Ana Paula Cascão, por revelar a mim os diversos percursos da arquitetura e do urbanismo, além de todo o apoio neste encerramento de etapa, sigo grata por cada projeto, cada encontro e cada visita à obra.

Minha gratidão se estende a todos que colaboraram com esta pesquisa, especialmente às equipes do Paço do Frevo e da Casa do Carnaval, que foram essenciais em toda a minha andança e mantêm viva a chama e a história de nossa cultura.

À minha avó, Dodó (*in memoriam*), agradeço por ter me mostrado o castelo azul onde mora o amor. Sei, com toda a certeza, que ela adoraria dizer por aí que tem uma neta arquiteta e urbanista.

E, por fim, a todos que brincaram ao meu lado nesta estrada de frevos e descobertas – que não cabem nesta página – deixo meu mais profundo e sincero agradecimento. Não teria chegado até aqui sem tantos e, se sigo frevando nessa festa, é porque carrego vocês comigo.

Evoé!

.resumo

A transformação urbana no bairro de São José, berço do Carnaval do Recife, revela a inseparabilidade entre as dimensões materiais do patrimônio – representadas pelo tecido edificado, ruas e espaços públicos – e as práticas imateriais que definem a identidade cultural local. Entre as décadas de 1930 e 1980, a modernização e as intervenções urbanísticas reconfiguraram não apenas o espaço físico do bairro, mas também a dinâmica festiva, impactando a tradição do Carnaval de rua e o funcionamento das redes sociais que o sustentavam. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar, por meio de uma abordagem histórico-morfológica e cultural, como se estabeleceram as relações entre o patrimônio material e imaterial em São José, a partir do estudo do Carnaval e das transformações urbanas do período. Dessa forma, constatou-se que, inicialmente, o intervencionismo modernista – ao remodelar o centro urbano e "rasgar" o tecido de São José – ocasionou o esvaziamento de comunidades tradicionais e a perda da espontaneidade dos festejos. Em seguida, observou-se que o Carnaval evoluiu, transitando do modelo dirigido para um espetáculo organizado, em sintonia com os processos de verticalização e reestruturação do espaço urbano. Por fim, os esforços de protecionismo e as políticas de preservação, exemplificados pelo Plano de Preservação dos Sítios Históricos, buscaram resgatar as práticas culturais populares e restabelecer a conexão entre território e festejo, o que ressalta a necessidade de integrar, de forma efetiva, as dimensões tangível e intangível na construção da identidade local. Ainda assim, persiste o desafio de abordar de maneira indissociável a relação entre a materialidade e suas dimensões imateriais, que são intrinsecamente ligadas ao simbolismo das práticas culturais.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Bairro de São José; Carnaval; Transformação urbana.

.lista de figuras

Figura 1: A ocupação holandesa, em 1631.....	17
Figura 2: Vista da Cidade Maurícia, Frans Post, 1657.....	18
Figura 3: Ilha de Antônio Vaz, ano de 1644.	19
Figura 4: Basílica da Penha, década de 1880.....	22
Figura 5:Traçado urbano da Ilha de Antônio Vaz em 1739.	23
Figura 6: Traçado urbano da Ilha de Antônio Vaz em 1773.	24
Figura 7: Cariri, mascote do bairro de São José, em 1940.	25
Figura 8: Ribeira de São José, 1800.	26
Figura 9: Cartão postal do Pátio do Terço, pela Mission Brésilienne de Propagande.....	27
Figura 10: Rua das Calçadas, sem data informada.	29
Figura 11: Mercado de São José, em 1905.....	30
Figura 12: Cenas de Carnaval, Debret, aquarela sobre papel, 18 x 23 cm, 1823.	31
Figura 13: Entrudo por Agostini, 1882.....	33
Figura 14: Baile no Clube Internacional do Recife, 1927.	34
Figura 15: Registro sobre o Vassourinhas no Jornal do Recife, em 1 de março de 1889.	39
Figura 16: Linha do tempo com as agremiações nascidas em São José no século XIX.	39
Figura 17: Pátio do Terço. Cromolitografia de F. H. Carls. 1878.....	41
Figura 18: Beco do Marroquim no bairro de São José, em 1940.	42
Figura 19: Telhados e Igrejas do bairro de São José, em 1905.....	43
Figura 20: Zoneamento do Recife - Lei nº 1.051/1919.....	44
Figura 21: Vias com gabarito mínimo de 3 pavimentos - Lei de 1919, sobre mapa de 1932.	45
Figura 22: Desfile de troça, em 1961.	46
Figura 23: Bloco das Flores registrado no Jornal do Recife, 1922.	48
Figura 24: Linha do tempo com as agremiações nascidas em São José do século XIX ao início do século XX.	49
Figura 25: Passos do Frevo, década de 1950, por Alexandre Berzin.	50

Figura 26: Proposta de Domingos Ferreira, 1927, com destaque na Praça da Independência.....	57
Figura 27: Projeto de Melhoramentos de 1930.	58
Figura 28: Plano de Nestor de Figueiredo de 1934 sobre a planta de 1932, com os traçados propostos para dos bairros do Recife, São José, Santo Antônio e boa parte da Boa Vista.	59
Figura 29: Plano de Santo Antônio aprovado pela CPC em 1934.....	59
Figura 30: Foliões no centro do Recife, 1939.....	60
Figura 31: Criança frevando, em 1958.	62
Figura 32: Zoneamento da cidade do Recife - Decreto nº 374/1936.....	62
Figura 33: Perspectiva de estudo da Avenida Guararapes do plano da CPC de 1938.	64
Figura 34: Residências de alguns dos sócios do Bloco Carnavalesco Misto Batutas de São José, identificadas na Planta da Cidade do Recife da década de 1930.	66
Figura 35: Linha do tempo com as agremiações nascidas em São José do século XIX a 1946 (século XX).	67
Figura 36: Bloco de carnaval na Rua da Concórdia, em 1944.	68
Figura 37: Orquestra de frevo, em 1958.	69
Figura 38: Edificações protegidas pelo Dphan nos bairros de São José e Santo Antônio, em 1938.	70
Figura 39: Plano de Cintra para os bairros de São José e Santo Antônio, 1943.	71
Figura 40: Rua do Fogo, no bairro de São José, em 1940.....	72
Figura 41: Linha do tempo com os planos de reforma e instrumentos analisados, nas esferas internacionais, municipais e federais, de 1930 a 1946.	73
Figura 42: Vista aérea da Av. Dantas Barreto e esquina com a Praça do Carmo, visualizando o Edifício Igarassu (1952).....	76
Figura 43: Vista aérea da Praça da Independência e Avenida Guararapes, início da década de 1950.....	78
Figura 44: Zoneamento proposto para a área central do Recife pela Lei N 7.427 de 1961.	80
Figura 45: Igreja de São José do Ribamar e Rua São José do Ribamar, bairro de São José, em 1957.	81
Figura 46: Beco do Sirigado, bairro de São José, em 1955.	82
Figura 47: Carnaval da década de 1960.	83
Figura 48: Linha do tempo com as agremiações nascidas em São José do século XIX a 1978, no século XX.....	84
Figura 49: Passistas da G.R.E.S. Estudantes de São José, em 1961.	85
Figura 50: Abertura da Av. Dantas Barreto no bairro de São José.	86
Figura 51: Espaço de proteção do Plano de Gabaritos de 1965.....	88
Figura 52: Plano de Gabaritos de 1965.....	89

Figura 53: Bairro de São José em 1951 e 1974, respectivamente.....	90
Figura 54: Mapa dos bairros de Santo Antônio e São José, destacando a área de demolição e construção da 3ª etapa da Av. Dantas Barreto (1971-1973)...	90
Figura 55: Bairro de São José antes e depois da abertura da Av. Dantas Barreto, respectivamente.....	92
Figura 56: Linha do tempo com as agremiações que deixaram de existir e/ou mudaram de sede para fora de São José.	93
Figura 57: Antiga sede do Clube Carnavalesco Misto Prato Misterioso na Rua Imperial, bairro de São José, em 1963.....	94
Figura 58: III Baile dos Vassourinhas no Clube Português, 1975.	96
Figura 59: Linha do tempo com os planos de reforma e instrumentos analisados, nas esferas internacionais, municipais e federais, de 1930 a 1978.	97
Figura 60: Linha do tempo com os planos de reforma e instrumentos analisados, nas esferas internacionais, municipais e federais, de 1930 a 1978, correlacionada a linha do tempo do movimento das agremiações de São José.	98
Figura 61: Proposta do PPSH/RMR para São José e Santo Antônio.....	100
Figura 62: Zonas de proteção propostas pelo PPSH/RMR no centro do Recife.	101
Figura 63: Ilustração “Carnavalescos de Rua” de Wilton de Souza, 1979.	104
Figura 64: Frevioca, surgida em 1980.....	105
Figura 65: Linha do tempo com as agremiações que deixaram de existir e/ou mudaram de sede para fora de São José, incluindo o nascimento das agremiações do ano de 1979.....	105
Figura 66: Primeiro desfile do Galo da Madrugada, no bairro de São José, em 1978.	106
Figura 67: Zona de Preservação de Santo Antônio e São José - Decreto nº 11.693.	107
Figura 68: Linha do tempo com os planos de reforma e instrumentos analisados, nas esferas internacionais, municipais e federais, de 1930 a 1980, incluindo o movimento das agremiações no período analisado.	108
Figura 69: Desfile do Galo da Madrugada no Pátio do Terço, em 1980.....	109
Figura 70: Coleção de Ex-Votos no Museu de Congonhas, Minas Gerais.....	125

.lista de abreviaturas

- BNH** – Banco Nacional da Habitação
- CIAM** – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
- CNRC** – Centro Nacional de Referência Cultural
- COC** – Comissão Organizadora do Carnaval
- CPC** – Comissão do Plano da Cidade
- CPC** – Comissão Promotora do Carnaval
- DDC** – Departamento de Documentação e Cultura
- DPHAN** – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- DPPC** – Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural
- EMETUR** – Empresa Metropolitana de Turismo
- FECAPE** – Federação Carnavalesca de Pernambuco
- FIDEM** – Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife
- IAHGP** – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional
- PCH** – Programa de Cidades Históricas
- PPSH** – Plano de Preservação dos Sítios Históricos
- PPSH/RMR** – Plano de Preservação de Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife
- SPHAN** – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- UNESCO** – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
- WIC** – Companhia das Índias Ocidentais
- ZEPH** – Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico

.sumário

INTRODUÇÃO	12
.01. ORIGENS EM FESTA: o bairro de São José e o nascimento do Carnaval	16
1.1. O século XVII: a ocupação inicial da ilha de Antônio Vaz.....	17
1.2. O século XVIII: o século de ouro e a expansão da cidade do Recife.....	21
1.3. O século XIX: a modernização no Recife, do Entrudo ao Carnaval.....	26
1.4. O início do século XX: os anos de 1901 a 1929 como um prelúdio de transformações.....	41
.02. ENTRE PLANOS E PASSOS: São José e o Carnaval entre 1930 e 1980	53
2.1. 1930 a 1946: intervencionismo modernista e higienista e o Carnaval Dirigido.....	55
2.2. 1946 a 1978: consolidação do ideário modernista e o Carnaval Espetáculo.....	74
2.3. De 1978 a 1980: protecionismo, conservação e o resgate ao Carnaval Participação.....	99
.03. LEGADOS EM DISPUTA: imaterialidade e materialidade nas políticas preservacionistas dos anos 30 à contemporaneidade	111
3.1. Da década de 1930 a 1970: da criação do SPHAN a constituição do CNRC.....	112
3.2. A década de 1970: transformações urbanas e políticas de preservação no Recife.....	118
3.3. Da década de 1980 aos anos 2000: a construção do campo do patrimônio imaterial e os limites da aplicação local.....	123
3.4. Dos anos 2000 à atualidade: avanços na salvaguarda do patrimônio imaterial e seus desafios no território do frevo.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	140

.introdução

No âmbito da preservação cultural, a proteção do patrimônio, conforme delineada pelo IPHAN, engloba tanto aspectos materiais quanto imateriais. O patrimônio material é identificável por sua concretude física e mensurável, integrando-se visivelmente à estrutura da sociedade (BRITTO, 2014). Já o patrimônio imaterial diz respeito “àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios, modos de fazer; celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)” (IPHAN, 2013).

Nesse sentido, a imaterialidade é transmitida de geração para geração, constituindo um elemento fundamental da cultura popular e expressando o modo de vida de diferentes comunidades. É no patrimônio imaterial que se encontra o frevo, ritmo e dança que transcendem a simples performance musical, preservando aspectos históricos e coreográficos, fortalecendo a conexão comunitária e a identidade cultural do povo pernambucano, perpetuando-se nas festividades carnavalescas.

Diante disso, a contemporaneidade desafia a prática da preservação patrimonial ao ampliar o escopo do que deve ser preservado, abrangendo não só a materialidade, mas também os aspectos imateriais. Salvador Muñoz Viñas, em sua “Teoría Contemporánea de la Restauración” de 2003, argumenta que a conservação envolve uma “intersubjetividade”, ou seja, a negociação entre diferentes perspectivas dos envolvidos no processo de conservação, abordagem essa que reflete uma visão expandida do patrimônio, que abraça tanto os valores tangíveis quanto intangíveis, considerando estes como complementares (VIEIRA-DE-ARAÚJO e NASCIMENTO, 2012, p. 8). Esse destaque vem, na verdade, desde a Carta de Veneza, de 1964, quando esta fala na importância da significação cultural dos bens e como esses são valorizados pelas pessoas. Lembrando que o título do volume que publica os Anais da Carta de Veneza é exatamente “O monumento para o homem”, deixando claro o protagonismo da atribuição de valor por parte das pessoas (KÜHL, 2010; VIEIRA-DE-ARAÚJO e LIRA, 2020).

No Brasil, assim como no mundo, a concepção de preservar expressões culturais, como o frevo e o Carnaval, além das edificações, é relativamente recente e acompanha o desenvolvimento do conceito de patrimônio imaterial (IPHAN, 2008). Construída ao longo de 70 anos, essa ideia de bem imaterial passou por “precursores como Mário de Andrade nos anos 1930 e Aloísio Magalhães na segunda metade do século XX, a ideia de bem imaterial acompanhou, ao longo de décadas, as discussões do extinto Serviço do Patrimônio Histórico Nacional – SPHAN e do seu sucessor, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN “ (IPHAN, 2008, p. 9-10).

Ao mesmo tempo, a virada do século XX para o XXI intensificou o debate sobre as relações entre materialidade e imaterialidade. Embora as questões relativas às práticas culturais intangíveis só tenham ganhado destaque mais recentemente, o recorte temporal de 1930 a 1980, focalizado no bairro de São José, permite observar os efeitos iniciais das intervenções modernizadoras, desde as influências higienistas do Estado Novo até o surgimento de políticas protecionistas na virada dos anos 1970, voltadas à revalorização do patrimônio histórico e ao resgate “Carnaval Participação” (SANTOS, 2019).

Essas transformações evidenciam uma ruptura entre as imposições da modernização – voltadas à materialidade dos espaços – e a essência imaterial das práticas culturais. Essa tensão não deve ser interpretada como uma falha isolada, mas sim como reflexo das concepções preservacionistas da época, que, ao focarem exclusivamente nos bens tangíveis, deixavam de lado as dinâmicas sociais e culturais. Reconhecer essa tensão histórica é, portanto, essencial para compreender como o espaço urbano e as vivências culturais se entrelaçaram, moldando a identidade do bairro de São José e do Carnaval recifense.

Paralelamente, as intervenções ocorridas no centro do Recife no período, pautadas pela rigidez do traçado geométrico e pela verticalização inspirada pelos modelos modernistas e higienistas (MOREIRA, 1992), refletiram uma lógica de modernização que não considerava as dinâmicas intangíveis que sempre constituíram a “alma” do bairro e da cidade. Menezes (2015) enfatiza que essa modernização, ao favorecer demolições e reconfigurações com foco na estética monumental, contribuiu significativamente para a desintegração das redes comunitárias e o deslocamento das práticas populares – especialmente das manifestações carnavalescas espontâneas que animavam ruas e praças, as quais, como ilustra Clarice Lispector, pareciam “explicar para que tinham sido feitas” (LISPECTOR, 1971, p. 5): **para o Carnaval.**

Nesse contexto, as políticas de preservação material, inicialmente implementadas pelo SPHAN – e posteriormente pelo IPHAN –, concentraram-se na proteção de edifícios e monumentos históricos (REYNALDO, 1998), enquanto aspectos simbólicos e imateriais, essenciais para a manutenção das tradições locais, foram frequentemente negligenciados (CHUVA, 2012). Em paralelo,

como evidenciam Santos (2008) e Guillen e Silva (2018), surgiu o “Carnaval Dirigido”, um modelo que, organizado e alinhado aos interesses das elites urbanas, afastou a espontaneidade e a participação popular, evoluindo futuramente para o “Carnaval Espetáculo” (SANTOS, 2019).

Nessa perspectiva, o presente trabalho propõe uma investigação integrada, através de uma abordagem histórico-morfológica, que busca compreender como as políticas de preservação e os projetos de modernização interagiram com a expressão imaterial do Carnaval de rua. Inspirado por uma abordagem que dialoga com os debates contemporâneos acerca da inseparabilidade entre o tangível e o intangível, o estudo articula o percurso histórico transformador deste território, com o objetivo geral de analisar como se estabelecem historicamente as relações entre as dimensões materiais e imateriais do patrimônio cultural do bairro de São José, por meio do estudo do Carnaval e suas interações com o patrimônio edificado, no recorte temporal de 1930 a 1980.

Para atingir essa finalidade, os objetivos específicos consistem em: investigar a relação entre as transformações urbanas de São José e as práticas carnavalescas, evidenciando como os processos de modernização impactaram tanto o espaço físico quanto a dinâmica festiva; examinar a resistência e a adaptação das manifestações do Carnaval frente às mudanças no tecido urbano, ressaltando a interação entre o patrimônio material e as tradições imateriais que sustentam a identidade cultural local; e compreender o papel das políticas de preservação patrimonial na manutenção das práticas carnavalescas, avaliando a eficácia das ações de proteção do patrimônio, em suas dimensões material e imaterial, ao longo desse período.

Dessa forma, o trabalho se fundamenta em três capítulos que abordam: (i) a formação histórica de São José e o surgimento do festejo carnavalesco, destacando as raízes populares e a constituição do espaço urbano; (ii) o período compreendido entre 1930 e 1980, em que as intervenções urbanísticas e os processos de modernização transformaram tanto a paisagem física do bairro quanto às formas de vivência do Carnaval, evidenciando o deslocamento das práticas tradicionais; e (iii) a disputa contemporânea entre a preservação dos legados materiais e a valorização das expressões imateriais, que permanece como um desafio para a integração entre memória, identidade cultural e planejamento urbano.

No primeiro capítulo, a investigação aprofunda a análise da formação histórica do bairro de São José e do surgimento do festejo carnavalesco, destacando como as raízes populares (SILVA, 2022) e a constituição do espaço urbano foram elementos fundamentais na configuração do Carnaval, mostrando como a festa emergiu do cotidiano dos moradores e se consolidou como símbolo da memória coletiva. No segundo capítulo, concentra-se a análise do período de

1930 a 1980, evidenciando as transformações decorrentes das intervenções urbanísticas e dos processos de modernização, explorando-se como a reconfiguração da paisagem física de São José – através de demolições, verticalizações e reestruturações urbanas – impactou as tradições carnavalescas locais, provocando o deslocamento e a alteração das práticas populares que deram forma ao Carnaval de rua (REAL, 1990). Já no terceiro capítulo, o trabalho confronta a disputa contemporânea entre a preservação dos legados materiais e a valorização das manifestações imateriais, apontando para os desafios para integrar memória, identidade cultural e planejamento urbano em um cenário em constante transformação e destacando a necessidade de políticas que reconheçam a inseparabilidade entre o ambiente construído e as vivências sociais que lhe conferem significado.

A relevância deste trabalho reside na abordagem inédita que integra a análise do tangível e do intangível na formação e transformação do bairro de São José, palco emblemático do frevo e do Carnaval recifense, no período de 1930 a 1980. Enquanto estudos anteriores costumavam tratar as intervenções urbanísticas e as práticas culturais de forma isolada, este propõe uma correlação entre o Carnaval e as transformações urbanas, demonstrando como as políticas de modernização não apenas remodelaram o espaço físico, mas também impactaram profundamente as redes sociais, as memórias coletivas e as expressões culturais. Ao adotar uma perspectiva que reconhece a inseparabilidade entre o ambiente construído e as vivências culturais, é ressaltada uma especificidade fundamental: a compreensão de que a continuidade das tradições carnavalescas e do frevo depende tanto da conservação dos elementos materiais quanto do fortalecimento das dinâmicas sociais que lhes conferem significado. Assim, mesmo em um período já amplamente discutido na literatura, a inter-relação entre o Carnaval e as transformações urbanas, como proposta aqui, representa uma contribuição essencial para repensar os modelos tradicionais de preservação do patrimônio histórico.

capítulo 01

ORIGENS EM FESTA:

o bairro de São José e o
nascimento do Carnaval



Este capítulo está dividido em quatro subtópicos, com o intuito de caracterizar recortes temporais distintos, estabelecidos de forma a remontar a história do bairro de São José e do seu carnaval até o recorte de análise deste trabalho, destacando a relação de indissociabilidade entre o território e o festejo, desde a sua formação. Com base nisso, busca-se compreender a unidade entre o sítio histórico de São José e o carnaval da cidade do Recife, salientando marcos essenciais de acordo com a bibliografia adotada, guiando, dessa forma, a compreensão acerca da formação inicial do bairro e da festa.

1.1. O século XVII: a ocupação inicial da ilha de Antônio Vaz

Se iniciou, no século XVII, a história do bairro de São José, na cidade do Recife, quando a Ilha de Antônio Vaz começa a ser ocupada e expandida (MENEZES, 1988) com a construção do Convento de Santo Antônio (LEAL, 2008). Um adensamento tímido existia ao redor do convento, com pequenas residências e alguns armazéns. De 1630 a 1654, a ocupação do território foi intensificada com a invasão holandesa, que estabeleceu a sede de administração da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) no Recife, dando início a aperfeiçoamentos no porto e a um rápido processo de urbanização que consolidou o núcleo mais antigo da cidade - onde está localizado o sítio histórico de São José -.

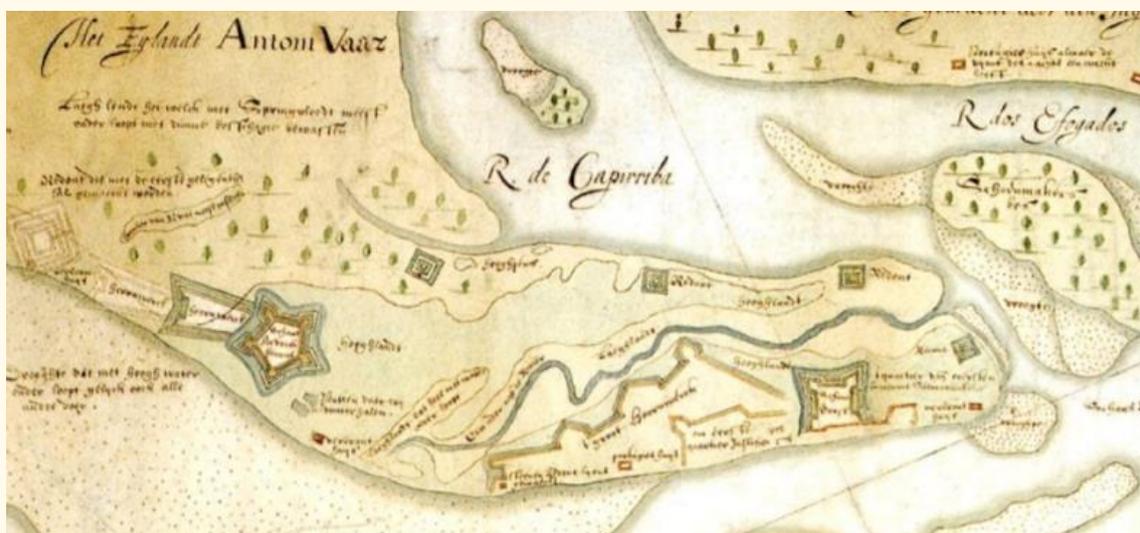


Figura 1: A ocupação holandesa, em 1631.

Fonte: Reis, 2000. Reproduzido por DPPC, 2019.

No ano de 1637, no governo de Maurício de Nassau, o istmo de Recife enfrentava um déficit habitacional que, aliado ao adensamento, altos preços da habitação e à necessidade de expansão (para acomodar funcionários e a população menos abastada), motivou a criação do plano de urbanização da Ilha de Antonio Vaz, do arquiteto Pieter Post (LEAL, 2008). Sobre o plano, Ribemboim (2016) comenta:

No começo do século 17, quase nada havia por ali, apenas umas poucas plantações de cana, alguns pomares e casebres em torno do convento franciscano. Faziam navios na então chamada “Ilha Antônio Vaz”, escolhida por Nassau para ser a sua Mauritzstaad, erguida em moldes europeus, com palácios, jardins, canais, ruas planejadas, cercadas de muros e fortificações (RIBEMBOIM, 2016, p. 26).



Figura 2: Vista da Cidade Maurícia, Frans Post, 1657.

Fonte: <<https://www.ufrpe.br/br/content/o-recife-holand%C3%AAs>>. Acesso em 02 nov. 2024.

Dessa maneira, como diretrizes do projeto holandês, destacam-se: o traçado geométrico na delimitação de terrenos e ruas, a estruturação de eixos das vias, a localização de grandes equipamentos e a distribuição de atividades (BORGES, 2023), onde o sul, atual bairro de São José, se desenvolveu enquanto área residencial e o norte, correspondente ao bairro de Santo Antônio, recebeu o comércio, instituições e residências voltadas para a população de alta renda. Em vista disso, Reynaldo (2017) desenvolve:

O traçado geométrico apoia-se em dois eixos ortogonais que desempenham o papel de nós de articulação, em torno dos quais se distribuem os âmbitos edificáveis: o residencial ao sul e o não residencial ao norte. Apresenta uma hierarquia de espaços dotados de distintas morfologias: a área não residencial desenvolve-se por um número reduzido de quadras distribuídas no entorno da praça central. A área residencial ocupa uma maior superfície de solo, onde um

grande canal funciona como eixo de simetria das duas áreas residenciais propostas dotadas de pequenas praças cada uma. Essa área caracteriza-se por um maior número de quadras, quadras de maior tamanho e, conseqüentemente, maior superfície edificável do que a proposta no recinto comercial (REYNALDO, 2017, p. 61).



Figura 3: Ilha de Antônio Vaz, ano de 1644.
Fonte: Reis, 2000. Reproduzida em DPPC, 2019.

Ainda, com relação à distribuição de atividades e à clara distinção atribuída aos bairros de Santo Antônio e São José, o historiador José Mello comenta:

Nassau projetou construir, também, um bairro para os habitantes mais pobres da cidade: parece que essa era a finalidade de seu projeto pois os documentos se referem a essas construções chamando-as de “casinhas” (MELLO apud ALCÂNTARA, 2015, s/n).

Logo, as edificações ocupadas pela população de mais baixa renda eram caracterizadas como pequenas casas térreas, contribuindo ainda mais para a “estratificação social do espaço” (REYNALDO, 2017, p. 62). Dentro desse processo histórico de formação do bairro de São José e de hierarquização do tecido urbano, nota-se, enquanto permanência, seu território delineado como local de residências populares, evidenciando o impacto significativo que o plano holandês teve no desenvolvimento urbano desta área do Recife.

O declínio e o fim do domínio holandês aconteceram de 1645 a 1654, com a Insurreição Pernambucana. A revolta luso-brasileira, motivada por fatores como a cobrança de altos impostos e dívidas pendentes dos produtores de açúcar, levou à expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro e ao restabelecimento do domínio português, com conflitos que arrasaram grande parte da ilha de Antônio Vaz (BORGES, 2023). Nesse sentido, áreas destruídas foram reconstruídas ao estilo lusitano, ou seja, sem base no projeto holandês

primário. Ainda assim, de acordo com a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC, 2019):

Na Ilha de Antônio Vaz, que passou a ser chamada de povoado de Santo Antônio, a divisão de usos promovida pela ocupação neerlandesa, com residência popular ao sul, atividades comerciais na área mais central e a sede do poder político no extremo norte, estava consolidada. A área comercial manteve o padrão tipológico do núcleo portuário, de sobrados de uso misto, enquanto a área residencial conformava-se com pequenas construções térreas. A partir da segunda metade do século XVII, a construção religiosa apareceu como elemento relevante da urbanização da área (DPPC, 2019, p.11).

Foi, ainda, entre os séculos XVI e XVII, que Pernambuco vivenciou os primeiros registros do Carnaval na forma do entrudo, uma prática festiva trazida ao Brasil pelos colonizadores portugueses (SILVA, 2019). Esse tipo de celebração, de origem medieval e comum em Portugal, era caracterizado por brincadeiras populares muitas vezes marcadas por excessos e irreverência. Nesse sentido, o dicionário Oxford Languages define que a origem da palavra “entrudo” vem do latim “*introitus, us*”, “entrada, começo”, e significa: “1. Os três dias que precedem a quaresma.”, “2. Festa popular que se realizava nesses dias, em que os brincantes lançavam uns nos outros farinha, baldes de água, limões de cheiro, luvas cheias de areia etc. [Entrou em declínio no Brasil em 1854, por repressão policial, dando lugar ao moderno carnaval.]” e “3. O carnaval e o divertimento dos dias de carnaval.”

O entrudo consistia em um momento de liberdade temporária, onde a população se entregava a jogos e troças que promoviam interações espontâneas e, por vezes, desordeiras entre as pessoas. Segundo Lapicciarella (1996):

Era uma brincadeira de rua muitas vezes violenta, onde se cometia todo tipo de abusos e atrocidades. Era comum os escravos molharem-se uns aos outros, usando ovos, farinha de trigo, polvilho, cal, goma, laranja podre, restos de comida, enquanto as famílias brancas divertiam-se em suas casas derramando baldes de água suja em passantes desavisados, num clima de quebra consentida da extrema rigidez da família patriarcal (LAPICCIARELLA, 1996, p.07 apud LOPES JUNIOR, 2019).

Diferentemente do Carnaval organizado e institucionalizado que viria a surgir séculos mais tarde, o entrudo era uma manifestação desprovida de regras rígidas, refletindo a fusão de influências culturais europeias com práticas locais. Em vista disso, conforme aponta a escritora paraense Eneida de Moraes:

Foi o entrudo um Carnaval porco e brutal tal aquele com o qual festejamos Momo nos tempos da Colônia e do Império, assustando os primeiros viajantes estrangeiros que aqui chegaram e, com toda razão, julgaram selvagens os folguedos carnavalescos sem considerar que estávamos apenas refletindo e repetindo os hábitos de nossos colonizadores (MORAES, 1958, p. 20).

No entanto, sua natureza descontrolada e, em alguns casos, violenta, fez com que o entrudo fosse alvo de críticas e tentativas de repressão ao longo dos anos. Essas ações, contudo, não foram suficientes para erradicar completamente a prática, que continuou a marcar a identidade cultural da região em suas primeiras manifestações carnavalescas.

1.2. O século XVIII: o século de ouro e a expansão da cidade do Recife

Adentrando o século XVIII, a tradição do entrudo se mantém como uma constante, assim como medidas de restrição que datam desde 1604, passando por 1612, 1686, 1691, 1784 e até 1818, de acordo com Vieira Fazenda, citado por Eneida (*op. cit.*). Segundo Leonardo Dantas Silva (2019), “seguindo-se de outras posturas que chegaram aos nossos dias, mas tudo em vão para o desespero das autoridades e gáudio dos partidários do mela-mela”. Logo, o entrudo sempre esteve presente como uma prática recorrente no Carnaval brasileiro.

Marcado por sua associação a elementos de sujeira e violência, herança da cultura portuguesa, o entrudo enfrentava constante repressão por parte das elites e das autoridades, essencialmente por sua prática predominante entre pessoas negras escravizadas. No Brasil, essa tradição foi ressignificada, incorporando aspectos culturais locais, como o maracatu, de influências africanas, que representa “um cortejo que simboliza a realeza africana, em que desfilam os reis, ricamente trajados, que vêm sob um pálio, acompanhados de seus vassallos e dos músicos”. (NASCIMENTO, 2009, p. 387).

Adentrando ainda mais no século XVIII, no Recife, evidenciando-se que, com o fim da ocupação holandesa, a cidade vive um lento processo de crescimento urbano. A sede da capitania retorna a Olinda, aglomeração dos proprietários de terra e donos de engenhos produtores de açúcar, enquanto o Recife segue como representante dos mascates, os ricos comerciantes portugueses, mesmo após a mudança de sede, segundo Loureiro e Amorim (2000).

Nesse cenário, os comerciantes demandam por espaços de poder na administração da capitania, defendendo o retorno do Recife como sede do Governo. Conforme aponta Pontual (2021), a pressão dos mascates junto à Coroa portuguesa culminou na aprovação de um alvará que, em 1709, tornou Recife uma Vila, dividindo a jurisdição e dando origem à Guerra dos Mascates.

Ainda de acordo com Pontual (2021), a então Ilha de Antônio Vaz passa a ser chamada de Santo Antônio do Recife. A região de São José permanece

caracterizada como uma área residencial composta por pequenas edificações térreas, se entremeando pelo comércio popular. Vale evidenciar que, nesse período, houve uma intensa devoção religiosa que culminou no levantamento de grandes igrejas, como a Basílica da Penha e a Igreja de São José. Sobre esse cenário, Ribemboim reforça:

Após a expulsão, as terras foram gradativamente ocupadas para fins residenciais e comerciais, assumindo, os dois bairros, distintas vocações. [...] São José, por sua vez, parece se destinar aos menos endinheirados, ao comércio popular, aos armazéns de miudezas, à religiosidade, aos folguedos, a moradias de escravos alforriados, imigrantes e gente do interior (RIBEMBOIM, 2016, p. 26).



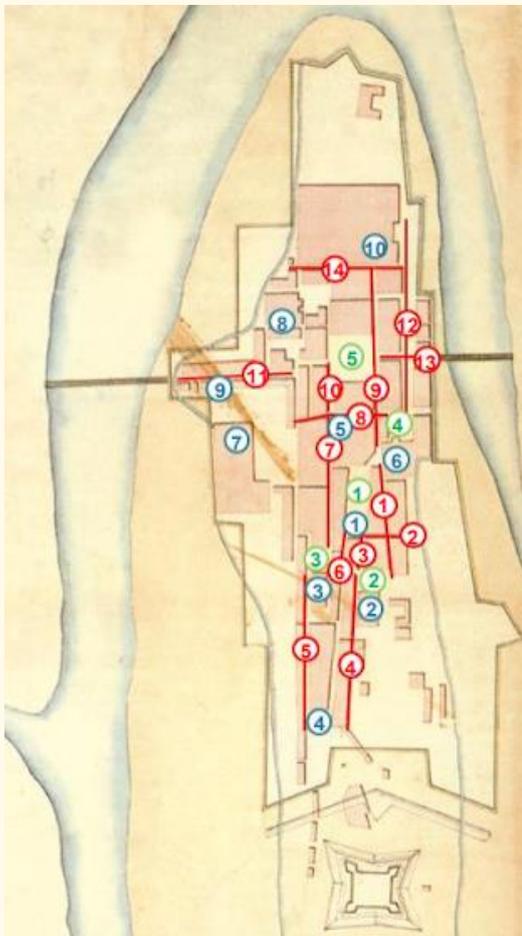
Figura 4: Basílica da Penha, década de 1880.
Fonte: Biblioteca Nacional. Reproduzida em DPPC, 2019.

O crescimento da cidade do Recife passa a se aquecer e surge a demanda para ocupar novas áreas, expandindo as regiões da Boa Vista e de São José, conforme ressalta Lacerda (2021). Nesse sentido, é notável, em relação ao bairro de São José, a consolidação do traçado de diversas vias e edificações religiosas existentes como articuladores do espaço urbano, e percebe-se, também, a presença de uma nova configuração que se diferencia do planejamento holandês. Dessa forma, ocorre o surgimento de uma malha urbana irregular com mangues aterrados, caracterizada por ruas estreitas e

tortuosas que alternam entre amplos espaços abertos, definidos por igrejas e conventos, e passagens mais estreitas, como becos e vielas.

Muitas igrejas e conventos, com os seus pátios, despontaram para marcar de forma tão singular a sua paisagem. Além disso, esse bairro passou a abrigar a maior parte do comércio e das residências populares, erguidas em suas ruas estreitas (LACERDA, 2021, p. 140).

Assim, em 1739, o mapa abaixo destaca o traçado de vias que permanecem até hoje (em vermelho), igrejas (em azul) e espaços públicos (em verde), elementos-chave na organização urbana. Já no mapa de 1773, nota-se a consolidação de vias anteriores (em amarelo) e o surgimento de novas (em vermelho), além da construção de novas igrejas com seus pátios, e a configuração dos Pátios do Carmo e do Terço (em verde) (DPPC, 2019).



1	Rua do Rangel
2	Beco do Marroquim
3	Rua da Penha
4	Rua das Calçadas
5	Rua das Águas Verdes
6	Rua Direita (ainda sem o traçado definitivo)
7	Rua do Fogo
8	Rua Estreita do Rosário
9	Rua Duque de Caxias
10	Rua Larga do Rosário
11	Rua Nova
12	Rua do Imperador
13	Rua 1º de Março
14	Rua Siqueira Campos
1	Igreja do Livramento
2	Basílica da Penha
3	Igreja de São Pedro dos Clérigos
4	Igreja do Terço
5	Igreja de N. Srª do Rosários dos Homens Pretos
6	Igreja e Convento do Espírito Santo
7	Igreja e Convento do Carmo
8	Igreja do Paraíso
9	Igreja de N. Srª da Conceição dos Militares
10	Igreja e Convento de Santo Antônio
1	Pátio do Livramento
2	Praça Dom Vital
3	Pátio de São Pedro
4	Praça Dezesete
5	Praça da Independência

Figura 5: Traçado urbano da Ilha de Antônio Vaz em 1739.

Fonte: Reis, 2000. Reproduzida em DPPC, 2019.

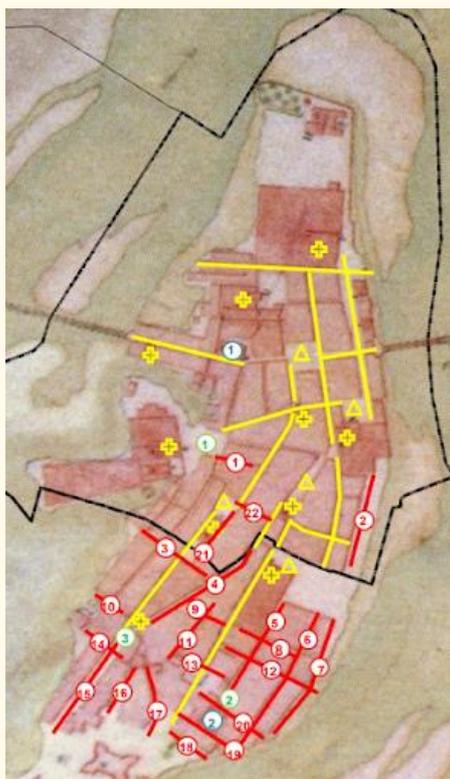


Figura 6: Traçado urbano da Ilha de Antônio Vaz em 1773.

Fonte: Reis, 2000. Reproduzida em DPPC, 2019.

1	Rua da Indústria
2	Rua da Praia
3	Rua Tobias Barreto
4	Rua Direita (traçado definitivo)
5	Rua São José do Ribamar
6	Rua de Santa Rita
7	Rua Padre Muniz
8	Rua Santa Cecília
9	Travessa do Cirigado
10	Travessa dos Martírios
11	Rua Padre Floriano
12	Rua do Nogueira
13	Rua Antônio Henrique
14	Rua Passo da Pátria
15	Rua Vidal de Negreiros
16	Rua do Forte
17	Rua do Jardim
18	Travessa do Forte
19	Rua dos Pescadores
20	Rua Coração de Maria
21	Rua Felipe Camarão
22	Rua São Pedro
1	Matriz de Santo Antônio
2	Igreja de São José do Ribamar
1	Pátio do Carmo
2	Pátio de São José do Ribamar
3	Pátio do Terço

Entendendo esse cenário, conforme frisa Zancheti (2012), o século XVIII pode ser considerado o Século de Ouro para a cidade do Recife, pois essa foi construída seguindo os princípios artísticos barrocos. Essa análise é possível sob a ótica da lógica barroca da cidade não planejada, que é erguida e expandida através do “conhecimento prático de fazer o urbano”. Assim sendo, a Ilha de Antônio Vaz é o núcleo da cidade barroca que se desvela a cada passeio por suas vias estreitas e irregulares, com pátios e igrejas (LOUREIRO; AMORIM, 2000), além de apresentar a sua divisão de atividades (institucional, comercial e residencial, por exemplo) como configuradoras do espaço urbano. Sobre isso, o autor comenta:

Desde a sua fundação, a cidade teve um caráter comercial e burguês. Sua forma foi, principalmente, o produto da ação de três atores sociais: o comerciante burguês, os religiosos e o administrador português. O comerciante foi o ator de maior dinamismo, pois foi ele quem deu impulso à cidade, acumulou a riqueza produzida na província e transformou-a em construções urbanas, fossem elas civis, religiosas ou públicas (ZANCHETI, 2012, p. 4 e 5).

Essa configuração urbana característica de cidade burguesa tem raízes históricas em atividades comerciais de base popular, uma característica marcante do bairro de São José que se mantém até os dias atuais, sendo um atributo significativo da área. Em contrapartida, a cidade burguesa do Recife não

possuía um poder central, devido a sua diversidade de atores envolvidos, resultando em uma trama urbana que não possui um centro (Figura 04), pois era “uma geometria constituída por formas seriadas, peças múltiplas que se organizavam, ao longo do tempo, por justaposição espacial, expandindo a cidade conforme apareciam novas necessidades funcionais ou de representação simbólica” (ZANCHETI, 2012, p. 7).



Figura 7: Cariri, mascate do bairro de São José, em 1940.

Fonte: Benício Dias. FUNDAJ.

Diante disso, ainda segundo Zancheti (2012), vale realçar que, apesar do caráter aberto do espaço urbano, sua formação segue uma lógica clara, baseada

na perspectiva como princípio de organização, com ênfase em dois modelos principais: praças e largos, e percursos. Dessa maneira, a configuração do espaço urbano é um importante balizador para a vivência deste, seja ao caminhar ou experienciar o carnaval.

No final do século XVIII, Recife contava com uma população de 25 mil habitantes (DPPC, 2019). Ainda de acordo com a DPPC (2019), na gestão de D. Tomás de Melo (1786-1798), foi definida a localização da comercialização de pescado (Ribeira) na praça situada em frente à Basílica da Penha, no bairro de São José, como mostrado na Figura 05. É possível identificar construções térreas com quintais ao fundo, além de alguns sobrados, evidenciando o caráter comercial do largo, que posteriormente daria lugar ao Mercado de São José. Entre os elementos destacados estão a Basílica da Penha (A), a Ribeira Nova (B), o Largo da Penha (C), a Rua do Rangel (F) e a Rua de Santa Rita (G).



Figura 8: Ribeira de São José, 1800.

Fonte: Reis, 2000. Reproduzida em DPPC, 2019.

1.3. O século XIX: a modernização no Recife, do Entrudo ao Carnaval

Ao avançar para o século XIX, a população da cidade do Recife cresceu, chegando a ser a terceira cidade mais populosa do Brasil, com 116 671 habitantes, segundo o Primeiro Recenseamento da População Geral do Império. Nesse sentido, ao analisar os censos da Província de Pernambuco de 1828 e 1856, Carvalho (2010) aponta um crescimento populacional de 59,5% em menos de três décadas, passando de 25.678 habitantes registrados em 1828 para 40.977 em 1856. Nesse período, o número de pessoas escravizadas

permaneceu em torno de sete mil, enquanto a população livre apresentou um aumento significativo, representando mais de 85% do total.

Com isso, os bairros de Santo Antônio e de São José “começam a seguir suas vocações” (RIBEMBOIM, 2016, p. 25). O bairro de São José continuou abrigando uma população composta por trabalhadores de classe média e de menor poder aquisitivo, incluindo operários, pescadores e indivíduos escravizados. Sobre esse cenário, o professor historiador Marcus Carvalho (2010) comenta:

Era em São José, portanto, onde residia grande parte da tal “população” da cidade, que tanto aperreava as autoridades. O planejamento urbano refletia esse problema. É significativo observar que a freguesia de São José, dessa população pobre e deslocada, ficava de um lado da ilha (sul), e o palácio do governo, o teatro e o passeio foram construídos do outro (norte). Os pobres ficaram longe dos símbolos de progresso da cidade, e perto do porto, onde havia muito trabalho braçal para se fazer (CARVALHO, 2010, p. 92).



Figura 9: Cartão postal do Pátio do Terço, pela Mission Brésilienne de Propagande.

Fonte: FUNDAJ.

Na primeira metade do século XIX, o traçado urbano anteriormente identificado permaneceu praticamente inalterado. Segundo Vauthier (1943 apud REYNALDO, 2017), havia uma clara distinção espacial na ocupação da ilha entre o norte, correspondente ao atual bairro de Santo Antônio, caracterizado por

sobrados, e o sul, atual bairro de São José, marcado pela predominância de casas térreas. O tecido urbano de São José segue moldado pelo traçado irregular de origem portuguesa, complementado por igrejas e praças e, nesse contexto, Reynaldo (2017) aponta a concentração de edificações mais altas ao redor das construções religiosas, áreas essas que foram sendo cada vez mais valorizadas, como pode ser verificado acima, na Figura 9.

Contudo, a partir da segunda metade do século, deu-se início a uma nova fase de expansão urbana da cidade do Recife. A construção da Matriz de São José, entre 1843 e 1864, ao sul do Forte das Cinco Pontas, estabeleceu um novo limite para a ocupação urbana e consolidou a designação de São José para a área residencial localizada mais ao sul da ilha, evidenciando a divisão do antigo povoado em dois bairros distintos (REYNALDO, 2017). Com relação a esse cenário, Lira (2021) desenvolve:

Em meados do século XIX, as freguesias de Santo Antônio e São José foram oficialmente separadas, estando a primeira ao norte e a segunda ao sul. Nessa época, o bairro de São José já possuía identidade própria e sua malha urbana estava praticamente consolidada. O seu padrão morfológico de lotes estreitos e pequenos, ruas com pequenas dimensões, decorrente da necessidade de acolher um elevado número de colonos, acarretou uma maior quantidade de casas para classes de menor poder aquisitivo e espaços voltados ao “comércio popular” (CAVALCANTI, 1998), características que perduram até os dias atuais (LIRA, 2021, p. 163-164).

É também no século XIX que o território da Ilha de Antônio Vaz é submetido às suas primeiras iniciativas de modernização. Nesse período, a transferência da corte portuguesa para o Brasil e a liberalização dos portos ao comércio internacional impulsionaram um significativo avanço econômico (*idem*), promovendo a implementação de políticas urbanas voltadas à adequação da cidade às exigências decorrentes desse progresso.

Em 1835, foi instituída a Repartição de Obras Públicas com o objetivo de promover a modernização urbana por meio de um extenso programa de intervenções, principalmente para atender às demandas de crescimento. Sob a gestão de Francisco do Rego Barros (1837-1844), a Repartição iniciou obras voltadas à ampliação da mobilidade e ao aprimoramento dos serviços urbanos, como abastecimento de água e iluminação, além da introdução de novos equipamentos culturais e institucionais no centro.

Por conseguinte, a introdução das linhas ferroviárias e novas infraestruturas no Recife transformou significativamente o centro e o bairro de São José, de acordo com Reynaldo (2017). As estações de trem, localizadas em São José, consolidaram o bairro como um polo industrial e residencial, além de

modernizar o transporte urbano, aumentando a acessibilidade e incentivando a expansão urbana para áreas periféricas.

É notável, ainda, o impacto das vias ferroviárias nas ruas que passavam, como na Rua das Calçadas, onde ocorreu a substituição de casas térreas por sobrados, marcando a transição para um perfil mais comercial em São José (DPPC, 2019). A articulação viária, com a construção das pontes Buarque de Macedo e Princesa Isabel, conectou áreas-chave da cidade, promovendo não apenas a expansão urbana, mas também novos espaços públicos que funcionavam como marcos urbanos.



Figura 10: Rua das Calçadas, sem data informada.

Fonte: Acervo MCR. Reproduzido por

<https://www.instagram.com/recantigamente/p/C6vyRbhu5jh/?locale=zh-hans&img_index=1>.

Acesso em 02 fev. 2025.

Vale evidenciar a construção do Mercado de São José em 1875, a primeira estrutura de ferro erguida no Brasil, tornando-se um marco no coração do bairro de São José e evidenciando o processo de configuração do seu território. O objetivo da construção foi substituir a antiga Ribeira do Peixe, situada diante da Igreja da Penha, onde feirantes expunham seus produtos em bancas ao ar livre. Essa iniciativa visava modernizar e higienizar o espaço, alinhando-o aos ideais de progresso defendidos por uma elite que almejava transformar o Recife em um “reflexo da modernidade europeia” (GUILLEN, 2009).



Figura 11: Mercado de São José, em 1905.

Fonte: Manoel Tondella. FUNDAJ.

No final do século XIX, as melhorias nos sistemas de transporte urbano abriram novas possibilidades de deslocamento, incentivando a burguesia a buscar áreas residenciais fora do centro da cidade. Esse movimento levou a um progressivo esvaziamento da região central em favor de bairros situados a oeste, que proporcionavam um estilo de vida mais tranquilo e rural. De acordo com Barreto (2012), nessas localidades, predominavam propriedades como chácaras e sítios, caracterizadas por baixa densidade demográfica e moradias unifamiliares, em contraste com o ambiente central, onde predominavam edificações geminadas e de uso misto.

Esse deslocamento da elite econômica resultou em um preconceito relacionado às habitações do centro, consideradas menos adequadas ou sofisticadas em comparação com os novos padrões de conforto e modernidade associados aos bairros periféricos. Ao mesmo tempo, as mudanças na composição populacional do centro ficaram evidentes, pois, após a abolição da escravidão, com a Lei Áurea de 1888, a população livre aumentou significativamente, trazendo novos grupos sociais para ocupar o espaço urbano central (MENEZES, 2022).

Nesse sentido, a saída das classes mais abastadas em direção às áreas rurais e suburbanas também resultou em uma concentração de pessoas de

menor poder aquisitivo no centro (MENEZES, 2022). Esse conjunto de transformações modificou a dinâmica social e urbana da região, dando início a um processo de reconfiguração que teria impactos duradouros na organização do território.

Assim, no século XIX, o Recife era um epicentro de turbulência, apresentando o ápice cultural de um espírito combativo e insubmisso, enquanto Pernambuco se destacava como um baluarte de resistência, onde o caminho de pavimentação até o surgimento do frevo personifica o fervor revolucionário que marcou o estado. Sobre esse cenário, Ruy Duarte (1968) elabora:

A essa época a cidade do Recife era um foco de agitação. E Pernambuco um centro de rebeldia. O Estado se transformara em centro revolucionário, pregando nacionalismo, pregando expulsão de portugueses, pregando a República, pregando a libertação dos escravos. As revoluções se sucediam. Os pernambucanos eram presos e fuzilados. O território é mutilado, sendo quase a metade entregue à Bahia, como castigo por esses levantes contra o governo central. Em compensação recebe o nome glorioso de Leão do Norte (DUARTE, 1968, p. 19).

O entrudo segue presente nesse período enquanto manifestação embrionária do carnaval, de forma que é possível verificar, na obra de Jean Baptiste Debret, *Cenas de Carnaval*, uma representação da brincadeira popular. Vale ressaltar que, segundo Leonardo Dantas Silva (2019), a entrudança não se restringia às camadas mais humildes, mas também envolvia figuras da elite, afirmando que “as limas-de-cheiro e as bacias d’água” eram entusiasticamente usadas até pela realeza, como D. Pedro I e D. Pedro II.



Figura 12: Cenas de Carnaval, Debret, aquarela sobre papel, 18 x 23 cm, 1823.

Fonte: <<https://ensinarhistoria.com.br/carnaval-de-debret>>. Acesso em 02 fev. 2025.

Em vista disso, os estudos de Rita de Cássia Araújo, em *Festas: Máscaras do Tempo* (1996), explicitam que o entrudo refletia tensões sociais, ocorrendo em espaços públicos e privados, cada qual com “regras” e interações distintas, ou seja, nas ruas, negros, trabalhadores braçais e comerciantes brincavam, enquanto as elites participavam nos sobrados. Dessa forma, segundo ela, “o espaço público do entrudo expunha com maior clareza as diferenças étnicas, sociais e políticas da sociedade”.

Socialmente, as ruas eram passagens e locais de trabalho para negros e negras livres e escravos, e de trabalhadores braçais que carregavam fardos nos ombros e mercadorias em tabuleiros sobre a cabeça, [...] do espaço social cotidiano da rua, participavam ainda os homens de negócio, comerciantes da capital e do interior, viajantes locais e estrangeiros. Às ruas do centro, chegavam os homens do campo, a quem os habitantes das cidades das províncias do Norte chamavam, pejorativamente de matutos. Guardas policiais, ciganos, homens livres sem ocupação fixa e regular, padres e prostitutas também partilhavam o espaço aberto das ruas (ARAÚJO, 1996, p.).

Sob essa perspectiva, críticos da época viam o entrudo como símbolo de desordem. É possível verificar nos jornais da época diversas manifestações contrárias a prática, como no *Diário de Pernambuco*, onde Miguel do Sacramento Lopes Gama, o “Padre Carapuceiro” (1793-1852), publica um artigo no dia 14 de fevereiro de 1842, intitulado “Os nossos devaneios do carnaval”, no qual os festejos do entrudo no Recife foram apontados de forma bastante incisiva:

Nada há que tenha tanta força sobre nós como os hábitos ou costumes inveterados. Transmitiram-nos os nossos maiores as folias, extravagâncias e rematadas loucuras do carnaval; e eis que, ainda hoje no século XIX, nós que, aliás, tanto nos apavonamos dos progressos das civilizações e das luzes, parece perdemos todo o siso nos chamados três dias de entrudo. Homens e mulheres andam de mistura, atirando-se reciprocamente água, barro, lama e toda laia de porcaria. Senhoras tão delicadas e divinais, senhoras tão impressionáveis que o mais leve trabalho as cansa e fadiga, nesses dias tornam-se tacantes, de cabelos soltos, e tão furiosas que mais parecem completamente loucas. Não há respeito, não há consideração, não há motivo que se atenda: o que se quer é molhar e emporcalhar uns aos outros, para o que muitas vezes é preciso arcarem homens com mulheres, e já podem ser com bastante indecência (GAMA, *Diário de Pernambuco*, 1842 apud SILVA, 2019, p. 58).

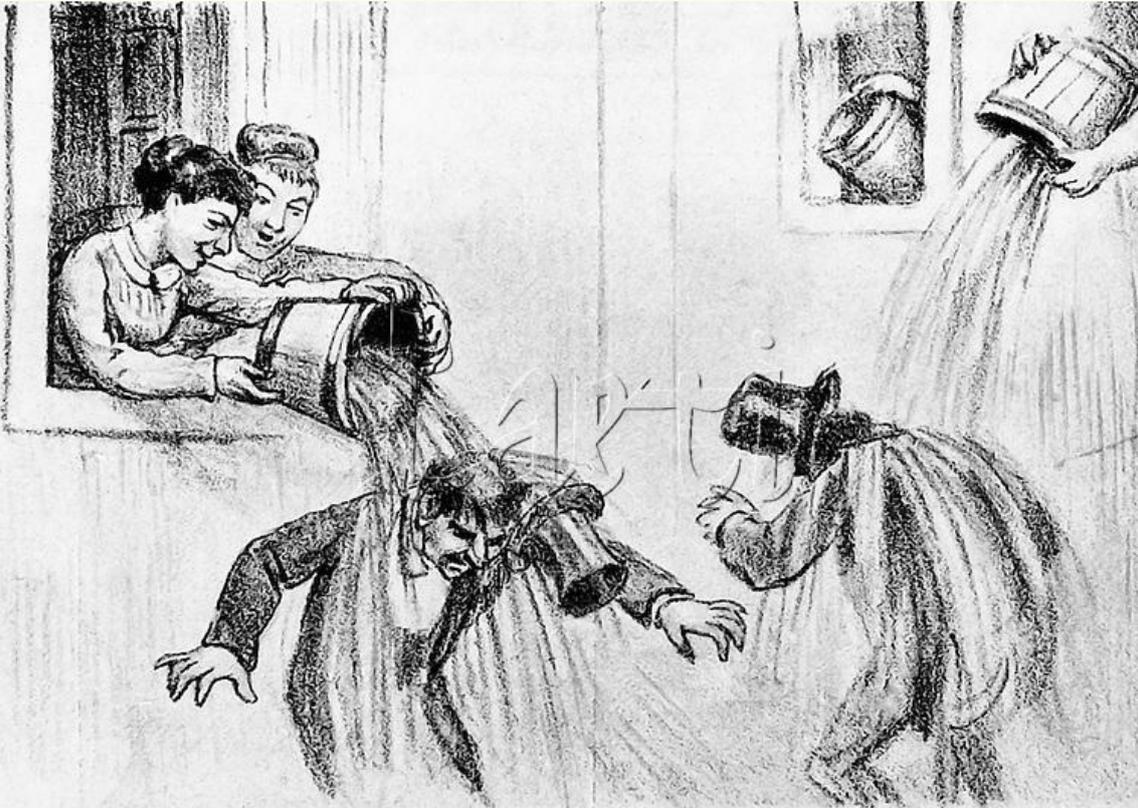


Figura 13: Entrudo por Agostini, 1882.

Fonte: <<https://www.sutori.com/en/story/carnaval--xrLFb7VVFSiZ67tqm3XLgvxy>>. Acesso em 02 fev. 2025.

O Padre Carapuiceiro via o entrudo como um reflexo de "loucuras e extravagâncias" herdadas de Portugal, criticando: "Esse divertimento bárbaro que d'ali herdamos [...] só serve de desacreditar-nos para com as Nações cultas". Essas críticas elaboradas por parte das classes mais abastadas, fortificadas no século XIX, carregaram consigo leis e atos de repressão policial, como a portaria proibitiva de 16 de fevereiro de 1822, que tentavam controlar o uso das ruas, moldando o espaço público às normas das classes dominantes.

Todas as Nações civilizadas tem desterrado e feito conhecer aos povos que os excessos d'aquella e de outras paixoes nos dias de entrudo SÃO RESTOS DE ANTIGA BARBARIDE, e as nossas Leys Patrias altamente se levantão contra os mesmos excessos e abuzos, portanto desejando a Junta Provisória do Governo da Província acorrer com antecipação e evitar semtesmales, declara que são prohibidos todo o gênero de brincos pelas ruas, e que todo aquelle, que forcomprehendido ha de ser remettido às Justiças para se proceder conforme as Leys que prohibemtaesabuzos e excessos. Palacio da Junta Provisória do Governo da Provincia de Pernambuco, 16 de Fevereiro de 1822. Estavão assignados os Srs do Governo (apud ARAÚJO, 1996, p.145).

Com a Independência, esse controle ganhou uma dimensão cultural, com esforços para criar símbolos nacionais que refletissem a nova identidade

brasileira. O entrudo, associado às tradições portuguesas, foi gradualmente substituído por um carnaval que atendesse aos ideais das elites, marcando a transição de uma prática popular e caótica para um evento organizado e simbólico do nacionalismo (SILVA, 2019).

Dessa forma, influenciado pelo contato com modelos europeus, o carnaval passa por transformações significativas: surgiram os primeiros bailes de máscaras no Recife, à moda dos carnavais de Veneza e Paris (SILVA, 2019), como noticiado no Diário de Pernambuco de 18 de fevereiro de 1848, no relato sobre um baile na casa de José Batista Ribeiro de Farias. Esses eventos, realizados inicialmente em casas e sítios de famílias abastadas, posteriormente migraram para teatros como o Santa Isabel e inicialmente simbolizavam o luxo e a sofisticação da elite burguesa, “expressavam, no plano simbólico, a luta dos pernambucanos para afirmar sua posição política e econômica no cenário nacional e no internacional” (ARAÚJO, 1996).



Figura 14: Baile no Clube Internacional do Recife, 1927.

Fonte:

<<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2713907552083111&set=a.1206410226166192>>.

Acesso em 02 fev. 2025.

Gradualmente, as mascaradas deixaram os salões e se expandiram para as ruas (REAL, 1990), desfilando em carros abertos puxados por cavalos ou, em algumas ocasiões, a pé, tomando os espaços públicos dos bairros tradicionais

do Recife, como São José, conhecidos como "berços" do nosso carnaval de rua. De acordo com Araújo (1996), tal cenário surge a partir de uma ressignificação do papel social das ruas, fruto de um processo que, além de reorganizar o uso do espaço público (a partir das ações citadas anteriormente), buscava impor um controle rigoroso sobre os comportamentos aceitáveis em ambientes abertos, oferecendo à elite uma sensação de segurança, com maior garantia de ordem pública e disciplina social.

Vale ressaltar que, apesar de amplamente promovidas pelos jornais e recebendo o apoio irrestrito das elites como uma alternativa sofisticada ao Entrudo e um passo rumo a um Carnaval inspirado nos moldes das nações consideradas civilizadas, esse deslocamento das elites para o espaço público provocou tensões sociais evidentes, refletindo a luta de classes e a disputa pelo domínio dos espaços de celebração durante o período carnavalesco: "Aos poucos as Mascaradas vão deixando os salões, ganham a rua e com isso tentam impedir que nesse espaço permaneçam as classes populares que ali promoviam suas brincadeiras" (IPHAN, 2006, p. 26-27).

Assim, as Mascaradas tentavam impor um modelo de festa que buscava afastar os elementos populares do Carnaval (ARAÚJO, 1997), reconfigurando o uso do espaço urbano e redefinindo as dinâmicas de convivência social. Como consequência, a ocupação das ruas pelas mascaradas acabou estabelecendo divisões claras e ampliando os conflitos entre as classes, de forma que a resistência da cultura popular moldou o Carnaval como espaço de resistência e contestação, preservando elementos tradicionais enquanto assimilava novas influências. A entrada da elite no cenário das ruas marcou, assim, não apenas um processo de transformação estética e cultural, mas também uma reorganização do tecido social.

Nesse contexto de mudanças na forma de se brincar o Carnaval, os clubes carnavalescos, surgidos na década de 1880, tornaram-se fundamentais, combinando folia e ações solidárias, como a arrecadação de fundos para a libertação de escravizados, precedidos pelos movimentos abolicionistas e republicanos que iniciaram no Brasil por volta de 1870 (SILVA, 2009). Segundo Araújo (1996), nesse período, o Carnaval de rua do Recife começa a se moldar no formato que o caracteriza nos dias de hoje, refletindo as divisões sociais e étnicas da cidade. As agremiações, como os Clubes de Alegoria e Crítica, Clubes Pedestres e Maracatus, usavam símbolos e insígnias para afirmar suas identidades e diferenças. Abaixo, a Tabela 01 caracteriza diversos grupos carnavalescos a serem tratados neste trabalho:

Tabela 01 - Caracterização dos grupos carnavalescos.

Caracterização dos grupos carnavalescos:		Katarina Real (1990)	Schneider (2011)	IPHAN (2016)
Agremiações	Clube de Frevo	<p>Descendente de antigas corporações de ofício, grupo que sai de noite, com orquestra de fanfarra tocando frevos, em luxuosas fantasias, com estandartes ricamente bordado e cordão de homens e mulheres que às vezes “fazem o passo” (REAL, 1990, p. 133).</p>	<p>Os clubes de frevo foram antecedidos pelas Bandas Marciais que desfilavam no Carnaval pernambucano a partir da segunda metade do século XIX até o início do século XX. Nesse período a música era conhecida como “Marcha carnavalesca pernambucana”. Cada clube trazia consigo objetos que diziam respeito ao seu nome [...] Os temas tratados nos desfiles dos clubes eram sobre comerciantes do local ou algum trejeito de um cidadão de maior prestígio. Tradicionalmente, os clubes saíam às ruas durante a noite (SCHNEIDER, 2011, p. 21).</p>	<p>O Clube de Frevo, mais antigo representante dos agrupamentos, tem sua origem vinculada aos grupos de trabalhadores urbanos, o formato do cortejo adotado por essas corporações foi inspirado nas procissões da Quaresma e seus elementos migraram para os festejos carnavalescos. Na sua constituição predominava a presença masculina, tendo à frente os grupos de capoeiras. Chegaram a ser temidos por esses aspectos e ainda pelo vigor da música e dança. [...] os clubes pedestres desenvolveram um modo próprio de comemorar os dias de folga (IPHAN, 2016, p. 51).</p>
	Troça	<p>Conjunto ligado, às vezes, às corporações do passado, que sai de dia com orquestra de fanfarra (de frevo), ricas fantasias, estandarte e cordão misto que faz “passo”. Em geral, são menores e menos luxuosos que os clubes (REAL, 1990, p. 133).</p>	<p>A “troça” faz jus ao seu significado: zombar, escarnecer. Ela é bem caracterizada pela diversão sem preocupação do público. Quem vai a uma troça quer mesmo é se divertir, brincar. Ao contrário dos clubes, os músicos da troça não se preocuparam com uma perfeita execução. Errar não é problema, o que importa é “troçar”. O horário de saída das troças é até meio-dia, começando nas “Manhãs de Sol”. Apesar de apresentar a característica de Clube, a troça é muito mais modesta. Normalmente, começa com um grupo de amigos, destacando uma situação vívida. Na sua maioria, as troças mostram simplicidade no figurino, na orquestra e na evolução. No estandarte vem escrita a sigla: T. C. M. (troça carnavalesca mista), o nome da troça é a data da sua fundação (SCHNEIDER, 2011, p. 26).</p>	<p>A Troça, agremiação que se assemelha aos clubes de frevo em menor dimensão, surge quase sempre de situações pitorescas, familiares ou entre amigos. Costuma desfilas pela manhã nas ruas do centro ou do subúrbio, até o final da tarde. Muitas vezes não tem compromisso com fantasia, alegoria ou outro qualquer aparato. Uma faixa, um estandarte e orquestra são suficientes (IPHAN, 2016, p. 52).</p>

	<i>Bloco</i>	<p>Grupo que sai à noite com orquestra de “pau e corda” tocando “marchas de bloco”, em ricas fantasias, com “lira” ou cartaz e cordão feminino que canta as músicas. Geralmente apresenta alegorias. Liga-se culturalmente aos “ranchos de reis” do passado (REAL, 1990, p. 134).</p>	<p>De acordo com VILA NOVA (2007), os blocos carnavalescos surgiram a partir dos anos 20 do século XX, fruto de reuniões festivas (saraus e serenatas) promovidas por famílias residentes nos bairros centrais da cidade. Moças de famílias da classe média que não dispunham de condições financeiras para frequentar os clubes fechados, que era privilégio das elites, como Clube Internacional, Jôquei Club, saíam às ruas protegidas pelos pais, maridos irmãos, noivos. O bloco marca a entrada do público feminino de classe média no Carnaval do Recife. Apresenta uma coreografia mais contida, não utilizando, por exemplo, um frevo de rua para a dança (SCHENEIDER, 2011, p. 29).</p>	<p>O bloco de Pau e Corda, também conhecido como bloco lírico, apresenta características distintas, tanto na formação do grupo quanto na orquestração. Surge nos bairros centrais da cidade no início do século XX e em sua maioria provem da pequena burguesia, constituídos por núcleos familiares. Esses blocos são acompanhados por uma orquestra com predominância de instrumentos de corda, sopro e percussão. [...] no bloco o desfile é aberto por um flabelo – alegoria de mão que traz o nome, data de fundação e o ano em curso. A presença feminina é destacada (IPHAN, 2016, p. 51-52).</p>
<i>Clube de Alegoria e Crítica</i>		<p>Grupo carnavalesco que apresenta carros alegóricos com temas fantásticos, ou gigantes de cabeção, com ricas fantasias e, às vezes, com cavalaria montada. Hoje quase desaparecido no Recife (REAL, 1990, p. 134).</p>	-	<p>[...] formados por altos comerciantes, empregadores, entre outros membros da elite recifense (IPHAN, 2016, p. 51).</p>

Fonte: Autoral (2025), sistematizado por Katarina Real (1990), Scheneider (2011) e IPHAN (2016).

Entendendo as intensas transformações que o Recife e o bairro de São José passaram durante o século XIX, como a modernização da economia açucareira e o êxodo rural, citados anteriormente, nota-se como o ambiente citadino foi propício para o fortalecimento das manifestações culturais populares. Dessa forma, a partir da década de 1880, com a abolição da escravatura (SCHENEIDER, 2011), que alterou a composição populacional do centro, as classes populares ganharam mais liberdade para ocupar os espaços públicos, promovendo desfiles e celebrações animados por bandas militares e civis, com a participação dos capoeiras e das marchas, que acabariam por dar origem ao frevo (ARAÚJO, 1997). Dessa forma, a presença das classes populares nos festejos carnavalescos de rua no Recife ganhou força, com destaque para o surgimento dos clubes pedestres, sendo “as primeiras agremiações carnavalescas associadas ao frevo” (SILVA, 2022, p. 50).

Desde meados do século XIX, intensificando-se a partir de 1870, as manifestações carnavalescas passaram a ter curso preferencial, mas não exclusivamente nos espaços públicos e ao ar livre da cidade. Mais que simples palcos da folia, os espaços urbanos foram importantes protagonistas de um processo no qual o poder público aparece como mediador, controlando, regulamentando e fiscalizando o seu uso. Esse aspecto possibilita, inclusive, compreender a dimensão da trajetória do frevo na elaboração da identidade territorial e, principalmente, na reorganização do espaço urbano, tendo no bairro de São José seu palco maior (Prefeitura da Cidade do Recife, 2006, p. 25).

Os clubes pedestres carnavalescos destacavam-se por suas apresentações em desfiles organizados, conduzidos por estandartes que simbolizavam suas associações, com seus membros vestidos de maneira uniforme e carregando os símbolos que representavam suas identidades coletivas, formando longas fileiras que percorriam as ruas. A denominação "pedestre" refletia não apenas o fato de realizarem seus cortejos a pé, mas também uma diferenciação clara em relação aos clubes das elites, que privilegiavam carros ornamentados e apresentações musicais sofisticadas (ARAÚJO, 1997).

Compostos em sua maioria por trabalhadores urbanos, esses coletivos abraçavam uma celebração mais modesta e autêntica, marcada pela animação das ruas, com música vibrante e movimentos cuidadosamente coreografados:

Eram chamados de Clubes Pedestres e posteriormente denominados de Clubes de Frevos, a partir da classificação criada pela folclorista Katarina Real (Lélis, 2011). Eles surgiram por influência dos grupos de trabalhadores urbanos, tal como de pessoas da mesma vizinhança, corporações de ofícios, procissões religiosas e elementos militares em sua formação (SILVA, 2022, p. 50).

Baseados no pioneiro **Caiadores (1887)**, os primeiros e mais populares clubes pedestres do Recife escolheram nomes que faziam referência direta ao universo do trabalho manual, uma realidade cotidiana para seus integrantes, como: as **Pás (1888)**, **Vassourinhas (1889)**, **Lenhadores (1897)**, além de Vasculhadores, Espanadores, Abanadores, Quitandeiras de São José, Chaleiras de São José, Parteiras de São José, La Ursa Branca do Bairro de São José, Boi do Zé do Ribamar, Leque de Penas, Pavão Dourado, Pão da Tarde, Clube Carnavalesco Maruim Grande e **Verdeiras de São José (1884)**.

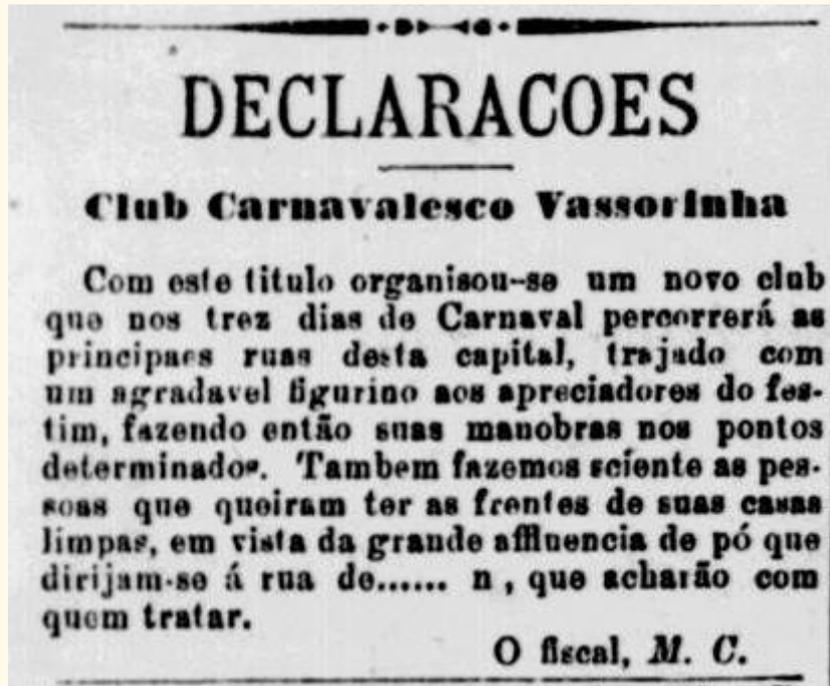


Figura 15: Registro sobre o Vassourinhas no Jornal do Recife, em 1 de março de 1889.

Fonte: Jornal do Recife, 1889. Reproduzido em

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Vassourinhas_\(clube\)#cite_note-3](https://pt.wikipedia.org/wiki/Vassourinhas_(clube)#cite_note-3)>. Acesso em 02 fev. 2025.

Importante salientar a falta de registro em relação à data de nascimento exata de algumas dessas agremiações citadas aqui, levando à sua ausência na linha do tempo construída abaixo:

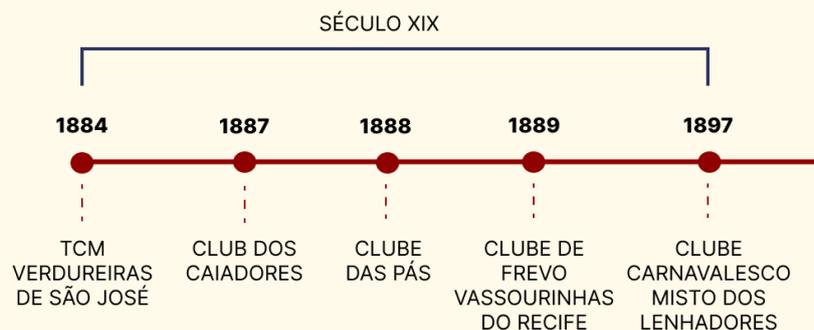


Figura 16: Linha do tempo com as agremiações nascidas em São José no século XIX.

Fonte: Autoral, 2025.

Embora ligados ao trabalho, os nomes dos clubes pedestres também possuíam simbolismos profundos, resgatando a visão tradicional do Carnaval

como um momento de reflexão coletiva e renovação, criticando costumes e valores e, assim, apropriando-se de práticas que as elites julgavam exclusivas (ARAÚJO, 1997). É importante frisar que, além dos integrantes dos clubes pedestres geralmente pertencerem à classe trabalhadora pobre e de renda modesta do Recife e arredores, eram também, muitas vezes, conectados por vínculos familiares, de vizinhança e práticas religiosas — relações construídas ao longo do dia a dia e frequentemente entrelaçadas, ainda de acordo com Araújo (1997). Dessa forma, está implícito que o território, o bairro de São José apontado neste trabalho, é intrínseco ao surgimento e desenvolvimento das manifestações carnavalescas da cidade do Recife, através dessas agremiações.

Ao contrário dos Clubes Pedestres, os Clubes de Alegorias e Críticas eram formados majoritariamente por membros da elite recifense, como altos comerciantes e empregadores. Esses grupos, como o Clube de Alegorias e Críticas Philomomos (1893), incorporavam elementos do Carnaval europeu e promoviam desfiles sofisticados com carros alegóricos, trajes luxuosos e estandartes bordados, acompanhados por fanfarras e orquestras (SILVA, 2019). Além dos desfiles, esses clubes publicavam jornais que registravam preparativos, ensaios e bailes, enquanto orientavam foliões sobre comportamentos e divulgavam proibições relacionadas ao Entrudo (*idem*). Nesse sentido, apesar dos esforços das autoridades em controlar as festividades populares e limitar a entrudança, esta resistiu e persistiu por muitos anos.

Ao final do século XIX, ressalta-se que as agremiações musicais também refletiam as preferências culturais dos moradores do bairro de São José, bairro majoritariamente residencial. Ou seja, território, espaço público e manifestação cultural estão completamente interligados em sua mera existência. Sobre isso, Carvalho (2010) comenta:

[...] Em São José, surgiram alguns dos primeiros grêmios de artesãos do Recife e clubes carnavalescos populares atestando a ligação do bairro com a história social da cidade, já evidente em 1817, pois ficava ali o quartel de artilharia onde começou o levante militar que desaguou na insurreição republicana. [...] Como não poderia deixar de ser, São José também era local de batuques e terreiros onde os negros do Recife reconstruíam os laços culturais e religiosos esgarçados pelo desenraizamento violento que foi o tráfico atlântico de escravos. Eram pontos de encontro, nos vários sentidos desta expressão, mesmo levando-se em conta que os negros também se dividiam por nação. [...] Aquele cenário de casebres pobres, visto no campo ao redor da cidade por vários viajantes, foi pouco a pouco sendo internalizado à medida em que aumentava o desemprego urbano. Boa parte do bairro de São José, no coração da ilha de Santo Antônio, já nasceu pobre. Os anseios de riqueza impeliavam os homens livres e libertos a colaborar com a reprodução do sistema, mas a realidade diária da falta de alternativas econômicas, e os preconceitos contra os não-brancos, eventualmente empurravam essa massa para o lado dos cativos (CARVALHO, 2010, p.92/310).

1.4. O início do século XX: os anos de 1901 a 1929 como um prelúdio de transformações

No início do século XX, o bairro de São José se consolidou como um território de residência popular (REYNALDO, 2017). Portanto, vale frisar que a estrutura urbana do bairro de São José reforça a sua forma, e as construções religiosas tornam-se marcos visuais na paisagem, desempenhando um papel essencial na promoção da urbanização da região. De forma que, conforme ressalta Reynaldo (2017), as edificações mais altas passaram a se concentrar em locais onde o valor do solo aumentou, especialmente nos arredores das igrejas, como a Igreja do Terço, como pode ser visto abaixo, na Figura 17.



Figura 17: Pátio do Terço. Cromolitografia de F. H. Carls. 1878.
Fonte: Alexandre Berzin. Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Paralelamente, o crescimento populacional acelerado no Recife resultou em um aumento significativo de moradias precárias. Essas condições habitacionais se manifestaram tanto nos mocambos, localizados em áreas alagadas e marginais, quanto na transformação das antigas residências das classes abastadas, que passaram a ser subdivididas e convertidas em cortiços (DPPC, 2019). Assim, essa diversidade populacional encontrava-se espalhada por ruas tortuosas e apertadas, onde edificações deterioradas de dois a cinco pavimentos serviam de moradia para múltiplas famílias, além das habitações

improvisadas nas proximidades das fábricas que começavam a se instalar na região (LUBAMBO, 1991). Vale ressaltar, ainda, que o bairro de São José abrigava a maior parte das indústrias da cidade – de 99 indústrias existentes no Recife em 1925, 50 localizavam-se em São José (PERES, 1979 apud REYNALDO, 2017).



Figura 18: Beco do Marroquim no bairro de São José, em 1940.
Fonte: Benício Dias. FUNDAJ.

Nesse cenário, é notável a influência dos costumes europeus, marcados tanto pelo modernismo quanto pelo movimento positivista, despertando entre os

recifenses o desejo por um novo padrão de vida urbana. Dessa forma, os centros das cidades como Recife começavam a ser vistos sob uma ótica negativa, associados à insalubridade, violência e presença predominante de populações menos abastadas, o que impulsionou iniciativas de transformação social que buscavam modernizar e higienizar os espaços urbanos, fomentando o desenvolvimento dos primeiros planos urbanísticos.



Figura 19: Telhados e Igrejas do bairro de São José, em 1905.

Fonte: Manoel Tondella. FUNDAJ.

Nessas primeiras décadas do século XX, a cidade do Recife vivenciou a implementação de regulamentações urbanísticas que orientaram o processo de ocupação, influenciando diretamente a configuração atual em termos de morfologia, tipologia e uso funcional do espaço (DPPC, 2019). De acordo com Pereira (2021):

Primeiramente, foi reformado o bairro portuário do Recife, entre 1910 e 1915, aos moldes do urbanismo da Reforma de Paris, deixando poucos remanescentes da ocupação colonial. Nas décadas seguintes, aumentaram as pressões para que fossem iniciadas as obras no bairro de Santo Antônio; alguns anos depois, também no de São José. Planos de Reforma para os bairros foram sucessivamente apresentados e discutidos, fazendo circular as ideias do Higienismo, da Société Française d'Urbanisme e do Urbanismo Funcionalista propalado pela Carta de Atenas (PEREIRA, 2021, p. 57).

Assim, o Recife passou por importantes obras de remodelação urbana, além da implantação de sistemas de esgoto e abastecimento de água. Essas intervenções não apenas modernizaram a infraestrutura central, mas também promoveram a expansão viária e o saneamento, influenciando diretamente o crescimento territorial e a conexão com outras áreas da cidade, demandando intervenções em outros setores da urbe (REYNALDO, 1998).

O marco inicial dessas regulamentações ocorreu em 1919, com a promulgação da Lei Nº 1.051/1919, que instituiu um código de posturas e obras municipais fundamentado nos princípios sanitários propostos por Saturnino de Brito (DPPC, 2019). Nesse sentido, essa lei assegurou a verticalização, estipulando gabaritos mínimos e incentivando a construção de arranha-céus, deixando claro o modelo de cidade desejado ao determinar novos padrões de ocupação. Dessa forma, atuou introduzindo um zoneamento dividido em quatro áreas: perímetro principal, urbano, suburbano e rural, cada uma com regras específicas para ocupação e tipologias arquitetônicas, refletindo um planejamento radioconcêntrico, com o centro como área mais densa, voltada para atividades comerciais e administrativas, enquanto os demais perímetros eram destinados predominantemente ao uso residencial, com diferentes níveis de ocupação e obrigatoriedade de recuos (REYNALDO, 1998; MEDINA, 1997).



Figura 20: Zoneamento do Recife - Lei nº 1.051/1919.

Fonte: Recife, 1919 apud. DPPC, 2019.

No perímetro central, o desenho urbano priorizou a verticalização, proibindo recuos nas fachadas e impondo alturas mínimas às construções, alinhando-se à lógica de renovação inspirada nas reformas urbanas europeias, como as de Haussmann em Paris (MEDINA, 1996). Essa transformação também

incluiu a valorização de áreas estratégicas, como a Praça da Independência, no bairro de Santo Antônio, que se consolidou como ponto de articulação entre o centro e os bairros em expansão. Por outro lado, a separação entre usos residenciais e comerciais começou a ser delineada com os sobrados reservados para atividades econômicas e as áreas urbanas e suburbanas destinadas a habitações isoladas e com maior controle de salubridade, de acordo com Reynaldo (1998).



Figura 21: Vias com gabarito mínimo de 3 pavimentos - Lei de 1919, sobre mapa de 1932.
Fonte: Recife, 1919 e Museu da Cidade do Recife apud. DPPC, 2019.

Além disso, a legislação de 1919 trouxe avanços no controle do parcelamento do solo e na regulamentação de novas construções. Foram estabelecidos parâmetros que buscavam equilibrar o crescimento urbano com a qualidade ambiental, exigindo compensações por maior potencial construtivo e assegurando a ventilação e iluminação adequadas. Essas diretrizes urbanísticas não apenas moldaram a estrutura e a funcionalidade do Recife, mas também refletiram as intenções modernizadoras e a influência do poder político da época na configuração do espaço urbano (MEDINA, 1996).

Adentrando ainda mais no século XX, é válido ressaltar que o modelo de Carnaval promovido pelas elites urbanas de Recife, explicitado no capítulo anterior, começou a perder sua relevância (ARAÚJO, 1997). A decadência dos

Clubes de Alegoria e Crítica era inevitável diante do cenário econômico e social da época, já que a economia açucareira estava em crise e, sem o interesse das elites em sustentar esses eventos, os organizadores enfrentaram dificuldades crescentes. Segundo Araújo (1997), a censura policial aos carros alegóricos, especialmente os que satirizavam figuras políticas, foi outro fator que contribuiu para o declínio dessas sociedades:

Por fim, a polícia, por ignorância ou puro partidarismo político, censurava e proibia a saída de vários carros críticos, quase sempre, daqueles que atingiam os representantes do grupo oligárquico no poder (ARAÚJO, 1997, p. 206).

Enquanto isso, os Clubes Carnavalescos Pedestres, compostos pelas classes populares, emergiram com força ao ocupar as ruas e praças centrais da cidade, espaços tradicionalmente reservados às elites, tornando essas o “principal cenário” da festa (SANTOS, 2010, p. 47). Nesse sentido, admitir o fracasso do modelo burguês de Carnaval foi um golpe duro para a elite, pois não apenas significava a falência de suas expectativas culturais e ideológicas, como também representava a vitória de um Carnaval popular, contra o qual tanto lutaram (ARAÚJO, 1997).



Figura 22: Desfile de troça, em 1961.

Fonte: Katarina Real. FUNDAJ.

Nesse contexto, entre 1905 e 1915, em meio ao calor da festa, em que ritmos como dobrados militares, polcas, maxixes e modinhas se misturavam e a interação espontânea entre os foliões e as orquestras de metais, compostas principalmente por bandas marciais, surge gradualmente o que chamamos de frevo (IPHAN, 2006). Dessa forma, ainda conforme aponta o IPHAN, o frevo nesse momento “estava muito mais relacionada à efervescência e ao rebuliço das multidões nas ruas (vinculadas à conjuntura social e cultural da cidade), do que à música, que na época era chamada de marcha carnavalesca” (IPHAN, 2006, p. 42).

Não foi passado isso pra ninguém. Quando se colocou o nome, não foi relacionado só à música, foi relacionado ao movimento também, mas ninguém discute isso. Basta dizer que quando havia qualquer confusão relacionava-se à frevo... ‘tá um frevo danado ali’. O que ficou como frevo foi a música e o passo dividiu-se como o que dança, só que na verdade o frevo é a música e a dança juntos (CHAGAS, entrevista realizada em 13/09/2006 apud IPHAN, 2006, p. 42).

O frevo, então, traduzia a realidade de seu próprio tempo. Ele nasceu em um período de mudanças sociais e urbanas, no final do século XIX e início do século XX, em que o Recife vivia um momento de intensa agitação política, crescimento populacional, surgimento da classe operária, fortalecimento dos movimentos sindicais e reformas urbanas (ARAÚJO, 1996). Esse contexto de efervescência encontrou sua maior representação no frevo:

A essa época a cidade do Recife era um foco de agitação. E Pernambuco um centro de rebeldia. O Estado se transformara em centro revolucionário, pregando nacionalismo, pregando expulsão de portugueses, pregando a República, pregando a libertação dos escravos. As revoluções se sucediam. Os pernambucanos eram presos e fuzilados. O território é mutilado, sendo quase a metade entregue à Bahia, como castigo por esses levantes contra o governo central. Em compensação recebe o nome glorioso de Leão do Norte (DUARTE, 1968, p. 19 apud ARAÚJO, 1997, p. 211).

Portanto, o frevo nasceu e se consolidou no bairro de São José, no Recife, em razão da série de fatores sociais, culturais, geográficos e históricos retratados aqui, que convergiram, transformando essa localidade no berço ideal dessa manifestação cultural. Segundo o dossiê do IPHAN, “os bairros centrais do Recife, artérias primeiras da evolução do frevo, mesmo tendo passado por processos de degradação e mudanças, continuam sendo o palco principal do carnaval e do frevo” (IPHAN, 2014, p. 25). Além disso, ruas como a Rua da Concórdia, a Rua Direita e o Pátio do Terço se tornaram palcos naturais para os desfiles das agremiações, atraindo multidões e consolidando a tradição carnavalesca local (RABELLO, 2004, p. 127). Nesse sentido, a existência do frevo dependeu de diversos atributos essenciais. A formação das primeiras bandas de música, que tocavam marchas e dobrados, foi um fator decisivo, assim como o surgimento das agremiações carnavalescas e a comunidade local,

que, através de laços, teceu o carnaval. DaMatta (1997), então, ressalta, que as agremiações surgem da convivência cotidiana entre vizinhos, familiares, colegas de trabalho e amigos, e o Carnaval oferece uma oportunidade para que esses grupos se unam de maneira espontânea e participem da festa de forma coletiva.



Figura 23: Bloco das Flores registrado no Jornal do Recife, 1922.

Fonte: <<https://g1.globo.com/pe/paranambuco/carnaval/2020/noticia/2020/01/15/centenario-bloco-das-flores-comemora-20-anos-de-retorno-ao-carnaval-do-recife.ghtml>>. Acesso em 02 fev. 2025.

As festividades de carnaval, no bairro de São José, animadas por frevo, maracatu e rodas de capoeira, além de divertimento, serviam como uma forma de afirmação social para trabalhadores de baixa renda, como biscateiros e empregados de serviços gerais. Vale ressaltar que, inicialmente, a participação feminina nos Clubes Pedestres era restrita, pois tais grupos eram considerados perigosos e inadequados para mulheres e, apenas entre as décadas de 1920 e 1930, com o surgimento dos Blocos Líricos, foi permitida a presença das mulheres, principalmente impulsionada pelas famílias da classe média, que buscavam participar dos festejos (DPPC, 2019).

Os blocos carnavalescos mistos, também chamados de blocos líricos ou de pau e corda, foram fundados a partir da década de 1910 por grupos da classe média advindos dos bairros centrais do Recife, como São José e Boa Vista. Tais grupos buscavam desfrutar do carnaval de

rua sem se associar às agremiações populares e desfilavam isolados por cordões, o que possibilitou o início da participação feminina da classe média nas ruas, que se tornou bastante significativa. Os cordões eram protegidos e vigiados pelos homens [...] (SILVA, 2022, p. 54).

Entre as agremiações formadas em São José no período, destacam-se o **Bloco das Flores (Bloco Lírico)**, fundado em 1920 na Rua Imperial, além do **Clube de Frevo Prato Misterioso (1919)**, **Sociedade de Alegorias e Críticas Dragões de Momo (1920)** e **Turunas de São José (1923)**.

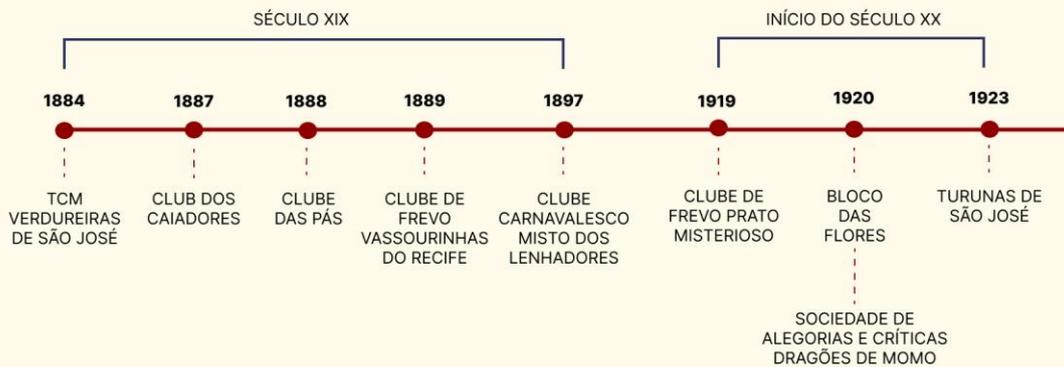


Figura 24: Linha do tempo com as agremiações nascidas em São José do século XIX ao início do século XX.

Fonte: Autoral, 2025.

Com a proliferação dos clubes, surgiram também rivalidades crescentes que, não raramente, resultavam em conflitos violentos quando os desfiles de diferentes grupos se cruzavam nas ruas, largos e pontes do Recife. Esses confrontos chegaram a ser noticiados na imprensa local, como no episódio relatado pelo *Diário de Pernambuco* em 1909, que descreve um confronto entre os músicos dos clubes Pás e Lenhadores, resultando em feridos e até em mortes. Muitas dessas rivalidades envolviam capoeiras, que desfilavam à frente dos cortejos para abrir caminho e proteger os estandartes das agremiações e, apesar da repressão à prática da capoeira, criminalizada desde 1890, sua presença nos desfiles contribuiu para a criação de diversos passos do frevo, que se originaram a partir dos movimentos típicos dessa luta (ARAÚJO, 1997). De acordo com Valdemar de Oliveira, “os movimentos ágeis e definidos dos corpos” dos capoeiras foram transformados em passos de dança, dando origem a uma coreografia vigorosa e improvisada, adaptada ao contexto carnavalesco para evitar repressões policiais (OLIVEIRA, 1985, p. 127).



Figura 25: Passos do Frevo, década de 1950, por Alexandre Berzin.

Fonte:

<<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2713956998744833&set=a.1206410226166192>>.
Acesso em 02 fev. 2025.

A permanência dos clubes pedestres nas ruas aconteceu após anos de repressão por parte da elite dominante, que inicialmente tentou controlar e eliminar essas manifestações populares com o uso da força policial. Diante da persistência dos foliões, as autoridades adotaram uma nova estratégia, buscando convivência e controle por meio de negociações com dirigentes das agremiações, processo esse que incluiu a "civilização" da linguagem visual dos clubes, impondo padrões aceitos pela elite e legitimando a participação popular no carnaval como parte de um projeto de construção da identidade nacional (SILVA, 2016).

Em 1911, o primeiro Congresso Carnavalesco selou a cooperação entre autoridades e clubes, visando um carnaval mais pacífico e organizado (SILVA, 2019), e, nesse contexto, a convivência entre diferentes classes sociais nas ruas durante o carnaval, sob a supervisão do Estado e influenciada pela imprensa, resultou na criação de símbolos que representavam essa nova identidade

nacional (SILVA, 2016). O próprio carnaval, com sua capacidade de unir pessoas de origens sociais distintas em um mesmo espaço público, tornou-se um símbolo maior dessa identidade em formação pois, segundo Araújo (1997 apud SILVA, 2016), “o carnaval celebrava a união entre os elementos formadores do tipo brasileiro – o branco, o negro e o índio –, devolvendo à sociedade a imagem de um povo mestiço, cuja expressão maior era o frevo”.

Ao longo das décadas de 1910 e 1920, o bairro de São José destacou-se como um importante núcleo de moradia popular, conforme apontado por Reynaldo (2017). Contudo, a partir de 1925, com o avanço do processo de expansão urbana do Recife, o bairro deixou de atrair novos moradores, sendo gradualmente ocupado por atividades comerciais e outros usos não residenciais (DUTRA, 2021, p. 164).

[...] não tardou a se observar também em São José o fenômeno do esvaziamento habitacional, e, a partir do ano de 1925, com a intensificação da expansão urbana, o bairro deixa de atrair a população residente, passando a ser ocupado por novas atividades não residenciais. (LIRA, 2021, p. 164).

Essa transformação afetou de maneira expressiva a dinâmica local, especialmente devido às alterações promovidas na antiga malha urbana pelos planos e intervenções urbanísticas ocorridas no Recife ao longo do século XX, como será abordado posteriormente. Esse contexto contribuiu para a mudança no perfil socioeconômico e urbano do bairro, refletindo também na realização de festejos populares, como o carnaval, uma vez que a predominância da função residencial favorecia uma intensa vida social na região:

A ocupação predominantemente residencial, que proporcionava festejos populares e dava oportunidade ao comércio, atribuindo uma dinâmica social ativa ao bairro, passou a ser modificada, juntamente com a malha urbana antiga, pelos planos e intervenções urbanas marcantes do século XX no Recife. Estas receberam influência do urbanismo francês, principalmente das ideias de Haussmann, e também da arquitetura, com implantação dos estilos neoclássico e eclético nas antigas e novas edificações (LIRA, 2021, p. 164).

Apesar dessas intensas transformações, as permanências materiais identificadas por Borges (2023), especialmente as praças, largos e pátios, permanecem como testemunhos silenciosos, porém significativos, da identidade cultural do bairro de São José, revelando uma persistente relação simbólica entre o uso social e a estrutura física do espaço urbano. Esses espaços livres, formados desde o século XVIII (BORGES, 2023), acentuam-se como pontos de referência e agregação cultural, onde práticas cotidianas e festividades, como o Carnaval, encontram continuidade histórica e cultural.

Esses espaços livres são considerados elementos de articulação significativos para a configuração desses bairros, e também, fortes

elementos veiculadores da memória deste lugar, no qual várias manifestações culturais aconteceram e ainda acontecem, sendo estes espaços sociais urbanos de intensa influência na dinâmica da cidade [...] (BORGES, 2023, p. 172).

Sua permanência reforça a visão de cidade aberta e plural descrita por Zancheti (2012), onde largos, pátios e percursos, próprios da lógica urbana barroca, criam ambientes propícios para manifestações populares e espontâneas. Mesmo diante das profundas transformações urbanas ocorridas ao longo dos séculos, como será tratado adiante, esses espaços resistem enquanto elementos veiculadores da significância cultural (BORGES, 2023) do tecido urbano do bairro de São José, demonstrando claramente como a materialidade histórica e as expressões culturais carnavalescas se complementam mutuamente. Portanto, entender e valorizar essas áreas é reconhecer não apenas sua relevância material e urbanística, mas também seu papel vital na manutenção da identidade cultural do Carnaval de São José e do Recife

capítulo 02

ENTRE PLANOS E PASSOS:

**São José e o Carnaval
entre 1930 e 1980**



A cidade, em sua essência, é um espaço em constante transformação, no qual a materialidade do ambiente urbano e a imaterialidade das práticas sociais se entrelaçam e se influenciam mutuamente. O bairro de São José, inserido no núcleo central do Recife, passou por mudanças significativas ao longo do século XX, refletindo tanto as políticas urbanísticas quanto às dinâmicas culturais que moldaram sua identidade. Entre as décadas de 1930 e 1980, as reformas promovidas no bairro alteraram profundamente sua paisagem e seu papel na cidade, impactando diretamente o Carnaval de rua e suas expressões populares. A afirmação de Lowenthal (2013, p. 22) de que **“um patrimônio desvinculado da vida cotidiana não pode contar com o apoio popular”** sintetiza o desafio enfrentado nesse período, no qual a proteção do patrimônio material esteve predominantemente voltada à dimensão física e arquitetônica, sem ainda considerar plenamente as manifestações culturais locais.

Embora tais dimensões tenham seguido trajetórias paralelas ou, muitas vezes, dissociadas, é preciso compreender que essa questão passou a ganhar relevância nas discussões sobre preservação apenas mais recentemente, especialmente no século XXI. A perspectiva adotada aqui visa justamente demonstrar, por meio da história urbana do bairro, como se articulam progressivamente as transformações espaciais e sociais com as políticas de preservação patrimonial e cultural, tendo o Carnaval como uma expressão particularmente sensível dessa relação.

A metodologia adotada para esta investigação baseia-se em uma abordagem histórico-morfológica do bairro, considerando planos e projetos urbanísticos, legislações, mapas, fotografias e literatura especializada. A escolha de normativas como marcos temporais não busca restringir a análise aos efeitos das leis, mas sim compreender como as reformas, por exemplo, implementadas ao longo do século influenciaram a organização espacial e, conseqüentemente, a vivência do Carnaval de rua em São José.

Então, este capítulo propõe examinar os marcos que definiram a evolução urbana e social de São José entre 1930 e 1980, explorando como as transformações urbanísticas impactaram a vivência do Carnaval de rua. Para tanto, adota-se uma divisão temporal em três períodos - baseada na integração das contribuições de Borges (2023), Guillen e Silva (2018) e Silva (2019) -, sendo esses: 1930 a 1946, 1946 a 1978 e 1978 a 1980.

De acordo com Borges (2023), os anos entre 1930 e 1946 caracterizaram-se por um forte intervencionismo modernista e higienista, com destaque para os princípios urbanísticos influenciados pela Sociedade Francesa de Urbanismo e pelos CIAMs, impactando a paisagem dos bairros de São José e Santo Antônio. Essa visão complementa-se às análises de Guillen e Silva (2018) e Silva (2019), que identificam, nesse mesmo período, a tentativa de normatização e controle do Carnaval, denominada “Carnaval Dirigido”, cuja criação da Federação Carnavalesca Pernambucana (FECAPE), em 1935, é o marco institucional.

O período entre 1946 e 1978, se destaca com a consolidação do ideário modernista, com maior monumentalidade e funcionalidade no planejamento urbano (BORGES, 2023), coincidindo com o período identificado por Guillen e Silva (2018) e Silva (2019), como a passagem para o “Carnaval Espetáculo”, marcado por desfiles mais organizados, públicos passivos e uma espetacularização crescente da festa popular.

Finalmente, os anos de 1978 a 1980 são marcados por políticas protecionistas de conservação patrimonial, apontadas por Borges (2023), quando se amplia a preocupação com a preservação do tecido urbano tradicional, e converge para o resgate da cultura popular descrito por Silva (2019), denominado “Carnaval Participação”. Esse último período é marcado pela criação da Fundação de Cultura Cidade do Recife (1979), cujo objetivo foi resgatar um modelo carnavalesco mais espontâneo, onde não existisse separação clara entre o público brincante e o espectador (GUILLEN e SILVA, 2018).

O cruzamento entre a materialidade do espaço urbano e a imaterialidade do festejo permite interpretar esse espaço urbano para além das intervenções físicas, reconhecendo a importância das práticas culturais e sociais que resistiram e se adaptaram às mudanças impostas pelo planejamento urbano. Dessa forma, este capítulo não se propõe a abarcar o processo de urbanização do Recife em sua totalidade, mas sim destacar os principais momentos que redefiniram São José em sua estrutura territorial, organização social, dinâmica econômica e expressões culturais. Ao analisar a interação entre as transformações urbanas e a dinâmica carnavalesca, busca-se evidenciar as tensões entre modernização e preservação, controle e espontaneidade, dirigismo e participação popular, refletindo sobre como essas forças moldaram tanto o bairro quanto sua maior expressão cultural, o Carnaval.

2.1. 1930 a 1946: intervencionismo modernista e higienista e o Carnaval Dirigido

Fortemente influenciado pelos princípios da **Sociedade Francesa de Urbanismo** e pelas **ideias modernistas** difundidas nas cartas do CIAM, o Recife vivenciou profundas transformações urbanísticas entre as décadas de 1930 e 1946, com inspiração direta a partir do modelo parisiense de Haussmann (DUTRA, 2018), que pregava a criação de largas avenidas e a demolição de áreas antigas para dar lugar a uma cidade mais funcional e monumental. Esse pensamento urbanístico, centrado na **modernização e higienização**, guiou as intervenções promovidas nos bairros de Santo Antônio e São José, com o objetivo de substituir o tecido urbano colonial por uma nova configuração ordenada e moderna (MOREIRA, 1992), promovendo extensas demolições e remodelações, impactando a **dinâmica social e cultural** desses bairros.

Entre 1926 e 1943, diversos planos urbanísticos foram elaborados, destacando-se os de Domingos Ferreira (1926 e 1927), Nestor de Figueiredo (1930, 1932 e 1934), Atílio Corrêa Lima (1936), a Comissão do Plano da Cidade (CPC) (1938) e Ulhôa Cintra (1943), ocorrendo, de acordo com Pontual (1998), em um contexto de intensa “efervescência cultural”, gerando discussões por toda a sociedade recifense através da divulgação e do debate por meio da imprensa local.

Os planos tinham como foco principal a abertura de novas avenidas e a verticalização dos bairros centrais. A prática de “desventramento” (PEREIRA, 2021), que consistia na remoção abrupta de partes antigas do tecido urbano, foi comum e legitimada pelas legislações municipais, que estabeleciam padrões mínimos de gabarito, incentivando a construção de edifícios altos.

Além disso, em 1931, foi criada a Comissão Consultiva do Plano da Cidade, com a participação de engenheiros, arquitetos e representantes de instituições como o Clube de Engenharia e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). Com diversas subcomissões formadas, a que se ocupou da história e preservação de monumentos, formada apenas por jornalistas, classificou os bens em duas categorias: os que deveriam ser preservados integralmente e os que poderiam ser demolidos (PONTUAL e PICCOLO, 2018), como a Igreja Matriz de Santo Antônio. Esse contexto demonstra a tentativa de imposição de um modelo urbano funcionalista, no qual a cidade deveria ser uma “artéria de circulação” eficiente, e os bairros centrais, como Santo Antônio e São José, assumiram um papel estratégico na nova configuração planejada para o Recife, segundo Pontual e Piccolo (2008).

Paralelamente, a tentativa de disciplinar e normatizar o Carnaval foi intensificada com a criação da Federação Carnavalesca de Pernambuco (FECAPE), em 1935, que buscava regularizar os desfiles (SILVA, 2019). Essa intervenção estatal no festejo popular refletia um movimento mais amplo de controle sobre o espaço urbano e suas manifestações culturais, moldando o Carnaval de acordo com os valores da elite e do Estado. Desse modo, entre 1930 e 1946, o Recife vivenciou um **duplo processo de transformação**: de um lado, a reconfiguração física da cidade por meio das reformas urbanísticas e, de outro, a tentativa de institucionalizar e direcionar as festividades carnavalescas, redefinindo seu caráter e limitando sua espontaneidade.

Domingos Ferreira (1926 e 1927):

Alguns dos primeiros projetos de reestruturação para os bairros de Santo Antônio e São José foram **desenvolvidos por Domingos Ferreira, em 1926 e 1927** (DDPC, 2019). Assim, em 1927, iniciaram-se as obras em Santo Antônio com base nos planos elaborados, que previam significativas mudanças no sistema viário, incluindo a demolição de vielas e antigas edificações, conforme

aponta Pontual (1999). No entanto, com a Revolução de 1930 e a nomeação do novo prefeito Lauro Borba, o projeto foi considerado economicamente inviável, pois seu financiamento dependia da venda de lotes decorrentes da intervenção, estratégia que já havia mostrado pouca eficácia no Bairro do Recife, onde ainda restavam lotes requeríveis anos após uma reforma semelhante e, assim, acabou não sendo executado (DPPC 2019).



Figura 26: Proposta de Domingos Ferreira, 1927, com destaque na Praça da Independência.
Fonte: DPPC, 2019.

Diante desse cenário, o Clube de Engenharia foi chamado para propor uma solução mais viável, resultando no "Projeto de Melhoramentos do Recife", apresentado por José Estelita, Moraes Rego e Eduardo Jorge Pereira, aprovado em 1931 (DPPC, 2019). No mesmo ano, Lauro Borba convidou Nestor de Figueiredo para desenvolver um plano urbanístico para a cidade do Recife, que iniciou a partir da criação da Comissão Consultiva do Plano da Cidade, composta por representantes de diversas instituições locais, como o Clube de Engenharia, Associação Comercial e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP).

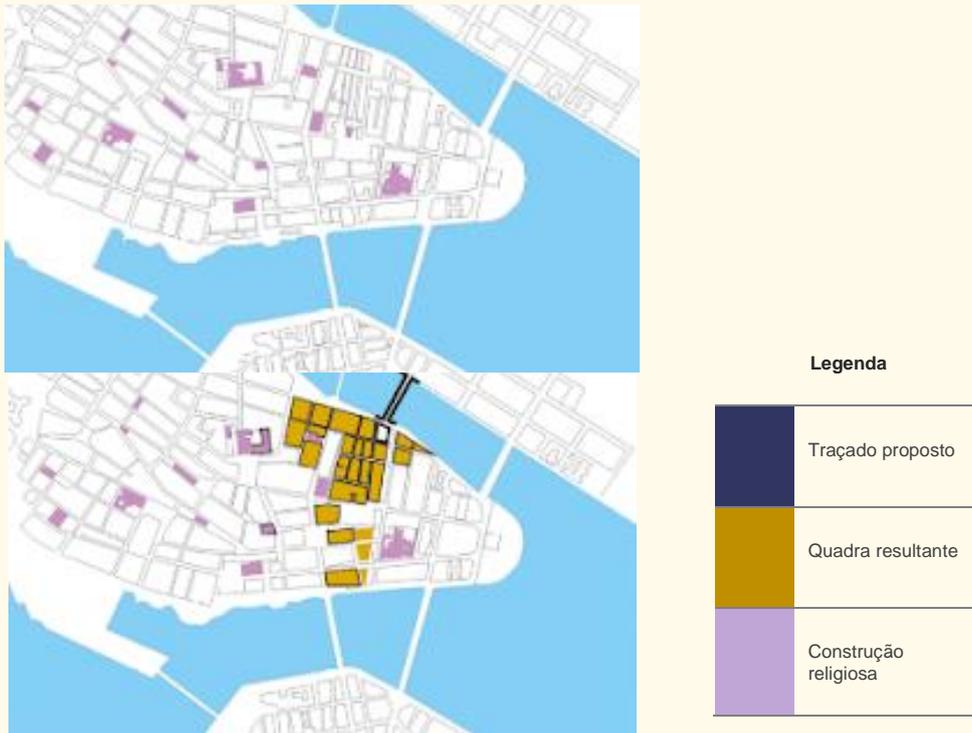


Figura 27: Projeto de Melhoramentos de 1930.

Fonte: REYNALDO, 2017.

A comissão foi organizada em diversas subcomissões temáticas encarregadas de desenvolver propostas para diferentes áreas e, dentre elas, merece destaque a subcomissão de loteamento e análise econômica dos terrenos, cuja contribuição foi fundamental ao definir um zoneamento urbano que, posteriormente, orientou a criação do Regulamento de Construções de 1936 (OUTTES, 1991).

Nestor de Figueiredo (1930, 1932, 1934):

Mais a frente, os estudos conduzidos por **Nestor de Figueiredo**, **apresentados em 1932**, previam a Praça da Independência como ponto central de onde partiriam os novos traçados radiais para a expansão urbana (PONTUAL, 1999) e a construção de edificações de caráter monumental. O plano abrangia a totalidade do bairro de Santo Antônio e parte relevante de São José, com propostas que eliminavam o uso habitacional, destinando os pavimentos térreos a estabelecimentos comerciais, como cafés, restaurantes e lojas, e reservando os andares superiores para escritórios e empreendimentos de alto padrão (OUTTES, 1991).

Entretanto, a proposta enfrentou severas críticas devido aos altos custos necessários para sua implementação, à inadequação do formato das quadras e ao subaproveitamento das infraestruturas já existentes, como as redes de água e esgoto. Vale destacar que pouca atenção foi dada à preservação do traçado histórico (REYNALDO, 1998) e à manutenção das características originais dos

largos e pátios, que seriam substituídos por espaços com uma escala monumental distinta (DPPC, 2019).

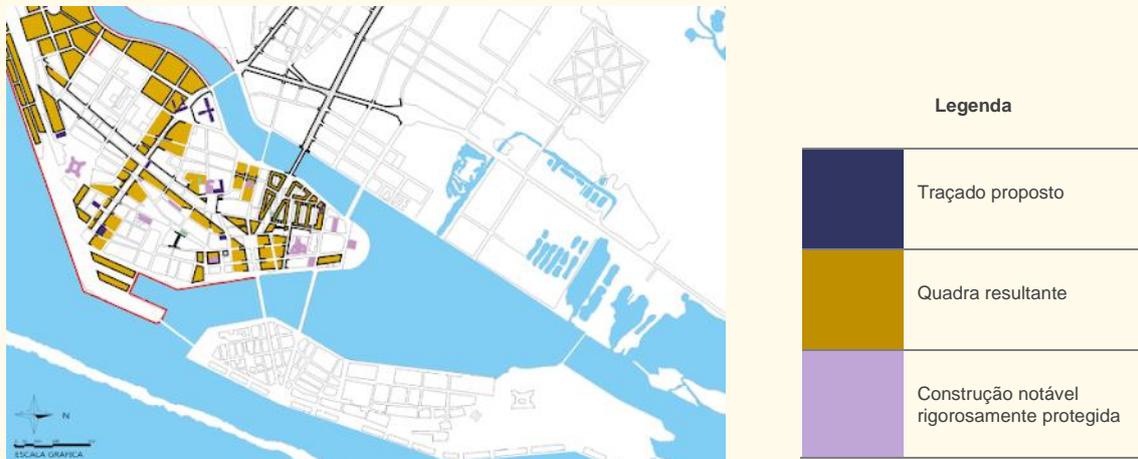


Figura 28: Plano de Nestor de Figueiredo de 1934 sobre a planta de 1932, com os traçados propostos para dos bairros do Recife, São José, Santo Antônio e boa parte da Boa Vista.

Fonte: REYNALDO, 2017.

Ainda de acordo com a DPPC (2019), **em 1934, o plano foi revisado e aprovado pela Comissão do Plano da Cidade**, que incorporou algumas alterações:



Figura 29: Plano de Santo Antônio aprovado pela CPC em 1934.

Fonte: Arquivo de Consultas Prévias, DIRCON – URB – Recife apud. DPPC, 2019.

No entanto, sucessivos adiamentos e novos planos, como os de Atílio Corrêa Lima (1936) e Ulhôa Cintra (1943), levaram à elaboração de uma nova versão, aprovada em 1938, que retomava certos elementos da proposta inicial

de Domingos Ferreira, a ser tratada posteriormente. A execução desse projeto se arrastou até a década de 1950, sendo marcada por contínuas desapropriações e demolições (OUTTES, 1991), mesmo na ausência de uma proposta definitiva, com essas ações justificadas, em parte, pelos princípios higienistas da época, que priorizavam a remoção de cortiços e a realocação de seus moradores em nome da salubridade urbana.

Adentrando os anos 1930 e 1940, esses são caracterizados por intensos debates marcados por uma tentativa de "civilizar" as festividades populares, um tema recorrente na história da cidade do Recife. Embora houvesse a intenção de preservar o caráter irreverente e popular do Carnaval, o medo de desordem impulsionava diversas **medidas repressivas e disciplinadoras**.



Figura 30: Foliões no centro do Recife, 1939.

Fonte: Ivan Granville. Reproduzida em

<<https://www.facebook.com/photo/?fbid=3038775269596336&set=a.1450291461778066>>.

Acesso em 02 fev. 2024.

Nesse contexto, o período de atuação do interventor Agamenon Magalhães no Recife marcou o festejo do carnaval com intervenções que buscavam **moldar hábitos e costumes** alinhados aos ideais do Estado e das elites locais, compreendendo-o como um elemento essencial para a formação

da memória e da identidade cultural (SANTOS, 2008). A reorganização dessa festa de rua refletia o desejo de adequar o Carnaval às exigências de uma sociedade moderna emergente, considerando-o como uma manifestação provinciana, como frisa a historiadora Maria das Graças Ataíde (apud SANTOS, 2008): o frevo e o maracatu eram vistos como expressões de “arte inferior”, sendo alvos de um processo de “civilização” e, enquanto isso, o jazz era promovido como o ritmo adequado aos clubes sofisticados da cidade.

Dessa forma, até 1935, o controle limitava-se às licenças obrigatórias para os desfiles, porém, com a **criação da FECAPE**, liderada por figuras influentes, como o jornalista Mário Melo e o empresário Joseph Fish, surgiu uma iniciativa mais ampla e organizada (SILVA, 2019). Segundo a socióloga Rita de Cássia Araújo (1997), a FECAPE combinava **incentivos e repressões**, buscando não só disciplinar a festa, mas também moldá-la conforme padrões “civilizados” e tradicionais, promovendo a criação de concursos, premiações e o subsídio às agremiações. Além disso, a instituição elaborou normas detalhadas para as agremiações, desde a padronização das fantasias — que deveriam representar elementos da cultura e economia local — até a definição dos espaços e trajetos dos desfiles, de acordo com Leonardo Dantas Silva (2019). Nesse sentido, havia uma tentativa clara de reforçar o caráter disciplinador da festa e “reeducar” os foliões, especialmente os de classes populares, caracterizando o período chamado de “**Carnaval Dirigido**” (SILVA, 2019), em detrimento do “Carnaval de Participação”.

Nesse sentido, a Federação Carnavalesca intervém, principalmente, no que se refere aos recursos angariados para patrocinar a festa, buscando centralizar, em seu poder, a distribuição desses mesmos recursos. Deslegitimam-se, gradativamente, as práticas tão corriqueiras entre as agremiações de passarem no comércio o livro de ouro, bem como os pedidos individuais de auxílio a políticos e pessoas de posse. A Federação Carnavalesca buscou atuar e normatizar uma questão central que subjaz à festa: os investimentos que lhe davam suporte (GUILLEN e SILVA, 2018, p.12 e 13).

Entretanto, vale ressaltar que a aplicação dessas regras não ocorreu sem resistência e diversos grupos carnavalescos reagiram, criando estratégias para contornar as normas, com muitas agremiações desfilando sem autorização ou com documentos falsificados, mudando seus percursos ou sedes para evitar o controle policial (SILVA, 2019). O Carnaval de rua, nesse contexto, tornou-se um espaço de disputa, mas também de criação e reinvenção cultural. As ruas, esquinas, pátios e praças passaram a ser territórios simbólicos, onde a diversidade de expressões culturais, como troças e maracatus, se manifestava e, **mesmo sob intensa regulamentação, a festa manteve seu caráter coletivo e popular**, refletindo a complexa teia de influências culturais que constitui a identidade pernambucana.



Figura 31: Criança frevando, em 1958.

Fonte: Mário de Carvalho. Reproduzida em <<https://revistaogrito.com/fotos-incriveis-do-carnaval-de-antigamente-no-recife/>>. Acesso em 02 fev. 2024.

Atílio Corrêa Lima (1936) e decretos nº 374/1936 e nº 75/1938:

Avançando para mais uma proposta de remodelação, o **plano de Atílio Corrêa Lima** (Plano para o Bairro de Santo Antônio e o Plano de Expansão da Cidade), **elaborado em 1936**, destacou-se, de acordo com Loretto (2008), por promover alterações mais sutis na malha urbana, mantendo grande parte das quadras e vias originais. Ainda assim, apesar de seu reduzido impacto estrutural, a proposta não chegou a ser implementada. Com relação aos **Decretos nº 374 de 1936 e nº 75 de 1938**, esses representam marcos importantes na regulamentação do desenvolvimento urbano do Recife, mas também refletem um contexto de forte intervenção estatal na forma de ocupação e uso do solo.



Figura 32: Zoneamento da cidade do Recife - Decreto nº 374/1936.

Fonte: Recife, 1936 apud. DPPC, 2019.

Segundo Medina (1996), o Decreto nº 374 introduziu parâmetros de taxa de ocupação e limites de gabarito que privilegiavam a expansão vertical, especialmente nas áreas centrais, sob a justificativa de garantir salubridade e modernidade à cidade. Essa regulamentação, ao mesmo tempo que buscava disciplinar a ocupação urbana, impunha um modelo de cidade que visava **afastar as camadas populares das áreas mais valorizadas**, como evidenciado na proibição de construções rústicas, tais como casas de taipa nas zonas principais e urbanas (DPPC, 2019).

A cidade proposta era, portanto, gradativamente vertical e densa da periferia para o centro. Importa observar que, na zona principal e na zona urbana, não eram aceitas edificações térreas, de caráter tipicamente popular, que eram comuns em São José, por exemplo (DPPC, 2019, p. 26).

Entretanto, essa tentativa de modernização não ocorreu sem críticas. A ênfase no crescimento vertical e na criação de novas subzonas funcionais (MENEZES, 2022) reforçava uma visão de cidade baseada em zonas bem delimitadas por atividades específicas, como comercial, residencial e industrial, dificultando a coexistência de múltiplos usos em um mesmo espaço urbano, o que era comum nas áreas tradicionais de Santo Antônio e São José.

Já o Decreto nº 75 de 1938, que reduziu o limite máximo de altura para oito pavimentos, em vez de doze, de certa forma corrigindo os excessos propostos pelo Decreto nº 374, mas ainda assim manteve o foco na verticalização controlada (REYNALDO, 1998) e na conformidade às normas estabelecidas pela Comissão do Plano da Cidade. Apesar de buscar modernizar a cidade, esses planos também desconsideraram aspectos importantes da trama histórica e social do Recife, como a **manutenção das práticas cotidianas das populações locais**, priorizando uma visão higienista e funcionalista do urbanismo, em conformidade com o pensamento vigente da época.

Portanto, embora esses decretos tenham sido fundamentais para estruturar a expansão urbana do Recife, eles também provocaram impactos negativos ao impor um modelo de cidade excludente e pouco sensível às dinâmicas sociais existentes. A busca por uma "cidade moderna" trouxe consigo o fomento ao **afastamento das classes populares, a destruição de parte do tecido urbano histórico e a criação de novos centros terciários voltados às elites**, corroborando para com uma morfologia urbana que favorece a segregação socioespacial. Essa forma de planejamento urbano impulsionou a fragmentação da cidade, onde o centro se tornou um espaço de negócios e comércio, enquanto as áreas periféricas foram relegadas ao uso exclusivamente residencial, muitas vezes sem a devida infraestrutura e serviços.

Comissão do Plano da Cidade (1938):

Já o plano de reforma urbana elaborado pela **Comissão do Plano da Cidade foi aprovado em 1938**, no governo do prefeito Novaes Filho, resultando em mudanças significativas no bairro de Santo Antônio. Esse projeto, baseado em parte no plano anterior de Nestor de Figueiredo (1934), propunha intervenções radicais, incluindo a demolição de várias quadras e a reconfiguração da malha viária, além da criação de importantes vias, como a Avenida 10 de Novembro, atual Avenida Guararapes, e a Avenida Norte-Sul, atual Avenida Dantas Barreto. De acordo com Pontual e Piccolo (2008), essas intervenções resultaram na eliminação de 10 ruas e 3 travessas, além da destruição de edificações importantes, como a Igreja do Paraíso e a Santa Casa de Misericórdia.

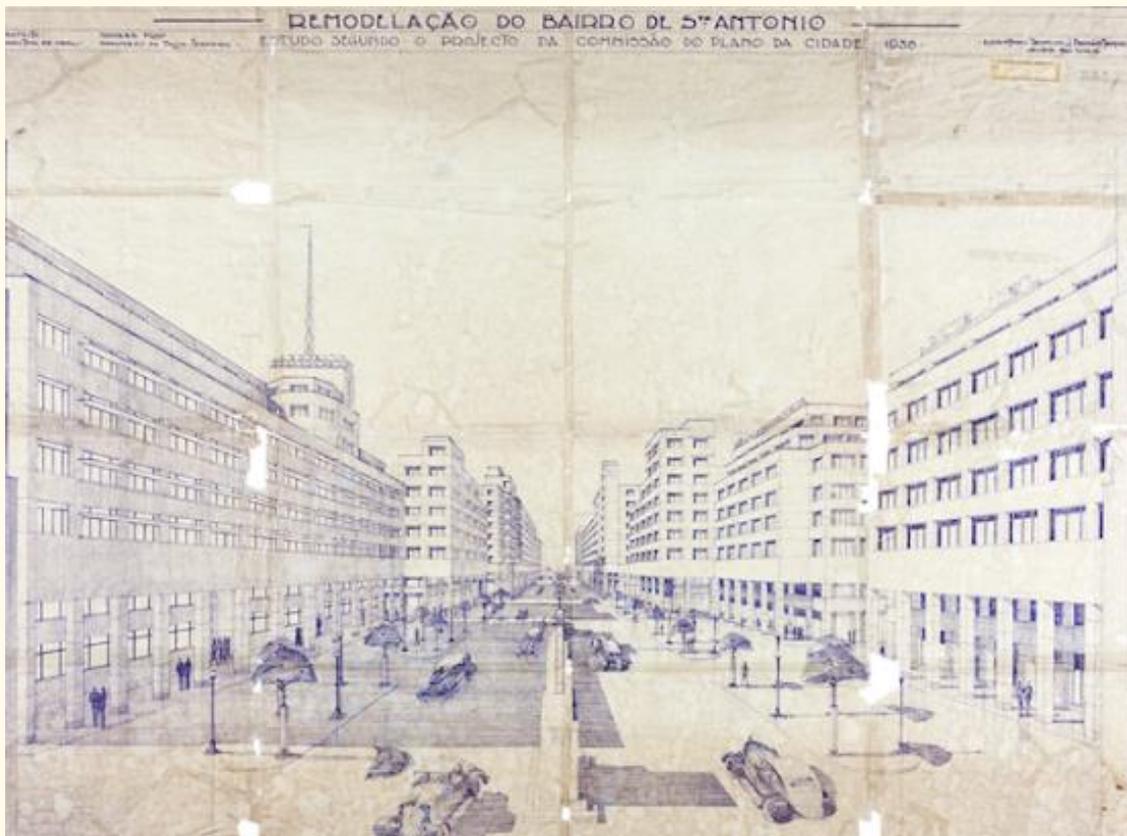


Figura 33: Perspectiva de estudo da Avenida Guararapes do plano da CPC de 1938.

Fonte: MARQUES, 1938 apud. REYNALDO, 2017.

O projeto promoveu duas abordagens distintas para as áreas separadas pelo eixo norte-sul que cortava o bairro. Segundo Loretto (2008), enquanto a porção inferior do bairro foi submetida a uma retificação da malha viária para melhorar a circulação, a porção superior passou por uma transformação completa, que incluiu a criação de novas vias e a redefinição dos lotes. A Praça da Independência, posicionada como ponto de convergência do novo traçado, também sofreu alterações, perdendo sua configuração original de praça fechada e quadrada.

É necessário frisar que as obras desse referido projeto se estenderam até a década de 1950, como frisa Outtes (1991), com contínuas desapropriações e

demolições, mesmo na ausência de um plano definitivo. Nesse sentido, segundo a DPPC (2019), a justificativa para essas ações estava associada a princípios higienistas, que consideravam essencial a remoção de cortiços e a expulsão de suas populações como parte de um esforço para "sanear" a área central.

Dessa forma, esse movimento transformador atingiu de forma significativa o bairro de Santo Antônio e, mais a frente, São José, tradicionalmente habitado por trabalhadores de baixa renda e carnavalescos que viviam em cortiços e edificações térreas localizados em vielas, becos sem pavimentação e áreas marcadas por condições precárias:

Essa expansão da alteração física da cidade reflete no deslocamento de alguns brincantes e sedes de agremiações carnavalescas para as áreas periféricas do Recife. O bairro de São José, reduto de numerosos grupos culturais, entre os quais, os Clubes de Frevo Vassourinhas, Bola de Ouro, Rebeldes Imperiais, Clube das Pás; as Troças Prato Misterioso, Quitadeiras de São José; o Bloco Batutas de São José; a Escola de Samba Estudantes de São José; e o Grupo de Samba Saberé, tem parte de sua paisagem destruída nesse processo de transformação (SANTOS, 2008, p. 2).

Essas ações, embora justificadas como necessárias para a salubridade, também atendiam aos interesses das elites comerciais e financeiras, que buscavam reconfigurar o centro urbano de acordo com padrões modernos e funcionais, conforme argumenta Moreira (1992).

A vida comunitária nos bairros centrais, profundamente enraizada em redes sociais e culturais, sofreu grandes impactos. A sua relação com o território é revelada em documentos históricos, tais quais os **registros do Bloco Batutas de São José, nascido em São José no ano de 1932**, explicitando a forte conexão entre os moradores e as ruas, becos e pátios que compunham esses bairros, como a Rua Imperial, o Pátio do Terço e a Travessa Estreita do Rosário (SANTOS, 2008). Essas áreas eram palco de práticas culturais intensas, desde a confecção de fantasias até os ensaios das agremiações carnavalescas, que davam vida e significado ao espaço urbano. Ou seja, o conjunto edificado era intensamente conectado à dinâmica imaterial de construção da festa.

Movimentos de entra e sai nas casas dos associados e nas sedes; o troca-troca de materiais; as longas jornadas de trabalho para confecção das fantasias; os ensaios; a montagem dos repertórios; a colagem dos adornos, enfim práticas cotidianas que transformam essas paisagens em espaços vivos, tangíveis e simbólicos, constituídos pelos diferentes sujeitos históricos e, por isso, repletos de significados e representações. Diante desse cenário de transformações urbanísticas configurado, de expansão da cidade nova, onde os mais pobres não têm acesso, o espaço vivido pelos carnavalescos e suas agremiações encontra-se em processo de intensas modificações provocadas pelo forte impacto da modernidade (SANTOS, 2008, p. 2).



Legenda

	Rua Vidal de Negreiros, 199
	Rua Direita, 106, 109 e 59
	Pátio de São Pedro, 44 e 47
	Rua São João, 615
	Rua Santa Cecília, 55
	Rua Santa Rita, 47
	Rua da Praia, 137 e 147
	Largo do Rosário, 273
	Praça do Carmo, 10

Figura 34: Residências de alguns dos sócios do Bloco Carnavalesco Misto Batutas de São José, identificadas na Planta da Cidade do Recife da década de 1930.

Fonte: Estabelo Graphico Recife. Simoner e Cia. (A.P.E.J.E). Reproduzido por Santos (2008).

Ainda sobre a relação dos carnavalescos com o território, Santos (2008) explicita o relato da carnavalesca Sevi Caminha, que expõe a intensa rotina do Bairro de São José durante os preparativos para o Carnaval:

Morávamos na Rua das Águas Verdes, onde tem a Igreja de Nossa Senhora do Terço. Nessa época era conhecida como Rua Lamas Valentim. [...] Perto da nossa casa tinha uma senhora que costurava para Vassourinhas do Recife (Clube), Dona Arlinda Cruz, e mais adiante, já no final da Rua das Águas Verdes, tinha um alfaiate, Augusto Bandeira, que é justamente Seu Bandeira do Batutas de São José (Bloco). [...] São José tinha três alfaiates famosos, que eram carnavalescos doentes: Augusto Bandeira, Joazinho de Vassourinhas e Seu Olavo, que costurava para as diretorias de diversas agremiações. Ele não tinha agremiação. Ele só costurava pras diretorias, porque as diretorias caprichavam muito nos ternos. Era uma roupa diferente, não era uma fantasia. Era um terno bem caprichado (SANTOS, 2008, p. 52).

Abaixo, a linha do tempo ¹voltada para o nascimento das agremiações, contemplando o Bloco Batutas de São José (1932):

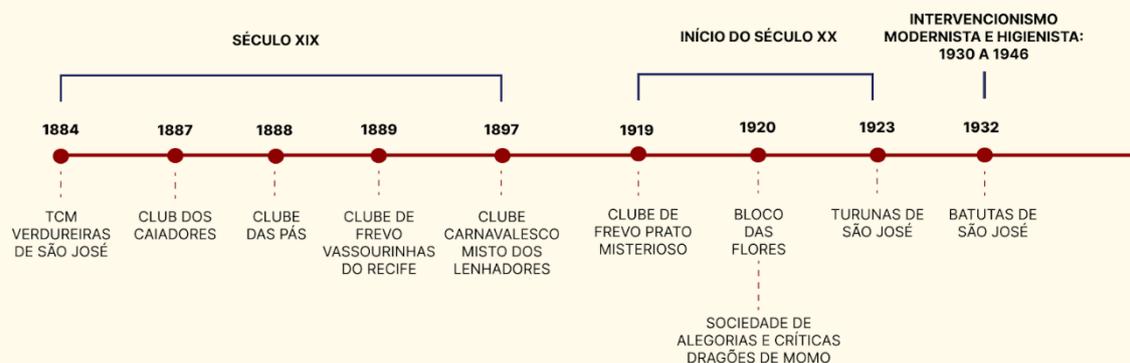


Figura 35: Linha do tempo com as agremiações nascidas em São José do século XIX a 1946 (século XX).

Fonte: Autoral, 2025.

O movimento constante dos membros das agremiações, indo e vindo das residências de costureiras e bordadeiras para experimentar fantasias e ajustar os últimos detalhes, revela a dinâmica vibrante da comunidade. O esforço coletivo da vizinhança se destacava em extensas jornadas de trabalho, dedicadas à aplicação de enfeites, aos ensaios que atravessavam a madrugada, às negociações, à troca de materiais e à cuidadosa seleção de tecidos, aviamentos e diversos outros itens essenciais para o brilho da festa (SANTOS, 2008).

¹ É importante frisar, novamente, que são consideradas na linha do tempo apenas as agremiações que possuem registro da sua data de nascimento.



Figura 36: Bloco de carnaval na Rua da Concórdia, em 1944.

Fonte: Alexandre Berzin. Museu da Cidade do Recife.

Com a expansão da cidade orientada por ideais modernistas, esses espaços tradicionais começaram a desaparecer e as áreas centrais, antes ocupadas pelos menos abastados, foram redesenhadas e tornaram-se inacessíveis a essas populações. As áreas de moradias populares passaram a ser vistas como focos de degradação social e física, sendo alvos de remoção e corroborando com a saída da população do centro, impactando o festejo do Carnaval tradicional, enraizado nos bairros centrais, como em São José.

Os clubes carnavalescos sempre mantiveram um delicado balanço entre o carnaval do centro da cidade e o carnaval do seu bairro de origem. Antigamente, quando o Recife ainda era uma “cidade pequena”, os bairros de origem de grande parte desses clubes coincidiam com o chamado “centro”. Assim, o carnaval se concentrava nas ruas e bairros tradicionais, em São José, Santo Antônio e Boa Vista, Rua da Imperatriz, Rua da Concórdia, Rua Nova e tantas outras (REAL, 1990, p. 4).

Portanto, a transformação no centro do Recife corroborou diretamente com o deslocamento dos clubes carnavalescos do centro da cidade para bairros mais periféricos, transformação essa que foi fomentada desde a década de 1930. O Carnaval, que era vivido intensamente nas ruas centrais, onde a proximidade entre o espaço de origem das agremiações e os locais de desfile fortalecia a conexão entre as manifestações culturais e a vida cotidiana dos moradores, começa a se transformar, com o crescimento urbano e a expansão da cidade.



Figura 37: Orquestra de frevo, em 1958.

Fonte: Mário de Carvalho. Reproduzido em <<https://revistaogrito.com/fotos-incriveis-do-carnaval-de-antigamente-no-recife/>>. Acesso em 02 fev. 2024.

Assim, o Recife entrou em um processo de transição, tanto espacial quanto cultural. A urbanização acelerada, as transformações nas dinâmicas sociais e econômicas e as intervenções urbanísticas contribuíram para o afastamento das sedes das agremiações do centro. Como resultado, esses clubes passaram a rarear paulatinamente nas áreas centrais, aparecendo principalmente em eventos oficiais e apresentações organizadas pela Federação Carnavalesca Pernambucana (REAL, 1990), o que demonstra uma perda da espontaneidade que antes caracterizava o Carnaval de rua, em detrimento do “Carnaval Dirigido”.

Outro aspecto relevante dessa reforma foi o impacto na morfologia urbana do bairro de Santo Antônio, pois as novas edificações ao longo da Avenida Guararapes formaram um conjunto monumental, caracterizado pela uniformidade de altura e pela presença de galerias nos pavimentos térreos, o que ampliava a largura das vias e criava uma perspectiva grandiosa, como observa Amaral (2001).

Nesse período (1936-1945), teve início a primeira fase da atuação do **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)**, caracterizada pelo inventário e tombamento dos edifícios de excepcional valor para a nação. Em 1938, foram tombados 15 imóveis na cidade, sendo que, desses, 7 estão localizados em Santo Antônio, diretamente na área a ser reformada (MENEZES, 2022, p. 158). A classificação desses imóveis coincidiu com a elaboração e execução dos planos de remodelação do bairro, no entanto, o planejamento da reforma se deu de maneira independente da ação protecionista do órgão federal,

que esteve dedicado exclusivamente ao inventário dos monumentos, devido à urgência em preservá-los (REYNALDO, 1998).



Figura 38: Edificações protegidas pelo Dphan nos bairros de São José e Santo Antônio, em 1938.

Fonte: Reynaldo, 2017.

Nesse cenário, sob a influência do movimento modernista, prevaleceu o princípio da tabula rasa (PEREIRA, 2021), que resultou na destruição de importantes "artefatos urbanos e arquitetônicos" coloniais (LORETTO, 2008), como exemplificado pela transformação completa da Avenida Guararapes. Desse modo, a reforma conduzida pela Comissão do Plano da Cidade, apesar de ter proporcionado avanços na circulação e no "embelezamento urbano", também implicou na perda significativa de parte do patrimônio histórico e cultural de Santo Antônio, revelando as tensões entre modernização e preservação no processo de urbanização do Recife.

Ulhôa Cintra (1943):

Adentrando o ano de 1943, o urbanista Ulhôa Cintra apresentou um plano que buscava ampliar e modernizar os bairros de Santo Antônio e São José, com foco na melhoria da circulação e do tráfego urbano, acrescentando suas ideias ao plano urbanístico da Comissão do Plano da Cidade de 1938, que havia sido aprovado (DPPC, 2019). Diferente das propostas anteriores, Cintra propôs um perímetro de irradiação que não convergia para a Praça da Independência, mas sim reorganizava o fluxo urbano a partir de novos eixos viários, como a abertura e o alargamento de ruas, destacando-se a Avenida Dantas Barreto em Santo Antônio.

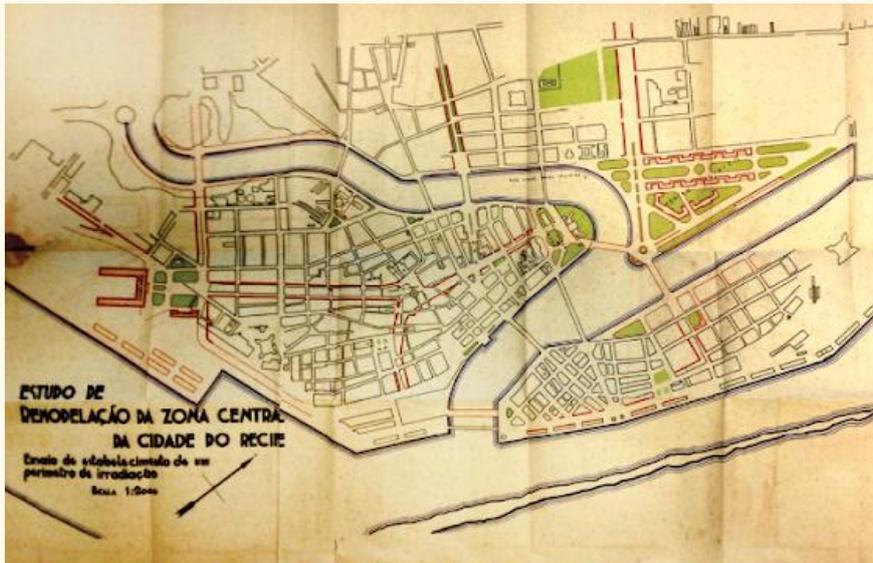


Figura 39: Plano de Cintra para os bairros de São José e Santo Antônio, 1943.
Fonte: Reynaldo, 2017.

O plano sintetizava elementos de projetos anteriores, como os de Nestor de Figueiredo e Atilio Corrêa Lima, conforme destacam Pontual e Piccolo (2008), e, ainda, enfatizou a coexistência entre o antigo e o novo - influência evidente dos movimentos modernistas internacionais -, reconhecendo a importância de edifícios históricos enquanto introduzia mudanças significativas, como a hierarquização entre o centro e a periferia e a reconfiguração da Praça do Carmo, que foi transformada em um ponto central para distribuição do tráfego e atividades coletivas.

É importante salientar que o plano de Cintra não foi implementado em sua totalidade, mas influenciou significativamente intervenções urbanísticas posteriores, servindo mais como um referencial para futuras reformas urbanísticas do Recife do que como um projeto executado integralmente.

Criação do SPHAN (1937):

Embora o **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)** tenha sido instituído em 1937, como dito anteriormente, a atuação mais significativa na proteção do patrimônio histórico no Brasil teve início apenas em **1946**. Durante seus primeiros anos, o órgão enfrentava limitações institucionais e políticas que restringiam sua capacidade de preservar efetivamente o patrimônio cultural.

Esse período inicial de atuação limitada ocorreu em um contexto de intensa remodelação urbana nos bairros de Santo Antônio e São José, e enquanto o SPHAN buscava proteger características históricas, o Estado, liderado por gestores alinhados com a modernização promovida pelo regime de Getúlio Vargas, priorizava intervenções monumentais. Assim, planos

influenciados por ideais de verticalização e monumentalidade, transformaram a paisagem urbana por meio de **amplas demolições e reconstruções**, apagando boa parte do tecido urbano original, o que impactou o Carnaval, embora esse tenha se adaptado, resistido ou se reconfigurado em outros contextos, como será tratado neste capítulo.

Nesse sentido, a relação entre as legislações urbanísticas e os planos de reestruturação do Recife, entre 1930 e 1946, evidencia um processo de transformação que afetou tanto a materialidade da cidade quanto a vivência cultural do bairro de São José. Ou seja, embora os planos urbanísticos do início do século XX, de acordo com Pontual (1999), visassem “imagens de uma cidade futura, bela e radiosa, onde a monumentalidade se interligava com aspectos técnicos, práticos e funcionais, e cujo resultado deveria ser uma cidade ordenada e disciplinada, em oposição aos caos da cidade espontânea e intuitiva” (PONTUAL, 1999, p. 94-95), também refletiam uma **visão elitista e excludente**.



Figura 40: Rua do Fogo, no bairro de São José, em 1940.
Fonte: Benício Dias. FUNDAJ.

A promoção da verticalização como símbolo de progresso, por exemplo, **ignorava as dinâmicas sociais e culturais** das áreas tradicionalmente ocupadas por construções térreas, como no caso do bairro de São José (MENEZES, 2022) e da Rua do Fogo, representada na Figura 40 acima, impondo um modelo de cidade que favorecia uma estética monumental em detrimento das necessidades das populações locais. O impacto dessas intervenções se refletiu diretamente na dinâmica do Carnaval, incluindo a forma como o Estado passou a controlar e regulamentar as festividades.

A seguir, apresenta-se a linha do tempo referente ao período analisado neste subtópico:

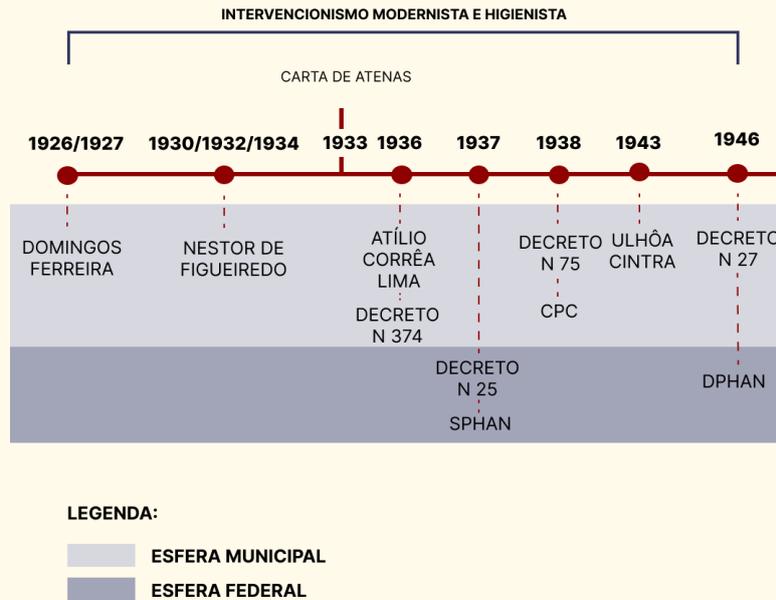


Figura 41: Linha do tempo com os planos de reforma e instrumentos analisados, nas esferas internacionais, municipais e federais, de 1930 a 1946.

Fonte: Autoral, 2025.

Em suma, o crescimento da cidade, fomentado por reformas que visavam a modernização e higienização, impulsionou a remoção de comunidades populares dos centros históricos, como São José, uma vez que moradias tradicionais passaram a ser vistas como sinais de degradação, justificando políticas de remoção e reestruturação urbana. Essa transformação espacial teve impacto na dinâmica do Carnaval, já que os clubes carnavalescos mantinham uma conexão orgânica com seus bairros de origem no centro da cidade; o Carnaval de rua era, assim, uma extensão da vida cotidiana, onde o espaço urbano servia de palco natural para as celebrações. Com o avanço da urbanização, essa relação começa a se romper.

Paralelamente, o que antes era uma festa orgânica, enraizada no cotidiano dos moradores, foi gradualmente transformada em um espetáculo organizado, o “**Carnaval Dirigido**” (SILVA, 2019), priorizando desfiles e apresentações formais, o que, embora mantenha viva a tradição do Carnaval, limita sua espontaneidade e sua relação íntima com o território e a comunidade que o originou.

Essa configuração da festa foi caracterizada pelo controle estatal sobre as festividades, especialmente durante o governo de Getúlio Vargas, visando transformar o carnaval em um evento mais organizado e disciplinado, regulando as agremiações, ordenando desfiles e promovendo concursos para reforçar uma imagem de harmonia e ordem, utilizando o carnaval como ferramenta de propaganda política. Nesse cenário, elementos culturais, como o frevo, foram incorporados ao imaginário nacional, mas sempre sob controle do regime. Embora o processo tenha valorizado manifestações populares e profissionalizado o carnaval, ele reduziu sua espontaneidade, afastando-o de

suas raízes populares e preparou o terreno para a profissionalização e o desenvolvimento do carnaval como espetáculo turístico e econômico nas décadas seguintes.

2.2. 1946 a 1978: consolidação do ideário modernista e o Carnaval Espetáculo

O período entre 1946 e 1978, foi profundamente influenciado pela **arquitetura modernista**, caracterizado pela construção de grandes edificações e pela reorganização do parcelamento do solo (BORGES, 2023). No cenário global, a reconstrução das cidades europeias após a Segunda Guerra Mundial, com ênfase na reconfiguração urbana e na recuperação da identidade nacional, impactou o Brasil e, especificamente, o Recife, de forma que a verticalização desenfreada passa a ser contestada. Nesse contexto, o bairro de Santo Antônio destacava-se como um espaço de contrastes: embora já tivesse sido significativamente transformado, ainda abrigava o maior conjunto de bens protegidos da cidade (REYNALDO, 1998), suscitando debates sobre os impactos da verticalização, especialmente no entorno dos monumentos históricos.

A construção da Avenida Dantas Barreto, concebida no plano de Ulhôa Cintra, simbolizava o progresso urbano, mas demandou a demolição de mais de 50 edifícios, incluindo a Igreja dos Martírios, o primeiro caso de destombamento no Brasil, autorizado em 1972 (BORGES, 2023). Reynaldo (2017) destaca que essa intervenção transformou radicalmente a área, com alterações drásticas na escala e na extensão da via, resultando em uma das mais impactantes mudanças urbanas na história do Recife, atingindo diretamente o bairro de São José nesse período.

Nessa conjectura, o redirecionamento dos investimentos imobiliários para outras áreas da cidade contribuiu para a desvalorização de São José, agravando a precarização de sua infraestrutura e reduzindo o suporte institucional e econômico necessário para manter a vitalidade do Carnaval. Esse contexto, alinhado às diversas demolições decorrentes da construção da Dantas Barreto, provocou um intenso movimento de deslocamento de moradores do bairro, que levaram consigo as sedes das agremiações carnavalescas para bairros periféricos, ruindo a tradição de um Carnaval enraizado nas ruas e pátios do centro da cidade. Como Pontual e Piccolo (2008) observam, essas transformações representavam o conflito entre o desejo de modernização, simbolizado pela abertura de novas avenidas e a construção de arranha-céus, e a preservação do patrimônio histórico e social.

Assim, o Carnaval do Recife se tornou um espetáculo, o qual Silva (2019) identifica o início do “**Carnaval Espetáculo**” (SILVA, 2019), caracterizado por desfiles organizados e centralizados em grandes avenidas, como a Dantas Barreto, além de ser tomado como uma ferramenta turística e econômica. Esse novo modelo, associado ao controle estatal e ao planejamento urbano modernista, comprometeu ainda mais a espontaneidade e o vínculo entre as manifestações culturais e o território, já abalado profundamente por tantas transformações urbanas e pelo “Carnaval Dirigido” (SILVA, 2019). Dessa forma, o impacto das reformas urbanísticas revelou a **estreita relação entre materialidade e imaterialidade**, mostrando como a reconfiguração do espaço urbano afetou diretamente as práticas culturais e a identidade da cidade.

Decreto Nº 27/1946:

O **Decreto nº 27/1946** trouxe mudanças significativas para a configuração urbana do Recife, especialmente nos bairros centrais, como Santo Antônio, ao estabelecer novas regras de gabarito com o objetivo de aumentar o adensamento e a rentabilidade do solo (REYNALDO, 1998). Essa medida alterou o limite mínimo de altura de 3 pavimentos, vigente desde a normativa de 1919, para 8 pavimentos, sem limite máximo em vias como as avenidas Dantas Barreto, 10 de Novembro (atual Avenida Guararapes) e Rua da Aurora, além das Praças Joaquim Nabuco e da Independência (MENEZES, 2022). Para outras vias, como a Avenida Martins de Barros e a Rua do Imperador, foi determinado um mínimo de 6 pavimentos (DPPC, 2019).

Essa flexibilização dos limites superiores, de acordo com Reynaldo (1998), revela a intenção de atrair investimentos imobiliários que exigiam construções mais altas para otimizar o uso do solo e introduzir novas formas de ocupação urbana, como os arranha-céus. Nesse sentido, um exemplo marcante dessa dinâmica pode ser visto na Avenida Dantas Barreto, especialmente no trecho entre a Praça da Independência e o Pátio do Carmo, que se destacou como um centro de intensa especulação imobiliária. Porém, durante esse período, Reynaldo (1998) também explicita que o bairro de Santo Antônio vivenciou uma situação contraditória: embora abrigasse o maior conjunto de monumentos tombados do Recife, também se tornou o epicentro das mais significativas transformações modernistas. Dessa forma, essas mudanças incluíram a construção de grandes empreendimentos imobiliários ao redor da Praça da Independência, que foi concebida como um símbolo do novo e modernizado centro urbano da cidade.

Esse embate entre modernização e preservação ficou evidente na construção do Edifício Igarassu na década de 1950, originalmente projetado com 29 pavimentos, acabou tendo sua altura reduzida para 16 pavimentos após negociações entre o DPHAN e a Prefeitura, devido às preocupações com a visibilidade da Basílica do Carmo (DPPC, 2019). Após esse caso, o DPHAN

estabeleceu limites de 15 pavimentos para futuras construções na mesma quadra e 4 pavimentos nas áreas mais próximas ao convento, buscando preservar a perspectiva e a escala dos monumentos históricos, conforme frisa Ayrton Carvalho, chefe do 1º Distrito Regional do DPHAN: "Visibilidade não se deve entender, do ponto de vista da legislação defensora dos monumentos nacionais, apenas a possibilidade de avistar esses monumentos, mas, evidentemente, a sua perspectiva, o equilíbrio de volumes e a escala de suas proporções" (CARVALHO, 1953 apud PONTUAL; PEREIRA, 2011).



Figura 42: Vista aérea da Av. Dantas Barreto e esquina com a Praça do Carmo, visualizando o Edifício Igarassu (1952).

Fonte: MOURA, 1994. Reproduzida por REYNALDO, 2017.

Criação dos Distritos Regionais do DPHAN (1946):

No ano de 1946, o SPHAN foi reestruturado e transformado em **Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)** por meio do Decreto-Lei nº 8.534, o que levou à criação de quatro Distritos Regionais com sedes em Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo, com o Recife sendo escolhido como sede do 1º Distrito Regional, sob a liderança do engenheiro Ayrton Carvalho, o que proporcionou uma atuação mais efetiva do órgão na cidade (PEREIRA, 2021).

Ainda de acordo com Pereira (2021), a partir dessa mudança, o DPHAN passou a monitorar e fiscalizar as obras de modernização em bairros como Santo

Antônio e São José, sendo que este último ainda mantinha boa parte de sua configuração original, despertando maior atenção do órgão. Com o estabelecimento do 1º Distrito Regional, o **Decreto-Lei nº 25 de 1937**, que visava proteger os bens tombados, proibindo alterações ou construções que comprometessem sua visibilidade e restringindo a instalação de anúncios ou cartazes em seus arredores instituindo instrumentos como o tombamento, cone de vizinhança e as diretrizes de visibilidade, começou a ser aplicado de maneira mais efetiva.

Antes da implementação do 1º Distrito, essas normas eram frequentemente ignoradas, como demonstram legislações municipais que não respeitavam as diretrizes do DPHAN e somente em 1953, com a aprovação da **Lei nº 2.590** (a ser tratada mais adiante) as intervenções nas proximidades de bens tombados passaram a ser formalmente submetidas à aprovação do órgão (PEREIRA, 2021). Essa maior rigorosidade na aplicação das normas resultou em conflitos entre o DPHAN e outros agentes urbanos, especialmente em relação à construção de edifícios altos próximos a monumentos históricos, entendendo também que o decreto apresentava uma falta de clareza sobre os conceitos de "vizinhança" e "visibilidade", gerando interpretações divergentes, dificultando a delimitação das áreas de influência dos bens protegidos:

Portanto, ao exigir o cumprimento do Decreto nº 25 para evitar o avanço dos arranha-céus no entorno dos monumentos tombados, Ayrton Carvalho deu início a longos conflitos. O motivo foi, principalmente, a falta de precisão desse decreto, que não delimitou o conceito de vizinhança e visibilidade (PEREIRA, 2021, P. 60).

Além disso, a transformação do SPHAN em DPHAN evidenciou a **priorização de aspectos materiais na preservação patrimonial, enquanto questões imateriais e folclóricas, como o carnaval, ficaram em segundo plano**, pois, conforme aponta Chuva (2012), ocorreu a criação da **Comissão Nacional do Folclore**, em 1947, reforçando essa separação. Essa perspectiva, centrada na valorização do tangível (de acordo com o pensamento vigente da época), resultou em desafios que se mantiveram ao longo do tempo. Dessa maneira, embora a criação dos Distritos Regionais tenha fortalecido as ações de proteção do patrimônio material, também expôs as limitações do DPHAN em adotar uma visão mais abrangente.

Lei nº 2.590/1953:

Nesse cenário, a **Lei nº 2.590 de 1953** desempenhou um papel central na transformação urbana do Recife, especialmente em relação à verticalização e à redefinição do uso do solo, permitindo a expansão da verticalização para além das áreas centrais, incluindo regiões residenciais como a orla marítima, que foi incorporada à zona urbana (MENEZES, 2022). Uma das principais alterações introduzidas pela lei foi a criação de fórmulas de recuos progressivos, com dois

objetivos principais: permitir uma maior densificação das áreas urbanas e ampliar o espaço nos bairros suburbanos, criando um equilíbrio entre adensamento e organização espacial. Além disso, a lei exigia fachadas mínimas de 8 metros e incentivava o uso de galerias para alargar as vias públicas, elementos que redefiniram a tipologia de bairros como Santo Antônio, conforme descrito pela DPPC (2019). Essa mudança resultou em um novo perfil urbano, caracterizado por torres verticalizadas e isoladas, que começaram a definir a paisagem da cidade a partir da década de 1950 (Reynaldo, 1998).



Figura 43: Vista aérea da Praça da Independência e Avenida Guararapes, início da década de 1950.

Fonte: FUNDAJ. Reproduzida por MOREIRA, 2016.

Vale ressaltar que esses critérios não resultaram em mudanças significativas no bairro de São José, devido às suas ruas estreitas e às quadras e lotes de pequenas dimensões, porém, em Santo Antônio, eles favoreceram o surgimento de quadras fechadas com pátios centrais (DPPC, 2019). Ainda, essa reconfiguração gerou a coexistência de edificações históricas, como igrejas barrocas, e novos edifícios verticais, moldando a identidade contemporânea do centro do Recife.

No entanto, ao mesmo tempo em que criava oportunidades para a modernização, a normativa também desencadeava conflitos no entorno de monumentos protegidos, especialmente em bairros como Santo Antônio. Nesse sentido, a normativa de 1953 representou um marco ao estabelecer, pela primeira vez, um compromisso com os princípios protecionistas vigentes na época (REYNALDO, 1998), pois, inspirada pela **Carta de Atenas** de 1933, ela

propunha a criação de zonas de transição entre construções modernas e monumentos históricos, refletindo uma abordagem de preservação que, naquele momento, era voltada exclusivamente para o cuidado com os monumentos de forma isolada (AMARAL, 2001). Além disso, remetia também a todas as diretrizes relativas à altura, formato e ocupação no entorno de áreas tombadas estipuladas pelo DPHAN (MENEZES, 2022), reforçando seu papel na regulação e proteção desses espaços.

A Carta de Atenas (1933)² estabeleceu princípios do **urbanismo modernista**, defendendo a organização das cidades em **zonas funcionais** para habitação, trabalho, lazer e circulação. Propôs a **verticalização**, ampliação da infraestrutura viária e remoção de áreas degradadas, priorizando a eficiência e a salubridade urbana. Assim, apesar de influenciar o planejamento moderno, foi criticada por desconsiderar aspectos culturais e sociais das comunidades.

Nesse cenário, se registrou a autonomia dos edifícios em relação às quadras e quarteirões, com maior foco nas condições de uso privado, em detrimento da integração com o espaço público (SANTOS, 2014). Então, a Lei nº 2.590 de 1953 marcou o início de uma nova era na urbanização do Recife, redefinindo o planejamento urbano e criando um traço contemporâneo que ainda hoje é visível na configuração da cidade, especialmente no centro e nos bairros de maior interesse imobiliário. Trouxe, ainda, desafios no equilíbrio entre modernização e preservação do patrimônio histórico nas proximidades dos monumentos localizados nos bairros de Santo Antônio e São José, gerando debates que continuaram ao longo das décadas de 1950 e 1960.

Código de Urbanismo e Obras (Lei N 7.427 de 1961):

Em 1961, o **Código de Urbanismo e Obras** (Lei nº 7.427) trouxe diretrizes fundamentais para a reorganização da cidade do Recife, consolidando os princípios funcionalistas (SANTOS, 2014) aplicados à gestão urbana e apresentando um zoneamento dividido em três setores: urbano, suburbano e rural, sendo o setor urbano formado pelo centro expandido e seu entorno. Essa divisão visava especializar as áreas da cidade, criando zonas específicas para uso comercial, portuário, industrial, residencial, entre outras, com uma abordagem hierarquizada e direcionada às funções predominantes em cada região.

² É importante lembrar que, em 1931, foi elaborada a Carta de Atenas voltada ao campo do restauro, documento que teve pouca repercussão no Brasil, uma vez que, naquele momento, o país ainda não possuía um órgão especializado em preservação patrimonial.



Figura 45: Igreja de São José do Ribamar e Rua São José do Ribamar, bairro de São José, em 1957.

Fonte: Tibor Jablonsky, IBGE. Reproduzido em <https://www.facebook.com/recantigo/posts/igreja-de-s%C3%A3o-jos%C3%A9-do-ribamar-e-rua-s%C3%A3o-jos%C3%A9-do-ribamartibor-jablonsky-ibge-1957/2759042310902968/>. Acesso em 02 fev. 2024

A partir de 1950, o crescimento urbano do Recife acompanhou o contexto nacional de desenvolvimento acelerado, com grande influência do planejamento econômico, contando com iniciativas como o Banco Nacional da Habitação (BNH) para fortalecer o setor imobiliário, promovendo a construção de unidades habitacionais em novas áreas, enquanto o centro histórico enfrentava desvalorização e perda de investimentos (DPPC, 2019). Essa dinâmica teve impactos profundos, particularmente nos bairros de São José e Santo Antônio, que passaram por um processo gradual de renovação urbana alinhado à modernização, mas caracterizado pela **exclusão habitacional e pela priorização de atividades comerciais**.

Nesse contexto, o BNH, ao incentivar a produção de imóveis voltados para a venda, promoveu mudanças significativas nas tipologias habitacionais, nas formas de ocupação e nas condições de moradia, anteriormente dominadas pelo aluguel (MENEZES, 2015). De acordo com a DPPC (2019), os efeitos em São José e Santo Antônio foram duais: ao passo que Santo Antônio registrava uma redução nos investimentos imobiliários, São José experimentava a desvalorização de suas formas de habitação tradicionais, que há séculos definiam seu tecido urbano. Foi gerada, lentamente, uma demanda expressiva por renovação desses bairros durante a década de 1960, principalmente em Santo Antônio (DPPC, 2019).



Figura 46: Beco do Sirigado, bairro de São José, em 1955.

Fonte: IMS.

Segundo Reynaldo (1998), o regulamento de 1961 marcou o fim de um ciclo de legislações que gradualmente moldaram a zona central do Recife, distinguindo-a do restante da cidade e **levando à concentração funcional direcionada para comércio e serviços, à medida que o uso habitacional foi progressivamente eliminado**, perdendo sua conexão com as tipologias características do centro. Nas áreas urbana, suburbana e rural, predominavam habitações isoladas, ao passo que os sobrados urbanos foram relegados ao uso comercial ou de serviços (DPPC, 2019), sendo desvalorizados em comparação com as novas formas arquitetônicas, impactando diretamente as dinâmicas sociais dessas áreas.

Departamento de Documentação e Cultura (1955) e a Comissão Organizadora do Carnaval (1964):

Nesse contexto, com o fim do Estado Novo, em 1947, a Federação Carnavalesca enfrentou uma onda de contestação devido à sua administração considerada rígida e concentradora, além de ser acusada de beneficiar algumas agremiações em prejuízo de outras (GUILLEN e SILVA, 2018). Assim, em 1955, a Prefeitura de Recife assumiu a responsabilidade pela organização e

financiamento do evento, tarefa que passou a ser conduzida pelo **Departamento de Documentação e Cultura (DDC)**, de acordo, ainda, com Guillen e Silva (2018).

Ainda assim, a atuação do DDC gerou diversas críticas, apresentando controvérsias que diziam respeito ao seu perfil altamente centralizador, que procurava estabelecer regras rígidas para as manifestações carnavalescas e uniformizar o formato das agremiações, uma clara tentativa de controlar e disciplinar a espontaneidade cultural, algo que poderia limitar a riqueza e a diversidade das expressões culturais locais (SILVA, 2019). Com o golpe militar de 1964, a relação entre o Estado e o carnaval se tornou ainda mais próxima e a festa passou a ser rigidamente monitorada pelas autoridades, com o intuito de evitar manifestações contrárias ao regime e impedir que o evento se tornasse um palco para críticas políticas. Dessa maneira, em 1964 foi criada a **Comissão Organizadora do Carnaval (COC)**, responsável por organizar o carnaval ao gerir os recursos financeiros destinados às agremiações, regular as apresentações públicas e estabelecer normas para os concursos carnavalescos, trazendo novas estruturas para os desfiles, consolidando o conceito de **“Carnaval Espetáculo”**, ainda conforme o memorialista Leonardo Dantas Silva (2019), com apresentações avaliadas por comissões julgadoras e assegurando que seguissem as diretrizes impostas pelo regime.



Figura 47: Carnaval da década de 1960.

Fonte:

<<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2713902232083643&set=a.1206410226166192>>.

Acesso em 02 fev. 2024.

No entanto, a valorização desse modelo, que privilegiava a grandiosidade e o apelo visual, gerou críticas por parte daqueles que defendiam o Carnaval de rua, mais espontâneo e **enraizado nas tradições populares**. De acordo com Guillen e Silva (2018), a introdução de escolas de samba, como a **Estudantes de São José (1949)** e o **Grupo de Samba A Turma do Saberé (1960)**, ambas nascidas em São José, foi vista por muitos como uma ameaça às expressões genuinamente pernambucanas, e a mudança dos desfiles para locais como a

Avenida Dantas Barreto simbolizou a transição para um carnaval mais “organizado”, mas que, segundo críticos da época, **afastava-se da essência participativa e popular que marcava a festa**, refletindo um confronto entre tradição e modernidade, moldando profundamente o carnaval recifense:

Nas décadas de 1950 e 1960, teremos um debate acirrado em torno da organização do Carnaval, principalmente em torno do concurso, da existência de uma passarela por onde as agremiações deveriam desfilar, e da presença das escolas de samba no Carnaval, consideradas intrusas no reinado de momo em Pernambuco. Debate entre os anos 1950 e 1960 sobre a presença das escolas de samba, e como as reações que a provocavam entre intelectuais zelosos da tradição, ao mesmo tempo em que propunham que o samba construísse entre os carnavalescos, uma vez que tal qual o frevo, as escolas de samba também arrebatavam multidões (REAL, 2018, P. 14).

Abaixo, a construção da linha do tempo abarcando as agremiações carnavalescas³ nascidas no bairro de São José, com adição do período de 1946 a 1978:

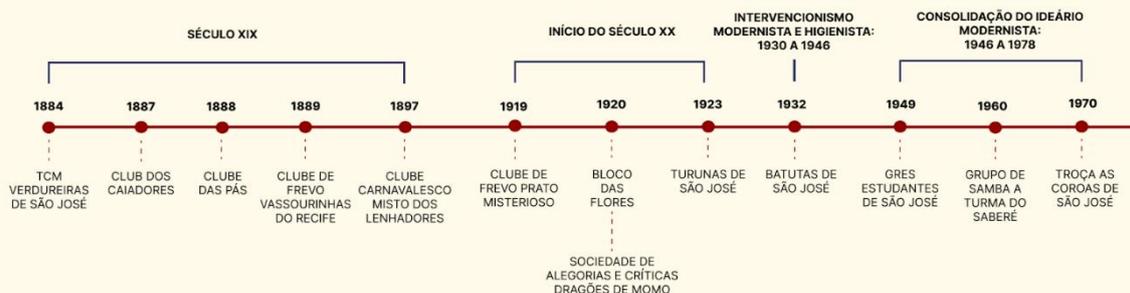


Figura 48: Linha do tempo com as agremiações nascidas em São José do século XIX a 1978, no século XX.

Fonte: Autoral, 2025.

É válido destacar, ainda, a posição de intelectuais, jornalistas e cronistas carnavalescos, como Mário Melo e Gilberto Freyre, que debateram publicamente essas questões, como a presença de escolas de samba, a utilização de passarelas para desfiles e a espetacularização da festa, em busca por um equilíbrio entre tradição e modernidade. Nesse sentido, Mário Melo criticou a inclusão das escolas de samba, considerando-as “como uma cultura exógena e estranha às legítimas tradições carnavalescas recifenses” (GUILLEN e SILVA, 2018), enquanto Gilberto Freyre apresentou uma visão mais ambígua, vendo, em alguns momentos, a integração entre samba e frevo como uma possível inovação cultural, mas, em outras ocasiões, considerando as escolas de samba uma descaracterização⁴ do carnaval recifense, classificando-as como imitações do carnaval carioca (SILVA, 2019).

³ Novamente, são consideradas na linha do tempo apenas as agremiações que possuem registro da sua data de nascimento.

⁴ Essa discussão sobre a presença do samba e seu impacto nas tradições locais não se limita ao passado e continua reverberando até hoje. Um exemplo contemporâneo pode ser observado no Carnaval de Olinda, onde o crescimento expressivo das baterias de samba tem gerado

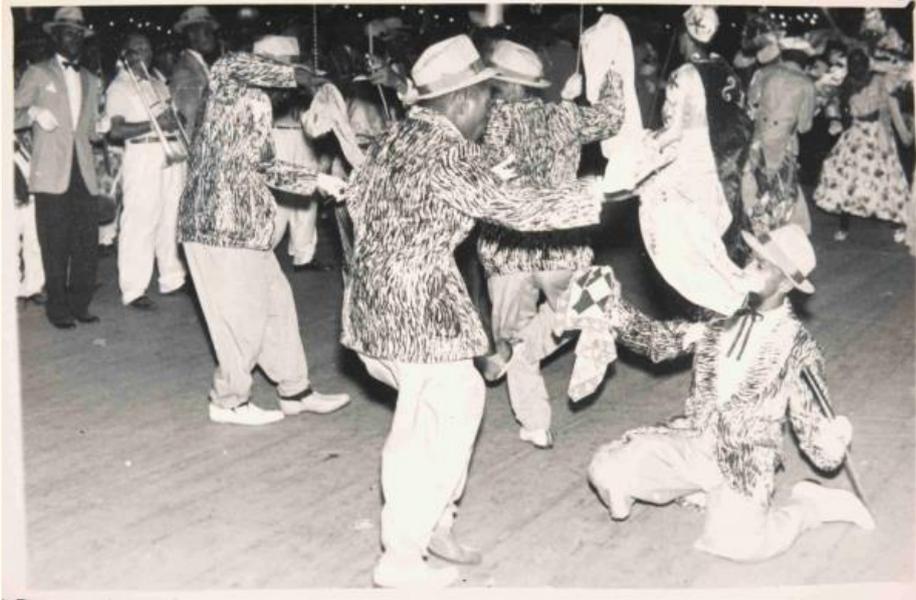


Figura 49: Passistas da G.R.E.S. Estudantes de São José, em 1961.
Fonte: Katarina Real. FUNDAJ.

Plano de Gabaritos (1965):

A década de 1960 é marcada por profundas transformações urbanas no Recife, destacando-se a retomada das obras da Avenida Dantas Barreto, iniciadas no primeiro mandato do prefeito Augusto Lucena (1964-1968), em meio ao contexto autoritário da ditadura militar. Durante essa fase, o ritmo acelerado das demolições foi característico de um cenário político influenciado por regimes ditatoriais, como apontado por Pontual e Piccolo (2008), além de ser um período também marcado pela atuação intensa do Banco Nacional da Habitação (BNH), que redirecionou os investimentos das camadas mais abastadas da sociedade.

Desde os anos 1930, as obras da avenida estavam paralisadas no trecho entre a Praça da Independência e o Pátio do Carmo e, com sua **retomada em 1964**, surgiram controvérsias (PEREIRA, 2021). A imprensa da época destacava o conflito entre a construção de uma avenida moderna e a **destruição de São José**, com resistência da população do bairro, que chegou a permanecer em suas propriedades até o ponto do desabamento das paredes (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1968).

Rasgando a cidade do Recife pelo meio e destruindo, na sua marcha, ruas, bairros, praças e igrejas seculares, a Av. Dantas Barreto, com cerca de dois quilômetros de extensão, da Praça da República à Praça Sérgio Loreto, deverá estar concluída dentro de um ano. [...] Praticamente concluída no seu primeiro trecho, da Praça da República à Praça do Carmo, faltando apenas demolir algumas casas velhas da Rua das Florentinas, a Dantas Barreto está sendo já pavimentada no

debates sobre sua concorrência com as orquestras de frevo, devido ao uso frequente de carros de som mecânicos e cordões de isolamento (BENTO, 2025).

segundo trecho, da Praça do Carmo à Rua Tobias Barreto, enquanto cuida de iniciar as demolições na parte final, da Tobias Barreto à Praça Sérgio Loreto, completando assim o plano traçado pelos engenheiros municipais. [...] Parte do Recife secular teve que desaparecer, para que surja, no seu lugar, uma artéria moderna, ampla, espaçosa, no estilo das grandes avenidas das maiores capitais do país (Diário de Pernambuco, Recife, 3 de março de 1968, p. 9).

Apesar disso, a avenida avançou, sendo necessária a derrubada de diversos edifícios históricos e emblemáticos, muitas vezes em meio a críticas de grupos que denunciavam a **perda do patrimônio da cidade**: “Não foi sem luta, protestos e ações na justiça, que a Av. Dantas Barreto iniciou sua avançada, tendo que derrubar a picaretas alguns dos pontos mais antigos do Recife. Contra sua abertura se levantaram os ‘tradicionalistas’ e ‘saudosistas’, falando em ‘patrimônio histórico’, ‘reliquias seculares’, ‘monumentos’, ‘profanação’, etc., etc” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1968, P. 9). Nesse sentido, enquanto uma parte da sociedade argumentava em defesa da preservação do bairro, setores da imprensa reforçavam imagens negativas de São José:

É o progresso revirando tudo e desmanchando tudo, substituindo prédios em ruínas, pardieiros estragados e casas com centenas de anos, mas já caindo aos pedaços, por moderna e espaçosa avenida. E o Recife, com a Dantas Barreto, ganha aspectos de capital na era atômica (Diário de Pernambuco, Recife, 3 de março de 1968, p. 9).

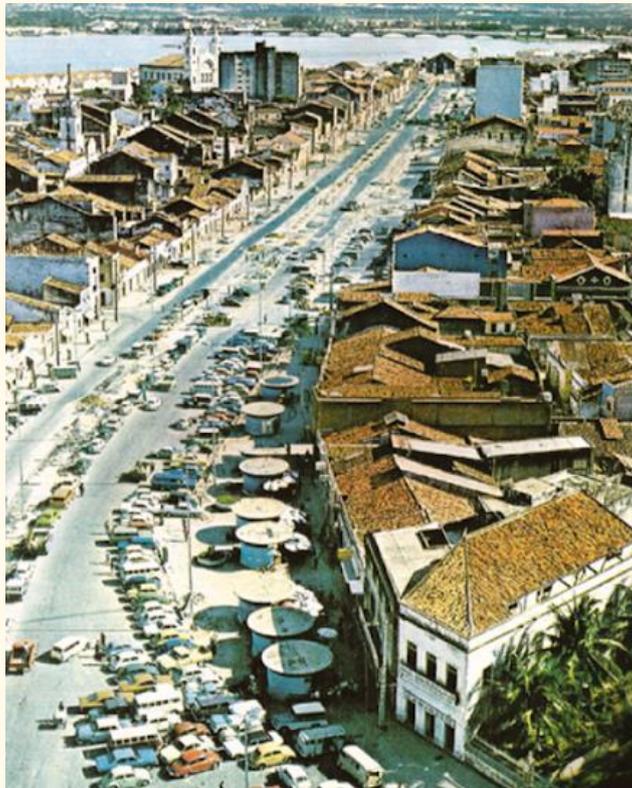


Figura 50: Abertura da Av. Dantas Barreto no bairro de São José.

Fonte: MOURA, 2015. Reproduzida por REYNALDO, 2017.

Dessa forma, defensores das intervenções urbanísticas justificavam as demolições como necessárias para modernizar o Recife, ressaltando uma

imagem deturpada do bairro de São José, frisando que “logo chegarão os edifícios modernos para substituir os velhos sobradões já em ruínas” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1968), para, assim, alavancar o Recife:

Um prefeito que quisesse deixar seu nome, ligado para sempre, ao Recife, teria de rasgar a fundo as suas mazelas urbanísticas; entrar pelo bairro de São José, (que é uma vergonheira de estreito e sujo) e fazer dali o nôvo Recife, coisa semelhante a que fêz, a partir de 1937, o Prefeito Novais Filho, com o Bairro de Santo Antônio [...] (Obra Prioritária. Jornal do Commercio, Recife, 21 de agosto 1964, p.2 apud PEREIRA, 2021, p. 62).

São José era uma área condenada pela sua decadência, sem nenhum investimento previsto. Um bairro fechado, cuja tônica era abrir vias, e ampliar as avenidas para que o carro circulasse (PÊSSOA DE MELO, 1994 apud. REYNALDO, 2017).



Beco do Veado Branco, bairro de São José, 1956.
Fonte: Severino Fragoso. Museu da Cidade do Recife.

Nesse cenário, as normas e planos que permitiam a verticalização nas áreas centrais começaram a ser objeto de questionamento, surgindo, então, o **Plano de Gabaritos de 1965**, elaborado em parceria entre a Prefeitura e o 1º Distrito da DPHAN, estabelecendo limites de altura para as construções próximas a monumentos tombados, visando preservar sua visibilidade e “ambiência”, representando um **marco na tentativa de conciliar modernização urbana e proteção do patrimônio histórico** nos bairros de São José e Santo Antônio, no Recife (DPPC, 2019).

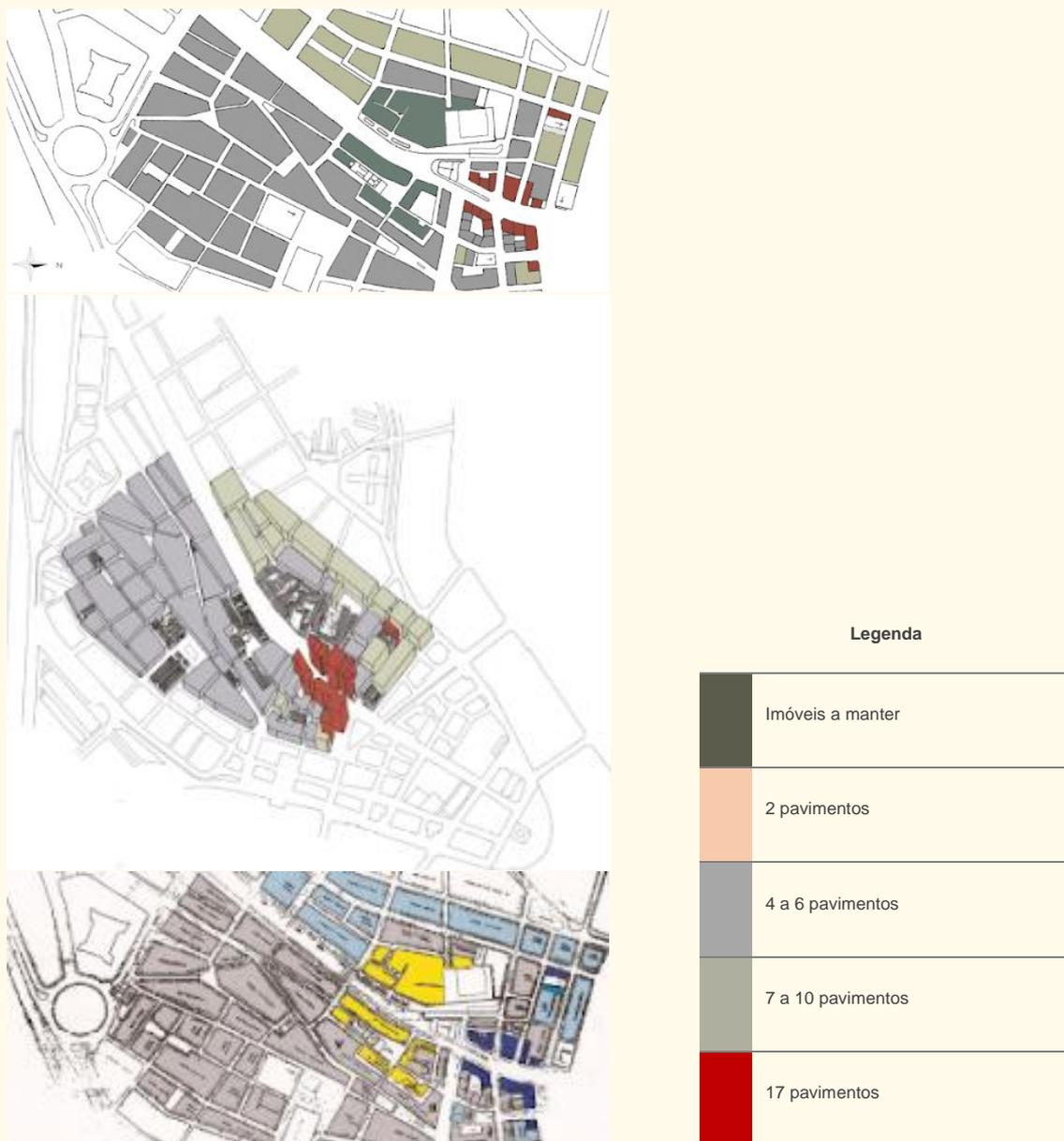


Figura 51: Espaço de proteção do Plano de Gabaritos de 1965.

Fonte: REYNALDO, 2017.

A área abrangida pelo plano se estendia da Praça da Independência ao Forte das Cinco Pontas, com alturas máximas variando entre 10 e 53 metros, de acordo com a escala e a tipologia predominante em cada local. No tocante a São José, onde os sobrados eram dominantes, a maior parte das edificações foi limitada a 13,5 metros, enquanto a Avenida Dantas Barreto manteve características verticalizadas, com prédios de até 53 metros. Segundo a DPPC (2019, p. 42-43): “Ao reduzir a altura das futuras construções em São José, o Plano afastou os investidores desse bairro e levou a um maior adensamento em Santo Antônio, pois a parte norte do bairro estava livre de restrições”.

Pontual e Pereira (2011) destacam que os gabaritos do Plano de Gabaritos de 1965 foram baseados no Código de Obras de 1961 e nas alturas existentes nas quadras, mas que o plano carecia de instrumentos para preservar as tipologias arquitetônicas. Porém, nesse sentido, a categoria "conservação do

existente" criada abrangia áreas protegidas pelo Decreto nº 25 e não afetadas por verticalizações, como partes do entorno do Conjunto do Carmo e da Igreja de São Pedro, excluindo, por exemplo, a Igreja Matriz de Santo Antônio, envolta por arranha-céus, conforme aponta Pereira (2021). Dessa forma, a "conservação do existente" é uma categoria do Plano que controla não só a morfologia do conjunto, mas também a tipologia das edificações (PONTUAL e PEREIRA, 2011).

No mapa abaixo, elaborado por Pereira (2021), nota-se que o plano também incorporou o conceito de "*mise en valeur*", que previa a demolição de construções não contemporâneas aos monumentos para restaurá-los ao estado original, como em áreas próximas ao Convento do Carmo, porém, muitas dessas intervenções não foram concretizadas (PPSH/RMR, 1978). Além disso, o plano também previa vias para pedestres e faixas de transição de até cinco metros, criando uma separação física e visual entre setores preservados e novas edificações.



Figura 52: Plano de Gabaritos de 1965.

Fonte: PEREIRA, 2021. Reproduzida por BORGES, 2023.

Embora o Plano de Gabaritos tenha representado um avanço inicial na regulamentação do crescimento urbano em áreas históricas, ele também revelou suas limitações, se mostrando incapaz de impedir o impacto da chamada modernização em São José, onde a abertura da Avenida Dantas Barreto (de 1971 a 1973), acompanhada por demolições em larga escala, alterou radicalmente a configuração urbana, destruindo edifícios históricos, como a Igreja dos Martírios (originalmente protegida pelo DPHAN em 1971, teve seu tombamento revogado em 1972, permitindo sua demolição no ano seguinte, em 1973), e desfigurando espaços simbólicos, como o Pátio do Carmo (DPPC, 2019), **resultando em uma perda de parte da identidade do local em nome da “modernização”**, uma vez que a escala tradicional foi comprometida e o tecido urbano antigo foi rompido (REYNALDO, 1998).

Mais do que a destruição de um edifício relevante, o traçado da via altera radicalmente uma unidade urbana: a escala e a extensão da via provocaram a transformação mais brutal da área jamais identificada em toda a história da renovação urbana desde o início do século XX (REYNALDO, 2017, p. 358).



Figura 53: Bairro de São José em 1951 e 1974, respectivamente.

Fonte: FIDEM. Reproduzida por DPPC, 2019.



Figura 54: Mapa dos bairros de Santo Antônio e São José, destacando a área de demolição e construção da 3ª etapa da Av. Dantas Barreto (1971-1973).

Fonte: Acervo de Luís Manuel Domingues do Nascimento. Reproduzido por Medeiros, 2022..

Ainda assim, o plano foi pioneiro na criação de diretrizes voltadas à preservação do patrimônio cultural e serviu como base para regulamentações posteriores, como o Plano de Preservação de Sítios Históricos de 1979, a ser tratado posteriormente. Essas iniciativas buscaram responder ao contexto internacional das décadas de 1960 e 1970, marcado por uma crescente preocupação com a preservação do patrimônio cultural em meio às rápidas

transformações urbanas, em conjunto com a destruição provocada pela abertura da Av. Dantas Barreto (DPPC, 2019). Nesse período, importantes documentos e convenções estabeleceram novos princípios para a conservação de bens históricos e conjuntos urbanos, influenciando práticas em diversas cidades ao redor do mundo, incluindo o Recife. A **Carta de Veneza (1964)**, considerada a “norma mundial em matéria de preservação de sítios e monumentos históricos e artísticos” (Cury 2004, 118 apud. MENEZES), foi um marco fundamental, consolidando a ideia de que a preservação deveria ir além de monumentos isolados e abranger também seus contextos urbanos, com intervenções respeitadas que mantivessem a autenticidade e a integridade do patrimônio, tornando-se referência global e influenciando políticas patrimoniais nos anos seguintes.

Posteriormente, na América Latina, as **Normas de Quito (1967)** trouxeram um enfoque específico para a região, destacando a importância do patrimônio como recurso econômico e social, enfatizando a necessidade de reabilitação de áreas históricas com a participação ativa das comunidades locais, reconhecendo que o patrimônio cultural está profundamente ligado ao cotidiano das populações. Já a **Recomendação de Paris (1972)**, publicada pela UNESCO, reforçou a ideia de que a conservação deveria estar integrada ao planejamento urbano e ao desenvolvimento sustentável, destacando que a proteção de áreas históricas não pode ser dissociada do progresso das cidades. Posteriormente, a **Declaração de Amsterdã (1975)** formalizou o conceito de “*reabilitação integrada*”, defendendo que a conservação de áreas históricas deveria considerar tanto os aspectos culturais quanto às necessidades sociais e econômicas, consolidando a visão de que a preservação não é apenas uma questão arquitetônica, mas uma estratégia de desenvolvimento urbano equilibrado.

Esses documentos e convenções ajudaram a moldar uma nova abordagem para o patrimônio cultural, ampliando seu conceito para incluir não apenas monumentos, mas também conjuntos urbanos e seus contextos sociais e históricos, destacando a necessidade de intervenções urbanísticas que equilibrassem modernização e preservação. Dessa maneira, o Plano de Gabaritos delimitou áreas de conservação e estabeleceu restrições de altura para proteger monumentos tombados nos bairros de São José e Santo Antônio, enfrentando grandes desafios, especialmente no bairro de São José.

Nesse sentido, na década de 1970, após intensas mudanças urbanas e o processo de metropolização do Recife, a cidade passou por um movimento de descentralização das atividades e uma reconfiguração funcional do seu núcleo central. O bairro de São José tornou-se um **polo do comércio popular**, o que contribuiu para o **declínio da ocupação residencial na região**, além da degradação de fachadas e a subutilização e abandono dos pavimentos superiores de diversos sobrados, conforme aponta Pereira (2021). Assim, o mercado imobiliário passou a desinteressar-se pela área, redirecionando

investimentos para outras regiões do Recife, o que contribuiu para a desvalorização de São José:

O plano negava a verticalidade proposta pela normativa de 1953, com implicações no nível de aproveitamento construtivo dos terrenos na área central (Santo Antônio e São José), o que deve ter tido impactos negativos em termos de valorização imobiliária dessa área central (LACERDA, 2021, P. 142).



Figura 55: Bairro de São José antes e depois da abertura da Av. Dantas Barreto, respectivamente.

Fonte: <<https://prefeitolucena.blogspot.com/2013/08/projeto-inicia-destruicao-de-sao-jose.html>>. Acesso em 02 fev. 2024.

Esses processos tiveram impactos significativos na vivência do **Carnaval de rua em São José**, de forma que o esvaziamento habitacional reduziu a presença cotidiana dos moradores locais, que historicamente desempenhavam um papel essencial na organização e manutenção das tradições carnavalescas da região. Além disso, o redirecionamento dos investimentos do mercado imobiliário para outras áreas da cidade contribuiu para a desvalorização do bairro e a precarização de sua infraestrutura, gerando desinteresse pelo bairro e reduzindo a dinâmica econômica e social necessária para manter a vitalidade de eventos populares como o Carnaval, diminuindo o suporte institucional e econômico e afetando diretamente os blocos, troças e demais expressões carnavalescas que costumavam utilizar as ruas e pátios como palco de celebrações. Nesse sentido, Katarina Real (1990) destaca, em decorrência da sua pesquisa elaborada durante os anos 1961-1965:

Quase todos os blocos já transferiram as suas sedes para o subúrbio, onde alguns se orgulham de construções bonitas e luxuosas. Na maioria, são sedes próprias. Assim, não enfrentam problemas se aumento de aluguel e não vivem sob o temor duma ação de despejo. O único que resta no centro da cidade, Batutas de São José, passou por uma crise tão grave entre 1963-1965, mudando-se de um lugar

para o outro, que, no carnaval de 1965, toda a cidade cantou a triste marcha-de-bloco “Não deixem Batutas morrer” (REAL, 1990, p. 41).

Assim, foi construída a linha do tempo abaixo identificando agremiações que saíram do bairro de São José e/ou que deixaram de existir. É importante destacar, entretanto, a falta de registro com relação a data exata de mudança e/ou “morte” dessas agremiações, de forma que foi considerada apenas a data de surgimento dessas e o recorte temporal identificado por Real (1990) com relação a saída das mesmas para fora do bairro.

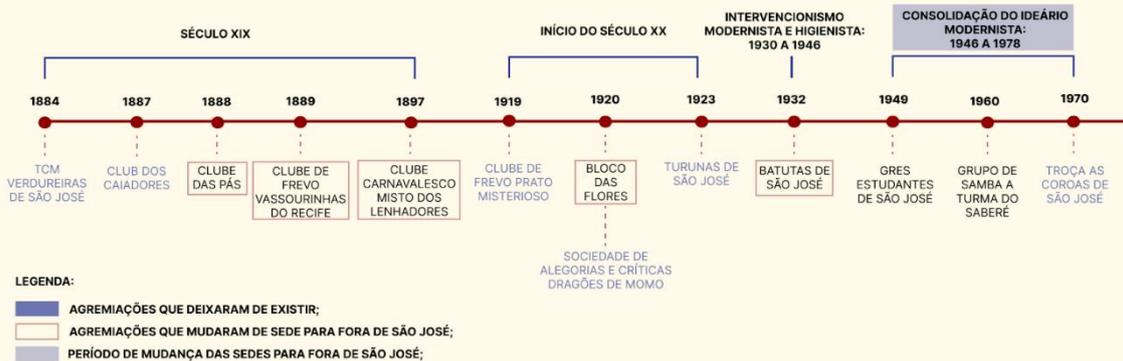


Figura 56: Linha do tempo com as agremiações que deixaram de existir e/ou mudaram de sede para fora de São José.

Fonte: Autoral, 2025.

Assim, o impacto das transformações urbanas e econômicas no bairro de São José e como essas mudanças afetaram diretamente o Carnaval de rua é evidenciado, sendo essa uma expressão cultural profundamente enraizada no cotidiano da comunidade local. O esvaziamento habitacional, provocado por processos de modernização, intervenções urbanísticas e deslocamento da população, resultou na perda de moradores (MENEZES, 2015) que desempenhavam papéis essenciais na organização e na manutenção das tradições carnavalescas. Desse modo, a ausência dessa população contribuiu para o enfraquecimento da vivência do Carnaval no bairro:

Hoje, o Recife e o seu carnaval estão em fase de transição, de crescimento extraordinário, e os clubes carnavalescos vão sendo deslocados para outros subúrbios mais e mais afastados do centro. Como resultado, a cada ano que passa esses clubes vão rareando nos bairros centrais, somente sendo vistos nas noites em que têm de se apresentar perante a Federação Carnavalesca Pernambucana e as comissões julgadoras. Em outras horas e outros dias, são vistos nos chamados “carnavais de subúrbio”, tradicionais pontos como Motocolombó, Encruzilhada, Beco do Quiabo, etc... onde geralmente recebem um subsídio pequeno que ajuda a apresentação do grupo (REAL, 1990, p. 4).



Figura 57: Antiga sede do Clube Carnavalesco Misto Prato Misterioso na Rua Imperial, bairro de São José, em 1963.

Fonte: Katarina Real. FUNDAJ.

Nesse sentido, esse deslocamento não se deu apenas fisicamente, mas também simbolicamente, refletindo um processo de "desenraizamento" das práticas culturais em relação aos territórios que as originaram. O Carnaval passou a ser vivenciado em polos específicos nos subúrbios, com menor apoio financeiro, o que afetou tanto a estrutura das agremiações quanto sua relação com o público. Nota-se, então, que esse fenômeno evidencia o impacto das mudanças urbanas sobre a cultura popular, mostrando como a materialidade do espaço urbano (transformações físicas) está intrinsecamente ligada à

imaterialidade das práticas culturais (memórias, tradições e vivências do Carnaval).

O relato de Katarina Real (1990) exemplifica essa realidade ao destacar o deslocamento das sedes dos blocos carnavalescos para os subúrbios, onde as agremiações encontraram maior estabilidade, com sedes próprias e menos vulnerabilidade a questões como o aumento de alugueis ou ordens de despejo. O caso emblemático do *Batutas de São José* simboliza essa crise: como o último bloco a manter sua sede no centro da cidade, enfrentou grandes dificuldades, chegando a, posteriormente, não resistir em seu bairro de origem, São José, e mudando a sua sede para o bairro de Afogados, no final do século XX (SANTOS, 2008). O desespero expresso na música “Não deixem Batutas morrer” refletia o temor da perda de um símbolo importante da cultura carnavalesca local, o que, infelizmente, acabou ocorrendo. Logo, fica claro como mudanças materiais no espaço urbano afetam profundamente práticas culturais imateriais, como o Carnaval, que dependem da conexão entre as pessoas, o território e suas memórias coletivas.

Comissão Promotora do Carnaval (1972):

Em 1972, a organização do Carnaval do Recife passou por uma grande reformulação com a criação da **Comissão Promotora do Carnaval (CPC)**, instituída pela Lei Municipal Nº 10.537 e sancionada pelo então prefeito Augusto Lucena (SILVA, 2019). Vinculada à Empresa Metropolitana de Turismo (EMETUR), a CPC assumiu a responsabilidade pela coordenação das festividades, com foco na modernização e profissionalização do evento, de forma que a EMETUR passou a elaborar um planejamento anual detalhado do Carnaval, que deveria ser aprovado pela CPC, garantindo que a festa ocorresse de forma organizada (SANTOS, 2015). Além de planejar e coordenar o evento, a CPC também era responsável pela distribuição de recursos públicos para as agremiações registradas e filiadas à Federação Carnavalesca Pernambucana (FECAPE), prestando, também, assistência técnica e artística quando necessário.

Apesar da intenção de modernizar e estruturar o Carnaval, a criação da CPC gerou uma continuidade da **espetacularização da festa** (SANTOS, 2015), com um direcionamento cada vez maior para o turismo e para o retorno financeiro da cidade, o que comprometia a espontaneidade do festejo. A nova estrutura organizacional também foi alvo de críticas por favorecer grandes agremiações e clubes tradicionais, enquanto limitava a participação de grupos menores e expressões mais espontâneas do Carnaval de rua, além de gerar receios sobre a perda da autonomia criativa das agremiações, levando à preocupação de que o evento pudesse ser padronizado.



Figura 58: III Baile dos Vassourinhas no Clube Português, 1975.

Fonte:

<<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2714882175318982&set=a.1206410226166192>>.
Acesso em 02 fev. 2024.

A criação da CPC, então, marcou uma mudança na organização do Carnaval, que passou a ser cada vez mais planejado e promovido como um grande evento cultural e econômico. Diante desse cenário, o debate sobre a profissionalização da festa e a necessidade de preservar as tradições populares se firmou como uma questão central nas décadas seguintes (SANTOS, 2015), e a **tensão entre modernização e tradição** segue sendo um tema recorrente, evidenciando a complexidade do Carnaval como manifestação popular e seu constante processo de adaptação às mudanças sociais e políticas.

Em suma, entre 1946 e 1978, o Recife passou por um intenso processo de transformação urbana, no qual a modernização da cidade foi conduzida por planos urbanísticos e legislações que impulsionaram a verticalização, alteraram a dinâmica dos bairros históricos e impactaram profundamente as manifestações culturais. O bairro de São José, que durante décadas foi um dos principais núcleos do Carnaval de rua e da vida popular, **viu sua paisagem ser drasticamente modificada**, à medida que a especulação imobiliária, os investimentos em infraestrutura viária e o deslocamento de seus moradores **redefiniram seu papel na cidade**. Assim, foi construída uma linha do tempo abarcando os planos de reforma e instrumentos analisados, no período de 1946 a 1978:

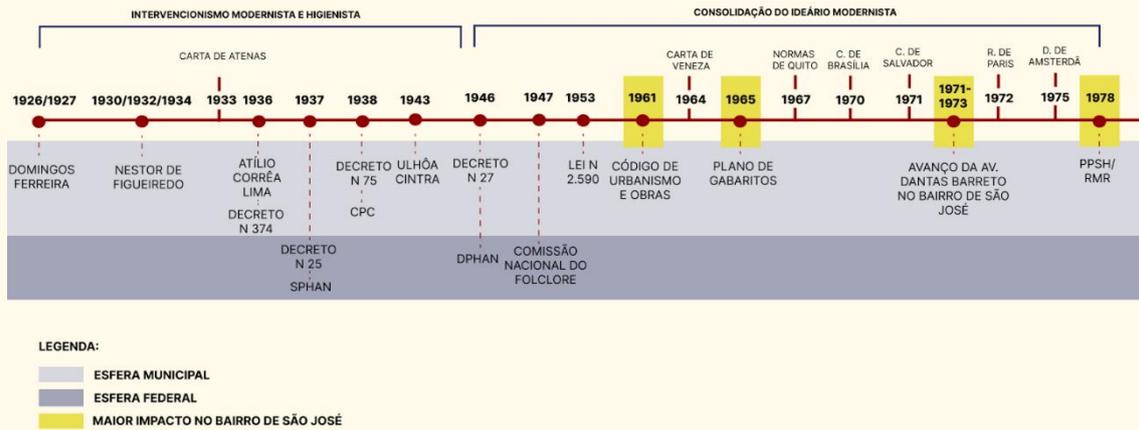


Figura 59: Linha do tempo com os planos de reforma e instrumentos analisados, nas esferas internacionais, municipais e federais, de 1930 a 1978.

Fonte: Autoral, 2025.

Nota-se um destaque para a implementação do Código de Urbanismo de 1961, do Plano de Gabaritos de 1965 e a intensificação da abertura da Av. Dantas Barreto em São José, de 1971 a 1973, priorizaram a reconfiguração do centro do Recife, incentivando a especialização funcional da cidade e consolidando uma paisagem marcada pela monumentalidade e pela verticalização, impactando o bairro. Ao mesmo tempo em que buscava modernizar a cidade, esse processo resultou na perda de referências históricas e na descaracterização da malha urbana tradicional, com o esvaziamento populacional de São José, que foi relegado a uma função comercial e **perdeu sua centralidade enquanto espaço de moradia e vivência cotidiana**. Nesse contexto, a especulação imobiliária e os investimentos em infraestrutura viária contribuíram para a remoção de famílias e a substituição de residências por estabelecimentos comerciais e grandes edifícios, **fragmentando o senso de comunidade** que era fundamental para a organização do Carnaval.

O impacto direto dessas transformações no Carnaval de rua foi notável, entendendo que o festejo em São José sempre esteve profundamente enraizado na vida cotidiana de seus moradores. As sedes das agremiações não eram apenas pontos de encontro para ensaios e reuniões, mas também verdadeiros centros de criação cultural, onde se confeccionavam fantasias, se produziam adereços e se planejavam desfiles. Com a saída de muitos desses moradores e a mudança do perfil do bairro, essas práticas começaram a se dissipar:

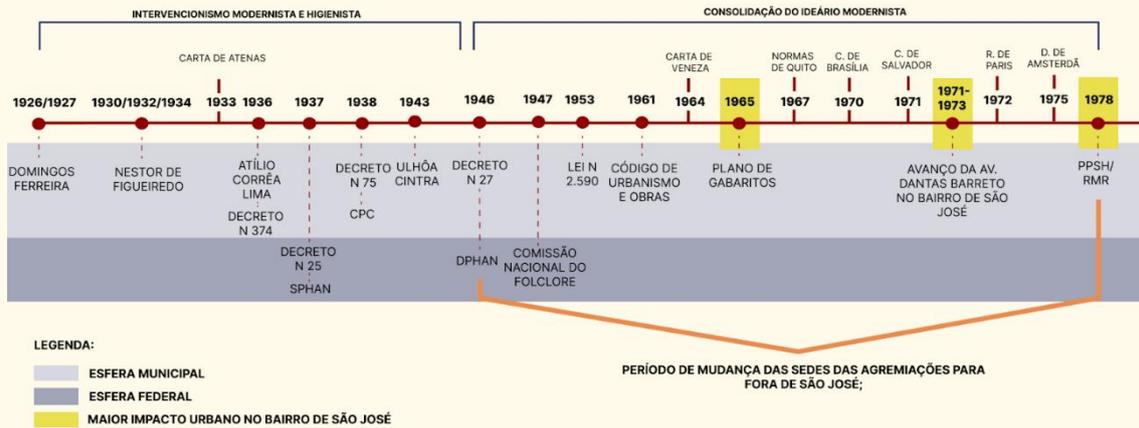


Figura 60: Linha do tempo com os planos de reforma e instrumentos analisados, nas esferas internacionais, municipais e federais, de 1930 a 1978, correlacionada a linha do tempo do movimento das agremiações de São José.

Fonte: Autoral, 2025.

Ainda, o deslocamento da população residente para outros bairros dificultou a manutenção da tradição de ocupação espontânea das ruas, que sempre foi uma característica marcante do Carnaval de São José. O festejo, enquanto manifestação popular, depende não apenas da existência de ruas e praças, mas da vitalidade das comunidades que o promovem, organizam e mantêm suas tradições vivas.

Paralelamente, ocorreu a crescente institucionalização do Carnaval, reforçando o modelo de “Carnaval Espetáculo” (SILVA, 2019). Desde os anos 1950, com a atuação do Departamento de Documentação e Cultura (DDC) e, posteriormente, com a criação da Comissão Organizadora do Carnaval (COC) e da Comissão Promotora do Carnaval (CPC) em 1972, a festa foi progressivamente transformada em um evento turístico e midiático, com regras cada vez mais rígidas para as agremiações. A priorização de grandes desfiles, da avaliação por comissões julgadoras e da distribuição de recursos controlada pelo Estado **diminuiu a espontaneidade do Carnaval de rua**, enfraquecendo a participação popular e alterando a dinâmica dos blocos e troças que historicamente faziam do bairro de São José um dos principais polos carnavalescos da cidade.

Portanto, o processo de modernização urbana do Recife, ao priorizar a verticalização e a reconfiguração do espaço central da cidade, impactou profundamente o Carnaval de rua no bairro de São José. O deslocamento dos moradores, a fragmentação das redes comunitárias e a perda de espaços simbólicos enfraqueceram a base social que sustentava as manifestações carnavalescas. Nesse cenário, o festejo espontâneo da população foi negligenciado, resultando em um processo de **esvaziamento das práticas tradicionais e na padronização da festa**.

2.3. De 1978 a 1980: protecionismo, conservação e o resgate ao Carnaval Participação

A partir de 1978, o Recife entrou em um novo momento no que se refere à preservação do patrimônio e à conservação urbana, consolidando uma fase em que o protecionismo passou a ganhar força como política pública (BORGES, 2023). Essa mudança foi impulsionada pela crescente preocupação com a descaracterização do centro histórico da cidade, que vinha sendo impactado pelas transformações modernistas das décadas anteriores. O **Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR)**, elaborado em 1978, representou um marco na institucionalização da proteção patrimonial em áreas urbanas, estabelecendo critérios para a salvaguarda e passando a ser incorporado às políticas municipais, resultando na promulgação da **Lei nº 13.957/1979**, que consolidou a proteção de diversos espaços urbanos e estabeleceu normas de ocupação para garantir a manutenção das características históricas e arquitetônicas do Recife (BIHUM, 2023).

Paralelamente às iniciativas de proteção patrimonial, a década de 1970 também foi marcada por intensos debates sobre o futuro do Carnaval recifense. A popularização do chamado “**Carnaval espetáculo**” (SILVA, 2019), inspirado no modelo carioca de desfiles em passarela, gerou preocupações quanto à descaracterização da identidade cultural pernambucana. Esse modelo, que priorizava a organização e o turismo, colocava em risco a espontaneidade e a participação popular na festa, como explicitado anteriormente. Em resposta a essas questões, foi criada a **Fundação de Cultura da Cidade do Recife**, buscando resgatar o “**Carnaval Participação**”, promovendo um modelo de festa em que não houvesse separação entre brincantes e espectadores, ainda de acordo com Leonardo Dantas Silva (2019).

Assim, a partir de 1978, o Recife vivenciou um **duplo movimento de preservação e valorização do patrimônio cultural**. De um lado, o fortalecimento das políticas de conservação urbana com a pretensão de proteger áreas históricas da cidade e, de outro, a tentativa de retomada do Carnaval de Participação reafirmou a importância das tradições populares na identidade cultural pernambucana, resistindo à massificação e à espetacularização da festa. Essas ações demonstram como a cidade buscou equilibrar modernização e preservação, na tentativa de fortalecer e proteger seu patrimônio material e imaterial.

Plano de Preservação de Sítios Históricos (1978):

Em 1978, ocorre a implementação do **Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR)**, coordenado pela Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM). Esse plano representou um avanço significativo na proteção do patrimônio arquitetônico da cidade, estabelecendo 31 Zonas de Preservação (ZP), e consolidando diretrizes para garantir a manutenção das características históricas das áreas centrais, influenciado por referenciais internacionais, como a Carta de Veneza (1964), as Normas de Quito (1967) - de acordo com Menezes (2015) - e a Declaração de Amsterdã (1975), citadas anteriormente, além do **Compromisso de Brasília (1970)** e do **Compromisso de Salvador (1971)** (BORGES, 2023).

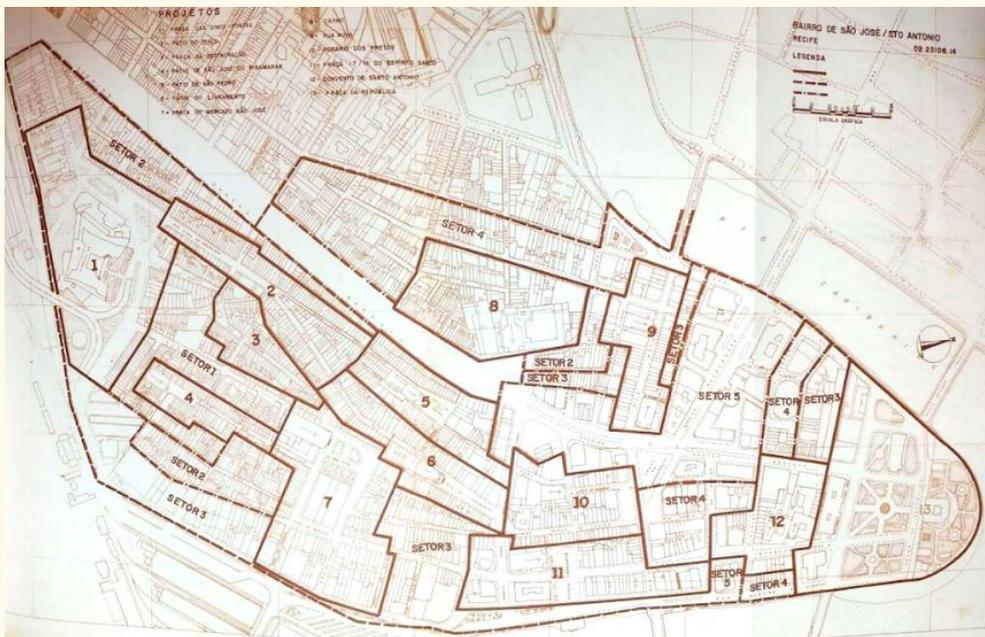


Figura 61: Proposta do PPSH/RMR para São José e Santo Antônio.

Fonte: FIDEM, 1978. Reproduzida por BORGES, 2023.

O Compromisso de Brasília (1970) foi elaborado durante um encontro técnico no IPHAN, enfatizou a necessidade de integrar a preservação patrimonial ao planejamento urbano, defendendo que a conservação de áreas históricas deveria ser articulada com o desenvolvimento das cidades, reforçando, ainda, a importância da participação do poder público na proteção dos bens culturais. Já o Compromisso de Salvador (1971) aprofundou essa discussão, destacando a necessidade de garantir a preservação não apenas de monumentos isolados, mas também dos conjuntos urbanos históricos. O documento também abordou a questão social, defendendo a importância de manter as populações tradicionais nesses espaços, evitando processos de gentrificação que poderiam comprometer a autenticidade e a função social das áreas preservadas. Ambos os compromissos ajudaram a consolidar políticas de proteção do patrimônio no Brasil, influenciando diretrizes futuras na área da conservação urbana, de forma

que o PPSH/RMR incorporou práticas amplamente discutidas no cenário global e nacional sobre conservação urbana, promovendo um olhar mais abrangente sobre a preservação do espaço histórico.

Um dos aspectos de maior impacto do PPSH/RMR foi a organização do levantamento e registro detalhado dos sítios históricos na Região Metropolitana do Recife, abrangendo tanto os espaços urbanos quanto os rurais. Destaca-se, nesse sentido, a adoção do conceito ampliado de sítio histórico, influenciado pela **Carta de Veneza**, que expandiu a ideia de monumento histórico para incluir áreas urbanas, rurais e edificações mais modestas (PONTUAL, 2021).

É válido ressaltar, também, a implementação de **Zonas de Preservação Rigorosa (ZPR)** e **Zonas de Preservação Ambiental (ZPA)**, seguindo o conceito de proteção em diferentes níveis e permitindo uma abordagem mais específica para cada área, adaptando as medidas de conservação às especificidades de cada local (DPPC, 2019). Dentro dessas zonas, foram estabelecidos critérios para novas construções e intervenções, com restrições para evitar descaracterizações na paisagem urbana, proibindo, também, modificações no parcelamento do solo.



Figura 62: Zonas de proteção propostas pelo PPSH/RMR no centro do Recife.

Fonte: REYNALDO, 2017.

O plano também definiu diretrizes precisas para a conservação e restauração das edificações, além de regulamentar o uso dos espaços urbanos, priorizando, ainda, a melhoria da infraestrutura, a requalificação das condições de habitabilidade e o ordenamento do tráfego (DPPC, 2019). Também foram promovidas ações para o tombamento de importantes edifícios de valor histórico e cultural, como igrejas e prédios administrativos, juntamente com a busca por fortalecer o controle sobre o uso do solo, assegurando a preservação das características arquitetônicas originais e restringindo alterações que pudessem comprometer a autenticidade das construções. No entanto, o foco predominante

na preservação da materialidade das construções, como as fachadas, acabou deixando em segundo plano aspectos intangíveis do patrimônio, que ainda não estavam plenamente incorporados às políticas preservacionistas do período (BORGES, 2023).

O PPSH-Recife representou um marco significativo na preservação do patrimônio (BIHUM, 2023), consolidando o reconhecimento da cidade como um espaço de memória e identidade cultural, com diretrizes essenciais para estruturar políticas de conservação, assegurando a valorização do acervo histórico da cidade. Esse processo foi formalizado com a **Lei nº 13.957/1979**, que instituiu as **Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH)**, substituindo as ZP, e estabeleceu regulamentações para a proteção do patrimônio histórico municipal, com Setores de Preservação Rigorosa (SPR) e Setores de Preservação Ambiental (SPA) (BORGES, 2023).

A legislação introduziu diretrizes fundamentais, incluindo: **(i)** a ampliação do conceito de sítio histórico, de modo que não apenas monumentos isolados fossem valorizados, mas também conjuntos urbanos; **(ii)** a definição de regras para futuras intervenções, garantindo a harmonia com o contexto preservado; e **(iii)** a responsabilidade dos municípios na elaboração de planos detalhados e específicos para seus sítios históricos (PONTUAL, 2007), além de reconhecer diversos espaços urbanos como bens a serem protegidos, a lei também estabeleceu normas de ocupação para assegurar a preservação da identidade histórica dessas áreas.

Nesse sentido, o Plano foi concebido como uma ferramenta para estabelecer um controle mais rígido sobre as **Zonas de Preservação Rigorosa (ZPR)**, com a finalidade de impedir intervenções que comprometessem a autenticidade dos imóveis históricos (BORGES, 2023), e a **Lei nº 13.957/1979** tratou tanto de conjuntos edificados quanto de construções isoladas de forma equivalente, entendendo os sítios históricos como um conjunto formado pela integração de suas edificações individuais. No entanto, segundo Borges (2023), essa abordagem permaneceu com foco predominante em elementos tangíveis, deixando em segundo plano aspectos imateriais do patrimônio e a relevância da permanência da população residente nesses espaços — questões estas que só ganharam maior importância nas discussões sobre preservação patrimonial mais recentemente, especialmente no século XXI.

Lei Nº 13.957/1979: ART. 9º - Em qualquer caso, as construções e obras de conservação, reparação ou restauração de bem situado em ZPR respeitarão volumetria e feição do imóvel, de persi e em relação à escala e à forma do conjunto em que esteja situado, para assegurar as suas características originais e para manter: I – o gabarito e o número de pavimentos do prédio existente, nos casos de obras de reparação ou restauração, e do que preexistiu no terreno, no caso de construção; II – a escala e as características arquitetônicas do conjunto, quando se tratar de construção em terreno antes não edificado; III – a implantação do prédio no terreno, quanto à taxa de ocupação e à área construída, vedada a possibilidade de recuo frontal ou afastamento lateral antes inexistente, ainda que compensado; IV –

a forma e inclinação da coberta; V – os materiais de revestimento das paredes e da cobertura, inclusive pintura; VI – os vãos de circulação, ventilação, iluminação e insolação voltados para o espaço externo, bem como os materiais de vedação dos mesmos (RECIFE, 1981, p. 14).

Esse viés que privilegia a materialidade, colocando em segundo plano os aspectos imateriais do patrimônio — algo compreensível dentro do contexto histórico das políticas de preservação da época — divergiu das diretrizes da **Conservação Integrada**, preconizadas na **Declaração de Amsterdã (1975)**, que enfatizavam a importância de preservar não apenas a arquitetura, mas também os modos de vida e a dinâmica social das áreas históricas (BORGES, 2023).

Fundação de Cultura da Cidade do Recife (1979):

Durante a década de 1970, o carnaval do Recife foi palco de intensos debates sobre sua identidade cultural e a possível influência do modelo carioca de festejar (GUILLEN e SILVA, 2018). A grande questão girava em torno da adoção do chamado “Carnaval Espetáculo” (SILVA, 2019), inspirado nos desfiles do Rio de Janeiro, com a implementação de passarelas e arquibancadas para o público acompanhar as apresentações. Enquanto alguns defendiam essa “modernização”, outros temiam que tais mudanças descaracterizassem o carnaval pernambucano, tradicionalmente marcado pela espontaneidade das agremiações de frevo e pela participação ativa dos foliões nas ruas, além da preocupação sobre o impacto da crescente indústria cultural, que parecia padronizar as festividades e transformar o evento em um produto comercial, como afirmam Guillen e Silva (2018).

Se pularmos para as décadas seguintes, calorosos debates sobre o caráter popular, ou o perigo que se corria de “descaracterizar” a identidade pernambucana que se expressava no Carnaval, estavam presentes nas páginas dos jornais. Em outras palavras, a relação entre Carnaval e identidade em Pernambuco é mais que secular (GUILLEN e SILVA, 2018, P. 9).

Diante dessas inquietações, foi criada, em 1979, a **Fundação de Cultura Cidade do Recife**, através da Lei nº 13.535, com o objetivo de fortalecer e valorizar a cultura popular local. A frente da gestão do carnaval do Recife, sob a direção de Leonardo Dantas, a fundação propôs um novo modelo, denominado “**Carnaval Participação**” (SILVA, 2019), que buscou **recuperar a essência do festejo**, promovendo a interação direta entre os foliões e as agremiações, sem a separação entre público e brincantes (GUILLEN e SILVA, 2018).

[...] foi instituída, através da Lei 13.535, de 23 de abril de 1979, a Fundação de Cultura Cidade do Recife, que tinha por objetivos “a indução das atividades culturais, com ênfase na cultura popular”.

Nesse sentido, propõe-se a “preservar o universo cultural e a memória Nacional, nos limites da Cidade do Recife; despertar na comunidade o gosto e o amor por sua própria cultura, através de eventos culturais e programas de participação comunitária”, dentre outros aspectos (GUILLEN e SILVA, 2018, P. 16).



Figura 63: Ilustração “Carnavalescos de Rua” de Wilton de Souza, 1979.

Fonte:

<<https://www.facebook.com/photo/?fbid=2714891628651370&set=a.1206410226166192>>. Acesso em 02 fev. 2024.

De acordo com Guillen e Silva (2018), no “Carnaval Participação”, os cortejos carnavalescos deveriam sair dos bairros periféricos em direção ao centro do Recife, conduzindo multidões ao longo do trajeto até chegarem ao ponto de avaliação de uma comissão julgadora. Embora essa proposta fosse apresentada como um esforço de valorização das tradições locais, ela refletia, de maneira implícita, um processo mais amplo de deslocamento forçado das manifestações culturais, decorrente das mudanças urbanísticas promovidas nas décadas anteriores.

[...], no entanto os tradicionais blocos não desfilam pelas ruas de São José e Santo Antônio durante os dias de carnaval, e muitos mudaram-se de seus locais de origem para bairros mais afastados do centro. Verifica-se, nesse processo, grande influência da evasão populacional desses bairros (DPPC, 2019, P. 247).

O bairro de São José que, por décadas, abrigou sedes de clubes, troças e blocos em residências de moradores locais, viu suas tradições carnavalescas esmaecerem à medida que as famílias foram deslocadas. O carnaval deixou de ser uma celebração espontânea e orgânica das comunidades locais para se tornar um evento planejado, que precisava “retornar” ao centro em datas específicas, como se estivesse deslocado de sua raiz histórica.

Na década de 1950, os blocos desapareceram do cenário recifense, voltando apenas na década de 1970. As dificuldades financeiras são atribuídas ao desaparecimento dos blocos e também às mudanças na estrutura dos bairros da cidade (SCHENEIDER, 2011, P. 30).

Nesse contexto, o “Carnaval Participação” surgiu não apenas como um modelo de resgate cultural, mas também como uma resposta à ausência forçada das tradições nos bairros históricos. Iniciativas como a **Frevioca** e os concursos de Passo e Estandarte (SILVA, 2019), por exemplo, foram tentativas de recriar espaços de expressão cultural em um centro urbano que já não refletia mais o cotidiano das populações que deram origem a essas manifestações.

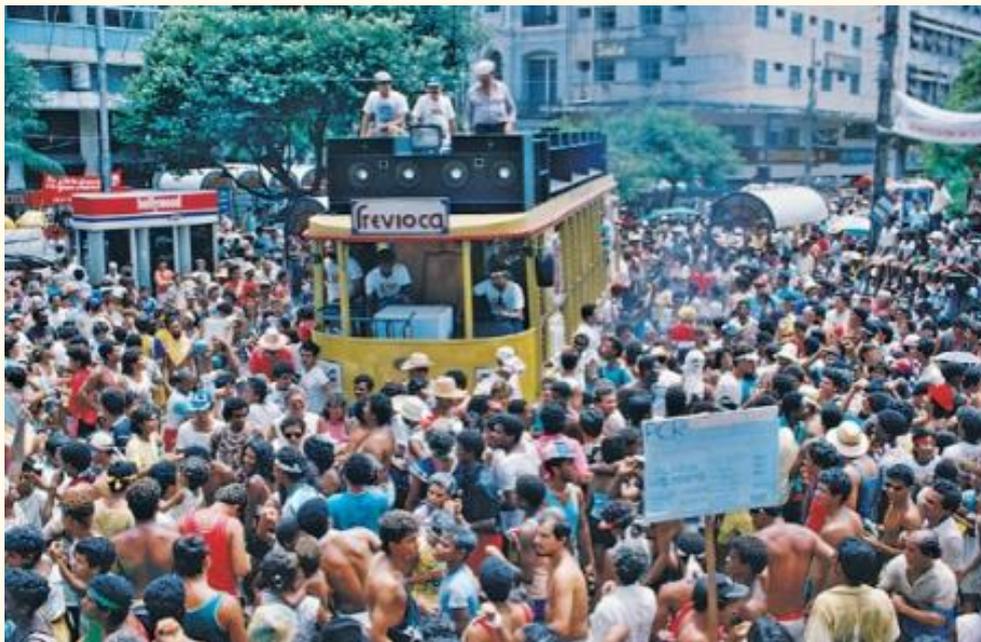


Figura 64: Frevioca, surgida em 1980.
Fonte: Leonardo Dantas Silva, 2019.

Portanto, o surgimento e crescimento do emblemático **Galo da Madrugada (1978)**, assim como o **Bloco Lírico Pierrot de São José (1978)**, por exemplo, simboliza tanto a força do frevo quanto a necessidade de ocupar novamente o espaço central da cidade, agora como palco de um espetáculo organizado, e não mais como extensão da vida comunitária.

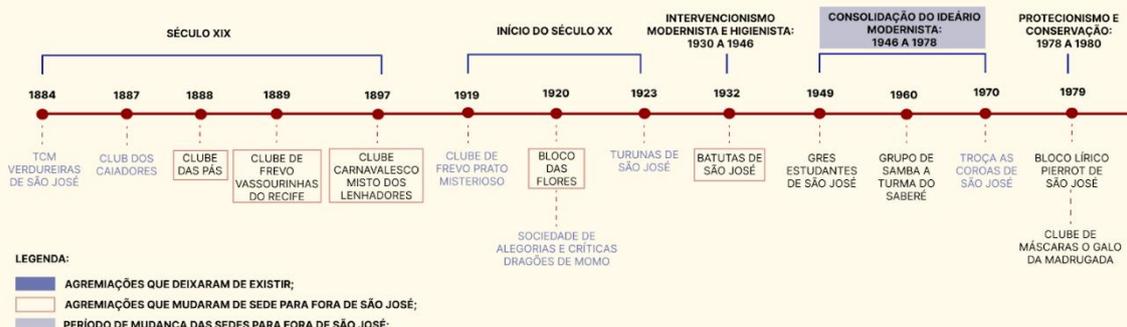


Figura 65: Linha do tempo com as agremiações que deixaram de existir e/ou mudaram de sede para fora de São José, incluindo o nascimento das agremiações do ano de 1979.

Fonte: Autoral, 2025.

Diferente de outras agremiações, o Galo da Madrugada manteve sua sede em São José e conseguiu atrair milhões de foliões para as ruas do centro, reafirmando sua importância no circuito carnavalesco e garantindo que, pelo menos uma vez ao ano, São José fosse reocupado simbolicamente pelo Carnaval. Vale destacar, ainda, o caso da Troça Carnavalesca Mista Verduzeiras de São José, que renasceu no bairro também na década de 1980, em meio ao fervor da tentativa de reviver o Carnaval Participação.



Figura 66: Primeiro desfile do Galo da Madrugada, no bairro de São José, em 1978.

Fonte: Acervo do Galo da Madrugada.

Para Leonardo Dantas Silva (2018), o “Carnaval Participação” reafirmava a autenticidade do carnaval recifense, demonstrando que o frevo e os ritmos criados pelo povo eram suficientes para manter viva a animação da festa, sem a necessidade de influências externas (DANTAS apud GUILLEN e SILVA, 2018, p. 17). No entanto, essa autenticidade só pôde ser reivindicada porque havia sido, em parte, deslocada. O carnaval, que antes nascia do cotidiano dos moradores do centro, agora precisava ser planejado para “retornar” a um espaço que já não lhes pertencia de forma orgânica.

Em síntese, esse deslocamento forçado do carnaval das áreas centrais para a periferia e o posterior retorno em formato de cortejo revela uma contradição: o esforço para preservar a tradição carnavalesca esconde o fato de que essa tradição havia sido removida da sua base territorial original. O movimento das agremiações da periferia para o centro simboliza não apenas uma celebração, mas também um ato de resistência cultural, uma tentativa de reocupar um espaço transformado por políticas urbanísticas que, naquele período, priorizaram a modernização e a materialidade urbana, sem incorporar plenamente a relevância das expressões culturais imateriais, tema que só ganharia destaque em discussões mais recentes.

O “Carnaval Participação” é o reflexo de um carnaval que, embora tenha mantido sua força popular e cultural, precisou se adaptar a um novo contexto urbano, marcado pelo deslocamento físico e simbólico de suas raízes. O que era

uma celebração enraizada no cotidiano de bairros como São José passou a ser uma manifestação que dependia do retorno ritualístico ao centro da cidade, reafirmando, a cada ano, a luta pela preservação da memória e da identidade cultural do Recife.

Criação da ZEPH-10 (1980):

Em 1980, a **criação da ZEPH-10 (Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico)**, por meio do **Decreto nº 11.693**, reforçou a política do PPSH/RMR, abrangendo os bairros de **Santo Antônio e São José**, classificados como **Conjuntos Antigos** (DPPC, 2019). A partir desse momento, dentro desta zona, foram criadas quatro Zonas de Preservação Rigorosa (ZPR), abrangendo áreas como a Praça da República, o Convento de Santo Antônio, a Praça do Carmo e a Rua Nova, além de trechos significativos de São José e Santo Antônio, sendo áreas que passaram a estar submetidas a diretrizes específicas para controle de uso, tipologia das edificações e proteção da paisagem urbana. Nesse sentido, as restrições incluíam a proibição de modificações no parcelamento do solo, limitações na tipologia das novas construções e a regulamentação do comércio, garantindo a continuidade da paisagem histórica e protegendo os elementos arquitetônicos que caracterizavam esses bairros.

A área apresenta um acervo considerável de edificações antigas do século XVIII, XIX e do início do século XX, constituindo vários conjuntos, onde se observa, em grande parte, o traçado primitivo da trama urbana, sobretudo no Bairro de São José. Essa trama do sistema viário é caracterizada pelas ruas estreitas, becos e vielas tortuosas que se abrem, de vez em quando, em pátios. Convém observar que, da estrutura original, o que se conserva hoje é uma amostra significativa do traçado urbano dos séculos XVII e XVIII (FIDEM, 1978, p.185).



Figura 67: Zona de Preservação de Santo Antônio e São José - Decreto nº 11.693.

Fonte: RECIFE, 1979. Reproduzido por DPPC, 2019.

A implementação da ZEPH-10 foi um avanço na salvaguarda do patrimônio arquitetônico do Recife (DPPC, 2019), mas demonstrou falhas, como a dificuldade em manter a área habitada e funcional para seus moradores. O modelo de preservação adotado enfatizou a conservação das edificações, mas sem uma abordagem integrada que garantisse a permanência das atividades culturais e sociais tradicionais na região.

Desse modo, apesar da tentativa de proteção à identidade visual do centro, ao focar em assegurar a preservação da forma, cor, escala e materiais das construções, sua dinâmica urbana passou por transformações que alteraram o modo de ocupação e a relação da população com esse território.

Após sua classificação como ZEPH, o território de todo o bairro de Santo Antônio e de parte de São José passou a estar submetido a rígido controle da sua forma, tanto no que diz respeito às tipologias quanto à morfologia. Em relação à dinâmica urbana, o processo de especialização funcional, sobretudo do comércio, teve continuidade. No decorrer das décadas de 1970 e 1980, o comércio na área passou por um processo de popularização, voltando-se para as classes de baixos ingressos e atraindo cada vez mais vendedores informais (ARAÚJO, 2014) (DPPC, 2019, P. 51).

Em resumo, o processo de transformação urbana a partir dos diversos planos de reforma e legislações citadas, a descentralização das funções metropolitanas e a construção de moradias fora do centro (REYNALDO, 2017; DPPC, 2019) levou ao esvaziamento populacional dos bairros centrais, especialmente no que se refere a São José, afetando diretamente as sedes das agremiações carnavalescas e a vivência do Carnaval de rua nesses espaços, notando-se um impacto claro no período de 1946 a 1978, na linha do tempo construída abaixo:

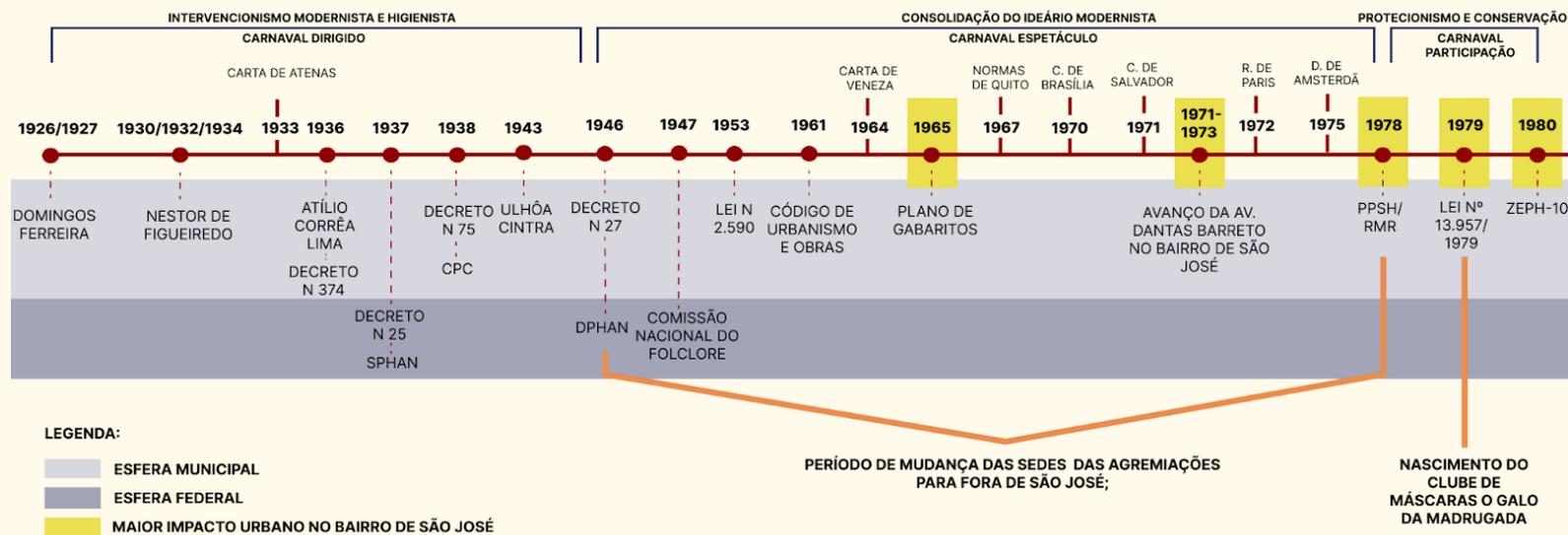


Figura 68: Linha do tempo com os planos de reforma e instrumentos analisados, nas esferas internacionais, municipais e federais, de 1930 a 1980, incluindo o movimento das agremiações no período analisado.

Fonte: Autoral, 2025.

Nesse cenário, a tentativa de preservar o centro histórico do Recife e a estratégia de promover o “Carnaval Participação” se desenvolveram como processos paralelos, ainda que sem uma conexão direta entre si. De fato, embora a regulamentação urbanística e as políticas de proteção do patrimônio tenham sido marcadas por várias transformações significativas, como a abertura da Avenida Dantas Barreto, nota-se progressivamente uma preocupação crescente em assegurar a manutenção de edificações históricas, traçados urbanos e elementos da paisagem arquitetônica original. Contudo, cabe ressaltar que essas políticas, à época, estavam voltadas majoritariamente à dimensão física e material, sem necessariamente considerar aspectos que só ganhariam força nas discussões sobre preservação patrimonial mais recentemente, especialmente na virada do século XX para o XXI, como a importância das práticas culturais e sociais que davam vida aos espaços urbanos.

Dessa forma, a tentativa de retomada do Carnaval de rua trouxe uma ocupação popular temporária ao centro da cidade, ressignificando culturalmente ruas e praças, mas sem integrar diretamente essa dinâmica cultural às diretrizes de preservação patrimonial. O objetivo aqui, portanto, não é exigir retrospectivamente uma abordagem que ainda não estava colocada historicamente, mas sim demonstrar como, a partir dessa perspectiva histórica, se constroi e evolui a complexa relação entre as transformações espaciais urbanas e a vitalidade das práticas sociais representadas pelo patrimônio imaterial, tendo como representante, aqui, o Carnaval.

[...] Santo Antônio e São José deixam de funcionar como o local onde se desenvolvem essas manifestações ao longo do ano, convertendo-se em palco e cenário para suas apresentações ao grande público durante o ciclo carnavalesco (DPPC, 2019, P. 247).



Figura 69: Desfile do Galo da Madrugada no Pátio do Terço, em 1980.

Fonte: Leonardo Dantas. Reproduzido em

<<https://www.facebook.com/photo/?fbid=3038827019591161&set=a.1450291461778066>>.

Acesso em 02 fev. 2024.

A partir dessa perspectiva de história urbana, percebe-se que o centro do Recife tornou-se progressivamente um espaço onde predominava a preocupação com a preservação material, embora sem garantir as condições necessárias para a vivência contínua das práticas sociais e culturais que historicamente lhe conferiram significado. Esse processo evidencia claramente como as transformações espaciais — decorrentes de intervenções urbanísticas e políticas de preservação — influenciaram diretamente as dinâmicas sociais, especialmente as ligadas ao Carnaval e suas agremiações. À medida que a cidade se reconfigurava morfológicamente, essas práticas culturais precisaram se reinventar e deslocar para outros territórios, transformando o centro histórico num espaço ocupado apenas temporariamente durante os festejos carnavalescos, deixando de ser um ambiente cotidiano de pertencimento e vivência dos antigos foliões. Assim, fica evidente como a história urbana do Recife é marcada por essa complexa relação entre a dimensão física da cidade, suas práticas sociais — particularmente o Carnaval — e as políticas públicas que, ao longo do tempo, buscaram equilibrar preservação e transformação.

capítulo 03

LEGADOS EM DISPUTA:

imaterialidade e materialidade nas
políticas preservacionistas dos
anos 30 à contemporaneidade



Este capítulo tem como objetivo ressaltar os desafios que se colocam à construção de práticas preservacionistas que considerem de forma indissociável as dimensões materiais e imateriais do patrimônio cultural, refletindo sobre como essas dimensões vêm sendo compreendidas, (des)articuladas e tratadas ao longo do processo de institucionalização das políticas de preservação no Brasil, em Pernambuco e no Recife.

Sob essa perspectiva, a análise desenvolvida se organiza em quatro momentos históricos, que não se restringem a eventos isolados, mas dizem respeito a contextos mais amplos de transformação institucional, legislativa, conceitual e urbana. A seção 3.1 examina o surgimento do SPHAN e a formação do campo da preservação no Brasil entre as décadas de 1930 e 1970, destacando o predomínio da dimensão material como foco das políticas de proteção. A seção 3.2 volta-se às profundas mudanças urbanas vividas pelo bairro de São José nos anos 1970, com ênfase na abertura da Avenida Dantas Barreto e na implementação da primeira legislação municipal de proteção (Lei nº 13.957/1979), abordando o período sob a ótica das políticas preservacionistas. Já a seção 3.3 trata do período que se estende da década de 1980 aos anos 2000, quando ganha corpo a construção do campo do patrimônio imaterial no Brasil, ao mesmo tempo em que se observam os limites de sua incorporação prática no contexto recifense. Por fim, a seção 3.4 discute os avanços normativos recentes — como o Registro do Frevo como Patrimônio Imaterial da Humanidade — e os desafios persistentes na articulação entre materialidade e imaterialidade nas políticas públicas, especialmente no território simbólico de São José.

O que se pretende, então, é compreender como se consolidaram, ao longo do tempo, as separações entre suporte físico e práticas culturais, de modo a explicitar os caminhos, inflexões e lacunas que ainda hoje estruturam os modelos de proteção. Nesse percurso, o Carnaval do Recife, com especial atenção ao bairro de São José, é tomado como expressão concreta das relações entre espaço urbano e cultura popular, revelando que o distanciamento entre o material e o imaterial é não apenas conceitualmente problemático, mas também concretamente danoso à vitalidade das tradições e à sustentabilidade do patrimônio.

3.1. Da década de 1930 a 1970: da criação do SPHAN a constituição do CNRC

O interesse pela preservação do patrimônio cultural no Brasil tem suas raízes no início do século XX, destacando-se durante eventos significativos como a Semana de Arte Moderna de 1922 e o centenário da independência. Essa época revelou uma elite cultural dedicada a destacar e preservar o

patrimônio histórico e artístico do país, em um movimento de valorização da arquitetura tradicional brasileira, que buscava se distanciar do academicismo e das influências europeias que dominavam o cenário artístico nacional (BORGES, 2023).

Ainda de acordo com Borges (2023), em 1923, a iniciativa legislativa da criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil representa um dos primeiros esforços formais para proteger o patrimônio arquitetônico brasileiro, esforço esse que foi seguido por estados como Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, que estabeleceram Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos comprometidas com essa missão.

Nessa conjectura, de acordo com o IPHAN (2008), Mário de Andrade, participante ativo da Semana de Arte Moderna, foi um dos primeiros a enfatizar a importância das práticas cotidianas e costumes, por exemplo, no entendimento da cultura do país:

Sua concepção de patrimônio, engendrada nas décadas de 1920 e 1930, foi fruto das viagens pelo interior do país e da experiência à frente do Departamento de Cultura de São Paulo. No período em que dirigiu o órgão, Mário de Andrade desenvolveu uma proposta inovadora e pioneira de recolha e registro do patrimônio não tangível, utilizando-se das novas tecnologias de gravação e filmagem para coleta e salvaguarda de documentação sobre as mais diversas formas de expressão da cultura popular brasileira (IPHAN, 2008, p. 10).

Assim, o Brasil adentra no período da Revolução de 1930, período esse ressaltado por Chuva (2012) devido à sua complexidade na formação da concepção de patrimônio no país, marcado por intensas tensões, tanto no âmbito político quanto acadêmico, entendendo que enquanto políticas de preservação patrimonial eram implementadas, emergiam novos campos de conhecimento associados à criação das primeiras universidades.

Nesse sentido, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, a postura autoritária do governo teve um impacto profundo nas manifestações culturais do Brasil, incluindo o Carnaval do bairro de São José. Este período foi marcado por uma tentativa de centralizar e nacionalizar a cultura como parte dos esforços para construir uma identidade nacional unificada, entendendo que a legitimidade do Estado Novo dependia, em parte, da associação da imagem do líder com a representação da nação, conforme apontam Schwarcz e Starling (2018). No contexto de Pernambuco, essa intervenção estatal no Carnaval refletiu um movimento mais amplo de controle sobre as expressões culturais populares (SANTOS, 2010).

Logo, o governo implementou políticas que buscavam institucionalizar e regulamentar o Carnaval, padronizando-o para que refletisse valores nacionais e não apenas locais (SANTOS, 2010). Como apontado no capítulo anterior, ao tentar alinhar o Carnaval com os ideais do regime, o governo tentou diminuir a

influência das raízes afro-brasileiras e das manifestações populares que caracterizavam a festa, promovendo em seu lugar uma versão mais "civilizada" e menos "desordeira". Essa tentativa de uniformização visava não apenas controlar o carnaval, mas também utilizá-lo como instrumento de propaganda do Estado, reforçando a imagem de um Brasil moderno e ordenado sob a liderança de Vargas, entendendo que esse é um momento de formação de uma história nacional através da exaltação de ícones históricos e artísticos (CHUVA, 2009).

A institucionalização de um projeto republicano de construção de memória ganhou relevância a partir da década de 1930, um momento em que se vivia uma espécie de refundação do Estado brasileiro, quando tomou corpo o debate a respeito da composição da população brasileira e da construção da identidade nacional" (GURAN, 2017, p.213).

Neste cenário, Mário de Andrade se sobressai ao desenvolver uma proposta preliminar focada na preservação do patrimônio artístico brasileiro (FRAGELLI, 2020), visando estabelecer uma identidade nacional ancorada nas tradições culturais do Brasil, marcando um passo significativo para a política de preservação no país.

Nasce, então, o **Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)**, instituído pelo **Decreto Lei nº 25 de 1937**, que formalizou o pontapé inicial da preservação oficial do patrimônio cultural brasileiro. No entanto, as iniciativas do SPHAN acabaram privilegiando uma curadoria cultural que, com o passar do tempo, relegou à margem manifestações culturais vistas como menos significativas devido a várias forças de dominação, afastando-se das pretensões iniciais estabelecidas por Mário de Andrade (GURAN, 2017):

Apesar de o projeto de lei desenvolvido por Mário de Andrade (ANDRADE, 2002) - base para a redação do decreto-lei n.25, de 1937, que estabelecerá o eixo legal para a atuação do recém-criado IPHAN - ter uma perspectiva muito mais ampla e avançada para aquele momento - incluía, por exemplo, a preocupação com aspectos imateriais que só serão reconhecidos muito tempo depois-, a valorização desse momento será sobre os centros históricos do período colonial, identificados como símbolos maiores da desejada identidade nacional. Esses centros e sua arquitetura barroca passam a ser reconhecidos como a raiz da cultura construtiva propriamente brasileira (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2022, p.80).

Vale destacar que, nesse primeiro momento, o SPHAN focou na proteção de edificações, estabelecendo um processo de tombamento baseado em critérios que valorizavam a estética, por exemplo. No Artigo 1º do Decreto, o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi estabelecido como:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor

arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Lei nº 25 de 1937).

Esse período, então, foi caracterizado por discussões sobre os princípios associados à conservação, que ajudaram a desenvolver as políticas de patrimônio, sendo essas fortemente influenciadas por padrões europeus (VIEIRA, 2024). Nota-se que os instrumentos legais de preservação, naquele momento histórico, estavam naturalmente direcionados, quase que exclusivamente, à proteção da dimensão material dos bens culturais, refletindo uma visão ainda distante da problemática contemporânea que enfatiza a necessidade de integrar os aspectos materiais e imateriais. Isso evidencia não uma falha específica daquelas iniciativas passadas, mas sim um retrato fiel do entendimento preservacionista de sua época, em que ainda não se havia desenvolvido plenamente a consciência da importância da imaterialidade como dimensão intrínseca e indissociável da materialidade, questão que só se tornaria central no debate patrimonial a partir das décadas seguintes.

Voltadas para monumentos e visando à conservação de sua integridade física, as políticas de patrimônio centradas no instituto do tombamento certamente contribuíram para preservar edificações e obras de arte, cuja perda seria irreparável. Contudo, esse entendimento da prática de preservação terminou por associá-la às ideias de conservação e de imutabilidade, contrapondo-a, portanto, a noção de mudança ou transformação, e centrando a atenção mais no objeto e menos nos sentidos que lhe são atribuídos ao longo do tempo (FONSECA, 2003, p.66).

De 1937 a 1967, durante a chamada "fase heroica" do IPHAN (FONSECA, 2017), sob a liderança de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o foco institucional voltou-se para a promoção de museus, a realização de exposições e o tombamento de acervos artísticos e arquitetônicos notáveis (IPHAN, 2014). Simultaneamente, este período também marcou um avanço nos estudos das culturas populares, especialmente com a criação da **Comissão Nacional do Folclore (1940)** e da **Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1958)**, iniciativas essas que foram cruciais para expandir o entendimento das práticas culturais no Brasil, incluindo as expressões culturais afro-brasileiras (VIEIRA, 2024).

Nessa conjuntura, o frevo em Pernambuco constitui um exemplo ilustrativo dessas dinâmicas. Embora as políticas preservacionistas desse período não estivessem ainda voltadas à proteção institucional explícita de expressões culturais intangíveis como o frevo, é possível perceber como as políticas culturais mais amplas do período influenciaram indiretamente sua prática. Nesse sentido, o frevo não sofreu intervenções preservacionistas diretas por parte do SPHAN, mas seu desenvolvimento e resistência ao longo do tempo revelam as ambiguidades das políticas culturais brasileiras da época, que, por vezes moldavam ou restringiam as expressões locais com base em um projeto

nacional mais amplo, mesmo que ainda sem considerar de forma consciente e estruturada a relação entre a materialidade urbana e a imaterialidade das tradições populares, problemática que só será pautada com clareza a partir da década de 1980.

Assim sendo, Chuva (2012) destaca que o **distanciamento institucional** do IPHAN em relação às questões folclóricas e imateriais, exemplificado pela criação da Comissão Nacional do Folclore – que não contou com membros do SPHAN –, evidencia como, naquele momento histórico, a política de patrimônio cultural no Brasil ainda estava fortemente orientada para os **aspectos tangíveis e monumentais**. No caso específico do frevo, essa perspectiva conceitual vigente levou a que sua relevância cultural fosse formalmente reconhecida apenas muito mais tarde, ilustrando o caráter progressivo e desafiador da incorporação da dimensão imaterial na agenda preservacionista nacional.

Em 1946, através do **Decreto-lei nº 8.534**, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), estabelecido em 1937 pela Lei nº 378, foi reorganizado como a **Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN)**, de 1947 até 1970. No Decreto, as responsabilidades do órgão são explicitadas, incluindo “inventariar, classificar, tomba e conservar monumentos, obras, documentos e objetos de valor histórico e artístico existentes no país” (BRASIL, 1946, art. 2). Nesse sentido, o DPHAN pretendia:

I – a catalogação sistemática e a proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil; II – medidas que tenham por objetivo o enriquecimento do patrimônio histórico e artístico nacional; III – a proteção dos bens tombados na conformidade do Decreto-lei número 25, de 30 de novembro de 1937 e, bem assim, a fiscalização sobre os mesmos, extensiva ao comércio de antiguidades e de obras de arte tradicional do país, para os fins estabelecidos no citado decreto-lei; IV – a coordenação e a orientação das atividades dos museus federais que lhe ficam subordinados, prestando assistência técnica aos demais; V – o estímulo e a orientação no país da organização de museus de arte, história, etnografia e arqueologia, quer pela iniciativa particular, quer pela iniciativa pública; VI – a realização de exposições temporárias de obras de valor histórico e artístico, assim como de publicações e quaisquer outros empreendimentos que visem difundir, desenvolver e apurar o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, 1946, art. 2).

É importante notar que o foco da instituição permaneceu **predominantemente na materialidade**, ou seja, na preservação de bens físicos tangíveis. Assim, questões relacionadas ao patrimônio imaterial, como tradições, linguagens e práticas culturais, ainda não eram concebidas como parte integrante dos objetivos institucionais e das diretrizes de preservação patrimonial adotadas naquele momento histórico no Brasil.

Já anos 1970, um período marcado por significativas interações entre as perspectivas de conservação nacionais e internacionais, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional transformou-se no que hoje é o **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**, trazendo consigo uma profunda revisão das políticas de tombamento e expandindo significativamente as iniciativas de preservação, tornando-as mais intensivas e abrangentes (BORGES, 2023).

Nesse período, ainda, ocorreram mudanças políticas e sociais significativas, marcadas por um processo de redemocratização e crescimento de movimentos sociais (VIEIRA, 2024). Simultaneamente, ocorreu uma intensificação dos debates sobre a preservação do patrimônio cultural, com ênfase particular na valorização de bens anteriormente ignorados. Nesse cenário, os movimentos sociais apontaram falhas nas políticas de seleção de patrimônio existentes e pediram uma revisão crítica dessas, defendendo uma abordagem de conservação mais vasta, que incluísse uma diversidade maior de legados culturais, ainda de acordo com Vieira (2024).

Ao mesmo tempo, com Renato Soeiro à frente do IPHAN a partir de 1967, a instituição entrou em uma "fase moderna", conforme descrito por Fonseca (2017). Guran (2017) relata que, embora a gestão de Soeiro tenha buscado explorar o potencial turístico do patrimônio cultural, articulando práticas preservacionistas ao desenvolvimento econômico, persistiram críticas ao IPHAN por manter uma visão predominantemente eurocêntrica do patrimônio.

Nesse contexto, foram desenvolvidos diversos planos regionais de proteção, especialmente nas cidades históricas do Nordeste (BORGES, 2023), culminando na criação do **Programa de Cidades Históricas (PCH)**:

A finalidade do programa era efetivar estudos sobre a situação do patrimônio histórico do Nordeste, possibilitando uma restauração e aproveitamento integrados, baseando-se no surgimento econômico, social e físico dos núcleos históricos, proporcionando a sua ocupação e, em consequência, a salvaguarda dos valores culturais (MEC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 21).

Em 1975, a fundação do **Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC)** representou um marco decisivo no cenário da política cultural no Brasil (VIEIRA, 2024), ao propor um sistema base para investigar e compreender a dinâmica cultural do país. Além de enfatizar a valorização da cultura, o CNRC se dedicou a elaborar estratégias de proteção do patrimônio coerentes com o desenvolvimento econômico nacional. Em 1979, a criação da **Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM)** fortaleceu ainda mais esse movimento.

Tanto o CNRC quanto a FNPM adotaram visões renovadoras para tratar o patrimônio cultural, procurando não apenas atualizar, mas também ampliar o conjunto de bens protegidos oficialmente (VIEIRA, 2024). Suas ações foram essenciais para valorizar expressões culturais que comumente **permaneciam à**

margem dos discursos patrimoniais estabelecidos, sobretudo as tradições populares e as demandas de coletivos historicamente excluídos.

Assim, constituindo-se como um agente fundamental, o CNRC buscou aperfeiçoar métodos capazes de abarcar, de maneira prática, a complexidade dos fenômenos culturais em constante transformação. Entre os principais interesses do Centro, sobressaiu a **valorização do “fazer popular”**, interpretado como uma manifestação genuína do cotidiano, que evidencia valores centrais da sociedade brasileira (BORGES, 2023). Nesse sentido, a adoção do conceito de “referência cultural”, descrito por Chuva (2012), permitiu que grupos sociais passassem a integrar ativamente o processo de definição do que deveria ser considerado patrimônio, modificando profundamente o espectro de vozes envolvidas nesse debate.

Por isso, ainda que as ações de maior impacto tenham se consolidado durante os anos 1980, já na década de 1970 houve uma **expressiva expansão do reconhecimento e da valorização** do patrimônio cultural no Brasil, criando as bases para a implementação de políticas de preservação mais amplas e inclusivas, que se desenvolveriam nos anos seguintes (BORGES, 2023).

Essa noção, introduzida pelo Centro Nacional de Referência Cultural, teve papel decisivo na virada que viabilizou a ampliação da noção de patrimônio cultural no Brasil e, com ela, a inclusão de novos objetos passíveis de serem reconhecidos como tal. Ela foi também fundamental para a inclusão dos grupos sociais como sujeitos no processo de seleção desse patrimônio. Formulada nos anos 1970, aparece no texto constitucional, através da noção de referência, que consta no caput do Art. 216, ao lado da definição de patrimônio como ‘bens de natureza material ou imaterial’ (CHUVA, 2017, p. 91).

3.2. A década de 1970: transformações urbanas e políticas de preservação no Recife

Ademais, na década de 1970, a finalização da construção da Avenida Dantas Barreto atravessou o bairro de São José com um rastro de demolição (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1968) do seu tecido histórico, como destacado no capítulo anterior. Até então, essa área mantivera sua estrutura urbana quase inalterada ao longo dos séculos, abrigando principalmente moradores de baixa renda e preservando um caráter residencial, segundo Menezes (2016). A abertura da via impulsionou a reconfiguração dos usos do bairro, favorecendo a exploração comercial nas propriedades vizinhas (SILVA, 1979 apud MENEZES, 2016).

Como deixar de fora, por exemplo, a avenida Dantas Barreto, obra de engenharia tão modernizadora? Ora, pela simples razão de que a Dantas Barreto, colossal que seja, não pertence ao bairro aqui considerado. Não compõe sua fisionomia histórica. Dizem até que ela o sacrificou. Melhor ainda, o martirizou. Derrubou-lhe casarões antigos, ruas inteiras, como a Augusta e a Alecrim. E arrancou do seu caminho uma igreja, precisamente a dos Martírios. E o que dizer da avenida Sul, que corre paralela à rua Imperial, e que firmou pacto com a Dantas Barreto no trabalho de cirurgia urbana? Ela também rasgou impiedosa as veias compridas de ruas e praças - como a Sérgio Loreto, hoje reduzida a menos da metade da sua área -, para que por seus espaços pudessem circular os veículos da civilização. Áreas onde antes cumpriam lento passo as carroças puxadas a cavalo e transportadoras de feno (MATOS, 1998, p. 9).

Houve um "terremoto" não registrado pelo sismógrafo que fendeu a terra bem ao meio do coração do bairro. Arrazou vários quarteirões de São José, inclusive a saudosa Rua Augusta. Fez pior: destruiu a Igreja dos Martírios que tinha um dos frontões mais belos do Recife. E assim abriu-se a nova avenida (ELLIOT, 1976, p. 12-13).

Nesse cenário, moradores que permaneceram no bairro de São José relataram, conforme Menezes (2015), que a chegada da Avenida Dantas Barreto **alterou profundamente o modo de habitar** e gerou uma **perda no senso de comunidade**. Integrandose ao eixo comercial da Rua das Calçadas, a nova via estimulou uma rápida expansão do comércio, provocando a substituição de residências tradicionais e reduzindo as condições de habitabilidade para aqueles que desejavam continuar ali (MENESES, 2017).

Outros fatores contribuíram para essa conjuntura, pois a expansão metropolitana e a descentralização do centro do Recife, ainda durante os anos 1970, intensificaram a perda populacional no centro. Nesse sentido, as leis de zoneamento analisadas no capítulo anterior, que restringiam o uso residencial no núcleo urbano, também favoreceram a saída dos moradores.

São José há muito deixou de ser zona residencial. O comércio e os serviços, bem mais do que a indústria, ocupam praticamente todos os seus espaços. Não há mais casas de família, e muito menos quintais e hortas, destino decerto inevitável por conta da sua localização. Apenas como exemplo: todo o trecho nucleado pela rua das Calçadas se transformou em vazio residencial e em pujança comercial. Quase ninguém mora mais em São José. Todo o mundo trabalha, vive ou sobrevive em São José (MATOS, 1998, p. 12).

Em suma, a transformação urbanística da região alterou drasticamente a dinâmica de São José. À medida que o comércio se expandiu, muitas famílias deixaram o bairro, substituindo as residências por lojas e armazéns. Com isso, o "tecido afetivo" que sustentava as manifestações carnavalescas foi se desfazendo: sem os antigos habitantes, a tradição local do Carnaval, baseada em vizinhança e convivência diária, **perdeu parte de sua força**.

A saída de moradores não apenas suprimiu a participação orgânica dos vizinhos na folia — que antes assistiam aos desfiles das sacadas e organizavam seus próprios festejos — mas também **reduziu a capacidade de clubes e blocos se manterem ativos em São José**. Em muitos casos, as agremiações viram-se obrigadas a procurar outros locais para seus ensaios e eventos, mudando suas sedes, como exposto no capítulo anterior.

Portanto, ao perder boa parte de sua população residente, o bairro viu o Carnaval local ficar **mais disperso e menos espontâneo**. O comércio, que trouxe outras possibilidades econômicas, ao mesmo tempo tornou o cotidiano menos propício para a continuidade das antigas celebrações familiares e de rua que caracterizavam o Carnaval. Assim, o “Carnaval de participação”, tão essencial ao espírito dessa festa, desvinculou-se gradativamente das camadas populares que historicamente o fomentaram.

Chegaremos depois à secular Rua da Concórdia com suas casas de porta e janela, parede meia em quase toda sua extensão. No passado, muitas de suas fachadas ostentavam azulejos portugueses e franceses. [...] Já foi a rua mais alegre do Recife. Raro era o sábado em que não havia um ou dois saraus familiares: reuniões dançantes, ao som de piano, interrompidas pelas chamadas horas de arte em que se declamavam versos com acordes da Dalila em surdina. Não se pode separar o nome do maestro Nelson Ferreira da Rua da Concórdia. Ele sempre era solicitado para exhibir-se ao piano com suas valsas inesquecíveis, suas e de Alfredo Gama. Nas calçadas, comprimia-se a turma que compunha o "sereno", integrada pelos curiosos e não convidados que disputavam junto ao dono da casa uma oportunidade de ter acesso à festa. Pelo carnaval, era a rua mais festiva onde os folguedos populares adquiriam maior autenticidade. Por ela passavam todos os blocos e clubes com as belas fantasias de seus componentes e suas excelentes orquestras (Blocos das Flores, Pirilampas, Apoio Fum, Clubes Vassourinhas, Pás, Lenhadores e, por último, o Bloco Batutas de São José, campeoníssimo de vários carnavais). Nem por isso se desviava o curso constituído pelos carros ornamentados, repletos de jovens exuberantemente alegres que promoviam batalhas de confete e lança-perfume. O prestígio da Rua da Concórdia começou a cair quando deixou em grande parte de ser residencial. O comércio descaracterizou-a, expulsando seus velhos moradores (ELLIOT, 1976, p. 13-14).

Sob essas circunstâncias, na tentativa de frear a destruição do patrimônio cultural associada à noção de “progresso”, a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana (FIDEM), em parceria com o governo pernambucano, elaborou, em 1978, o **Plano de Preservação dos Sítios Históricos (PPSH)**. Desse modo, instituiu diversas ações para salvaguardar e restaurar o patrimônio, como: a criação de um núcleo de preservação documental, a restauração de construções e monumentos significativos, bem como a formulação de políticas que promovessem a reocupação de estruturas antigas, muitas delas até então desocupadas ou com dificuldades de manutenção (PONTUAL, 2007).

A preservação evitaria também o mal-estar que se traduz no custo social intangível que toda mudança forçada impõe à população, afastando-se a possibilidade de deslocamento de pessoas de um sítio onde estão radicados para locais, quase sempre periféricos, perturbadores das conveniências estabelecidas (FIDEM, 1978, p. 21).

Além de defender o direito de permanência de moradores e atividades produtivas, o Plano reconheceu que a preservação deveria dialogar com a realidade econômica e cultural, evitando a perda de vínculos identitários. Vale destacar, porém, que por não ter sido convertido em lei, o PPSH/RMR funcionou essencialmente como um “instrumento de registro, delimitação e classificação de edificações e conjuntos urbanos” (PONTUAL, 2021), cuja regulamentação acabou ficando a cargo dos municípios.

É certo que não se pode chegar ao extremo da preservação absoluta em que nada se modifique. Isso geraria um conflito radical com os propósitos do desenvolvimento econômico. A preservação deve ser entendida, porém, como um instrumento vivo, mediante o qual não se isolam os grupos que apenas abrigam sombras e vestígios do passado, isto é, não se há de considerar o sítio histórico como um conjunto edificado inerte, pois os usuários são responsáveis pela sua animação. [...] A continuidade das funções econômicas exercidas é, desse modo, parte da preservação ambiental, com alcance social óbvio, de vez que assegura às classes dos indivíduos que ocupam os sítios o direito de lá permanecerem (FIDEM, 1978, p. 12).

Assim, estabeleceu-se uma **nova forma de vincular o patrimônio cultural à construção de identidades**. Hartog (2006) descreve esse período como um **ponto de inflexão**, em que o cuidado com o patrimônio é entendido como uma verdadeira obrigação relacionada à preservação da memória.

Com base no PPSH/RMR, a administração municipal do Recife oficializou a proteção do patrimônio arquitetônico na cidade com a criação da **Lei nº 13.957/1979** - como explicitado no capítulo anterior - que, conforme Menezes (2017), trata-se do primeiro marco legal em nível municipal para salvaguardar sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados (PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE, 1981):

Ficam instituídas normas de proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, avaliada a respectiva expressão arquitetônica ou histórica para o patrimônio artístico e cultural da Cidade do Recife, e disciplinados o uso e a ocupação do solo, as obras e posturas nas zonas especiais que venham a ser delimitadas para a finalidade de preservação desses bens (RECIFE, 1979, art. 1º).

Ainda que a legislação utilizasse o termo “patrimônio cultural”, observa-se que, à luz do contexto histórico do período, o foco recaiu prioritariamente sobre os atributos materiais desses bens – como forma, fachadas e volumetria –, compreendidos, à época, como os principais indicadores de valor patrimonial. Assim, a análise crítica realizada por Menezes (2017) evidencia que os núcleos

históricos eram tratados predominantemente a partir de critérios formais e visuais, sem que fossem contempladas, de maneira sistemática, as dimensões simbólicas, sociais ou imateriais associadas a esses espaços:

No geral, o tratamento dado aos conjuntos edificados e às edificações isoladas pela Lei Nº 13.957/1979 é o mesmo: os sítios são vistos como um somatório dos imóveis, que devem ser visualizados e analisados de forma isolada, aplicando a visão de monumento a um tecido urbano. A valorização somente dos aspectos materiais – sobretudo das fachadas e volumetria – levou a uma desconsideração não só dos valores intangíveis dos lugares – discussão ainda não iniciada com força naquele período – mas também da importância da manutenção dos residentes nos sítios históricos, conforme recomendado pelas diretrizes da Conservação Integrada, já lançadas desde 1975 através da Declaração de Amsterdã (MENEZES, 2017, p. 7-8).

Como observa Menezes (2017, p. 7-8), mesmo com as diretrizes da **Conservação Integrada**, que já haviam sido elaboradas desde 1975, pela Declaração de Amsterdã, é notável a dificuldade de se traduzir em políticas locais efetivas, sobretudo, a valorização da permanência dos moradores e a consideração das dinâmicas culturais presentes nos territórios. Esse aspecto torna-se ainda mais sensível no caso do bairro de São José, cuja identidade cultural está profundamente entrelaçada com a presença de uma população residente que, ao longo do tempo, forjou as bases do Carnaval recifense.

Nesse cenário, enquanto o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR) e a Lei nº 13.957/1979 formalizavam a tentativa da proteção arquitetônica de São José, já havia vozes que clamavam por uma abordagem mais ampla. Berguedof Elliot (1976, p. 14-15), ao refletir sobre a urgência de preservar o bairro, manifestou o desejo de que uma atitude “corajosa e heróica” do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pudesse efetivamente salvá-lo da “ambição desvairada dos empreendimentos imobiliários”. Apesar de seu anseio em ver São José protegido, Elliot considerava improvável que esse sonho se concretizasse diante da velocidade com que a especulação avançava e transformava o tecido urbano.

A ausência de mecanismos voltados à salvaguarda das dimensões imateriais nos processos de preservação de bens culturais resultou, ao longo do tempo, em perdas que transcendem o próprio objeto físico. No caso do bairro de São José — território historicamente associado ao frevo e ao Carnaval do Recife — o enfoque predominantemente material das políticas de preservação anteriores aos anos 1980 contribuiu para a invisibilização das práticas sociais que estruturavam o cotidiano local. Elementos como fachadas e volumetrias passaram a ser objeto de tentativas de proteção por meio dos instrumentos legais então disponíveis, mas sem iniciativas paralelas voltadas à permanência dos moradores ou à valorização das redes culturais ali existentes, e práticas

como os ensaios das agremiações e as celebrações comunitárias foram sendo progressivamente esvaziadas.

É importante frisar que essa dissociação entre o suporte físico e a vida social que lhe dá sentido não pode ser entendida como uma falha específica daquele período, mas como reflexo de um entendimento de patrimônio então vigente, centrado na materialidade. Ainda assim, **seus efeitos são sentidos até hoje**. A própria essência do frevo, enquanto manifestação que se desenvolveu em espaços urbanos moldados pela convivência popular, depende não apenas das ruas e edificações, mas das relações e da memória coletiva. Quando essas dimensões simbólicas não são reconhecidas como parte do valor patrimonial, corre-se o risco de transformar o espaço preservado em um cenário desprovido de vida e pertencimento, como no caso atual do bairro de São José, muitas vezes reduzido à imagem do “vuco-vuco” (LACERDA, 2018, p. 11) do comércio popular do Recife.

Assim, a não integração entre os aspectos materiais e imateriais compromete a eficácia das políticas de preservação, inclusive do próprio bem físico. A saída de moradores, a ruptura das dinâmicas de vizinhança e a redução das práticas culturais do festejo indicam que, sem a presença ativa dos sujeitos sociais e sem políticas que articulem memória, identidade e território, a continuidade das tradições fica ameaçada. Os instrumentos implementados à época — como o PPSH/RMR e a Lei nº 13.957/1979 — foram passos importantes para a proteção do acervo arquitetônico, mas ainda limitados no que se refere à dimensão simbólica e social que sustenta o valor cultural do bairro, tratando-se, aqui, do Carnaval.

3.3. Da década de 1980 aos anos 2000: a construção do campo do patrimônio imaterial e os limites da aplicação local

Nos anos 1980, o escopo das discussões sobre a proteção do patrimônio cultural se ampliou consideravelmente, tornando cada vez mais presente conceitos mais abrangentes de “significância cultural” (BORGES, 2023). Ou seja, esse processo deixou de focalizar apenas a salvaguarda de elementos físicos e passou a reconhecer também a relevância de aspectos simbólicos e não materiais:

A ‘virada cultural’ dos anos sessenta e a ‘virada comunicativa’ dos anos oitenta levaram a conservação-restauração a um novo arcabouço conceitual. O debate deslocou-se do eixo estético-histórico para o antropológico-cultural, resultando em novas propostas teóricas. A mudança mais notável foi a inflexão do conceito de patrimônio, que

passou do restrito conceito de 'Patrimônio Histórico e Artístico' para o amplo conceito de 'Patrimônio Cultural'. Acompanhando essa mudança, os principais conceitos da conservação-restauração foram culturalizados e relativizados; e o foco da conservação-restauração mudou, passando dos aspectos materiais para os aspectos imateriais do patrimônio (PEREIRA, 2011, p.101-102).

Nesse sentido, no panorama internacional, destacam-se a consolidação do termo “sítio histórico”, o aprofundamento do conceito de “patrimônio urbano” delineado por Françoise Choay (2001) e a noção de “patrimônio cultural” da Declaração do México (1985), adotada no Brasil pela Constituição de 1988 (BORGES, 2023). Para lugares como o bairro de São José, essa abordagem se mostrou vital ao evidenciar a importância de resguardar não apenas a estrutura histórica dos edifícios, mas também as tradições e manifestações sociais ali cultivadas.

Ainda no começo dos anos 1980, foi instituído o **Decreto nº 11.693/1980**, que classificou o Sítio Histórico que abrange Santo Antônio e São José como “Conjunto Antigo” (ZEPH-10), o qual sublinhava o expressivo conjunto de construções antigas datadas do século XVIII, XIX e início do XX, sobretudo em São José, onde se conservava, em grande medida, o traçado original de ruas estreitas, becos, vielas e pátios (MENEZES, 2017):

A proposta tem como objetivos preservar os diversos conjuntos de edificações antigas e do início do século, proteger a visibilidade e escala dos edifícios isolados de caráter monumental e coordenar e controlar o desenvolvimento das áreas vizinhas a esses conjuntos e monumentos situados na área do projeto de São José/Santo Antônio (FIDEM 1978, 185).

Apesar de o Decreto nº 11.693/1980 (conhecido também como PPSH-Recife) mencionar melhoria de infraestrutura e condições de habitabilidade, suas diretrizes centrais reforçam o cuidado com as características formais das edificações – por exemplo, forma, cor, escala e materiais. Na prática, essas exigências revelam um predomínio da dimensão material no processo de preservação, voltado essencialmente à manutenção e recuperação de elementos físicos do conjunto, sem abranger expressamente aspectos culturais ou simbólicos relacionados às práticas sociais e ao uso comunitário dos espaços.

Paralelamente, é válido destacar que, nos anos 1970 e 1980, de acordo com Marins (2016), observou-se uma tentativa de abrir o IPHAN para novas expressões culturais, rompendo parcialmente com critérios centrados em arquiteturas do período colonial. Nesta fase, destacaram-se tombamentos de edificações ligadas a etnias até então subestimadas, como afro-brasileiros, além de construções que o órgão considerava “exóticas” por não encaixarem na linha luso-brasileira, além do surgimento de ações direcionadas ao tombamento de manifestações populares, como a coleção de ex-votos do Santuário de Congonhas (1981) (MARINS, 2016).



Figura 70: Coleção de Ex-Votos no Museu de Congonhas, Minas Gerais.

Fonte: Leo Lara. Reproduzido em <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3549/para-alem-da-fe-colecao-de-ex-votos-e-santos-de-casa-e-registro-antropologico>>. Acesso em 02 mar. 2025.

Embora essas iniciativas tenham apontado para uma proteção mais ampla, envolvendo expressões ou bens culturais pouco alinhados ao perfil "monumental" que historicamente pautava a instituição, boa parte dessas iniciativas não teve continuidade efetiva nas décadas subsequentes. Como consequência, os bens e práticas que não se encaixavam nesse modelo tradicional de grandeza arquitetônica ou antiguidade acabaram sendo tratados, em sua maioria, no âmbito do Registro de Patrimônio Imaterial (MARINS, 2016).

Assim, nota-se que houve (e ainda persiste) uma **clara separação** entre a proteção dos bens materiais – tradicionalmente ligada a ideias de monumentalidade e antiguidade – e a salvaguarda das expressões imateriais, que não se encaixam nesse modelo. Como resultado, essas últimas acabaram sendo tratadas por outros mecanismos, como o Registro de Patrimônio Imaterial - a ser tratado mais a frente -, evidenciando uma **cisão entre as duas dimensões**.

Mais tarde, **em 1988, a promulgação da Constituição** ampliou de forma expressiva o conceito de patrimônio cultural brasileiro, contemplando aspectos materiais e imateriais (artigos 215 e 216), bem como a diversidade das manifestações artísticas e populares. Em paralelo, como destaca Fonseca (2006), os debates sobre cultura e processos sociais cotidianos, intensificados nas décadas de 1970 e 1980, reforçaram a ideia de que o tombamento não bastava para abarcar toda a riqueza cultural, indicando a necessidade de novos instrumentos de proteção. Já entre os anos 1980 e 1990, se fortaleceram metodologias que avaliavam fatores sociais e históricos dos sítios, diferenciando-se da atuação inicial do IPHAN, até então pouco sistematizada em termos de critérios de valoração (MARTINS, 2015).

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, art. 216º)

Porém, de acordo com Couceiro e Barbosa (2008, p. 155), apesar do texto constitucional prezar pela amplitude de abordagens, **persistiam interpretações restritivas** em torno do que seria passível de proteção, o que dificultou, em muitos casos, o avanço da legislação referente ao patrimônio imaterial. Ainda assim, o fortalecimento da perspectiva cultural mais ampla, alicerçada pelas noções de referência cultural e de diversidade, abriu caminho para uma progressiva revisão dos instrumentos de preservação, consolidada ao longo das décadas seguintes.

Contudo, a visão de nação que predomina hoje aponta noutra dimensão, aquela advinda de outros paradigmas formulado na Constituinte de 1988, que vê na diversidade cultural brasileira a sua singularidade, valorizando a pluralidade de suas raízes e de suas manifestações culturais tradicionais e contemporâneas (CHUVA, 2011, p. 47).

A partir desse período, deixava de ser suficiente apenas a proteção “física” por meio do tombamento e a necessidade de abarcar o patrimônio

imaterial levou à criação de políticas e instrumentos específicos, como a **Política Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)**, pelo Decreto nº 3.551, nos anos 2000. Ainda, inventários como o **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)** também se tornaram estratégicos para mapear e conhecer as manifestações culturais de todo o país, na tentativa de superar a ênfase antiga na monumentalidade e na pura dimensão histórica.

Vale destacar o INRC, que foi criado para reconhecer, documentar e salvaguardar bens culturais brasileiros – sejam eles materiais ou imateriais (IPHAN, 2008). Inspirado nas experiências do antigo Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), avalia tanto as características de cada bem quanto os significados atribuídos pela comunidade:

A partir de instruções que abrangem diversas etapas do processo, desde a identificação do bem até o preenchimento de formulários para a estruturação do inventário, a metodologia proposta no INRC visa identificar, inventariar, documentar e registrar bens culturais, com vistas a garantir as condições de produção e reprodução do patrimônio, sua proteção e/ou sua preservação (IPHAN, 2008, p. 16).

A metodologia, organizada em categorias (celebrações, formas de expressão, ofícios e modos de fazer, edificações e lugares), auxilia na elaboração de um dossiê que abrange desde a identificação até a documentação detalhada do bem. Apesar desse avanço, o desafio está em lidar com a contínua transformação das práticas culturais e na dificuldade de superar a cisão entre o patrimônio material e o imaterial. Porém, ainda assim, o INRC oferece suporte para ações oficiais sem necessariamente encerrar a discussão sobre os limites e as possibilidades da salvaguarda cultural (IPHAN, 2008).

Paralelamente a essas estratégias de institucionalização da preservação cultural, ações simbólicas também desempenham papel importante no **fortalecimento das identidades locais**. Nesse sentido, em 1992, foi instituído o **Dia do Frevo** (9 de fevereiro), levando em consideração a menção mais antiga ao frevo na imprensa, que surgiu em 9 de fevereiro de 1907, como registrado pelo historiador Evandro Rabello no livro “Memórias da folia: o Carnaval do Recife pelos olhos da imprensa – 1822/1925”:

Foi por meio de suas pesquisas que se encontrou a mais antiga referência à palavra frevo, no Jornal Pequeno, de 9 de fevereiro de 1907. Uma nota publicava a lista do repertório do “Clube Carnavalesco Espalhadores do Feitosa”, onde aparecia uma marcha intitulada “O Frevo”. Sobre esse acontecimento, Rabello publicou, no Diário de Pernambuco, o artigo “O aparecimento da palavra frevo”, em 11 de fevereiro de 1990 (GUILLEN; SILVA, 2018, p. 18).

Ao oficializar uma data comemorativa, a cidade não apenas valoriza a tradição, mas também fortalece a identidade cultural local, evidenciando o papel fundamental que o frevo exerce na formação do Carnaval recifense. Apesar desse reconhecimento simbólico, permanece o desafio de consolidar

instrumentos legais que integrem os aspectos materiais e imateriais dessas expressões culturais.

Adentrado no ano de 1996, as Zonas Especiais de Preservação (ZEP), antigas Zonas de Preservação (ZP) estabelecidas com a lei nº 13.957/1979, são convertidas em **Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH)** com a lei nº 16.176 (Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS), abrindo caminho para **reconhecer valores imateriais e paisagísticos** (DPPC, 2019). Para a análise dessa legislação, foi levado em consideração o Diagnóstico das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural relacionado à ZEPH-10 (Santo Antônio e São José), realizado pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC), no ano de 2019, e as análises de Vieira-de-Araújo (2021) acerca do mesmo.

Apesar dessa mudança conceitual, a legislação ainda privilegiou os aspectos físicos dos conjuntos edificados (DPPC, 2019; VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2021). Em outras palavras, embora se reconheça formalmente a relevância do “valor cultural” que abrange práticas, tradições e paisagens, na prática essas expressões continuam sem um dispositivo legal específico que as vincule de **maneira permanente e efetiva** ao ordenamento urbano:

Tal alerta demonstra uma certa incoerência, pois, após identificar que, ao incorporar a palavra cultural em sua denominação, as ZEPHs passam a abarcar a dimensão imaterial, admite-se que a lei que as regulamenta só contemplará os aspectos materiais. Apesar de dizer que este é apenas um primeiro passo, não está definido em que momento a dimensão imaterial será incorporada (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2021, p. 214).

Essa lacuna se torna especialmente problemática no caso do bairro de São José, historicamente imbricado ao surgimento e à consolidação do Carnaval pernambucano. Considerando que o frevo e outras manifestações tomaram forma na convivência das ruas e dos pátios, qualquer legislação voltada apenas à conservação de fachadas e edificações corre o risco de negligenciar o conjunto de práticas e relações comunitárias que sustentam o valor simbólico do lugar. O deslocamento das agremiações carnavalescas, que gradualmente abandonaram o bairro, evidencia a fragilidade de uma proteção que desarticula o “espaço construído” das redes de convivência e das tradições populares. Assim, o reconhecimento do bairro como berço do Carnaval não implica, por si só, em salvaguarda efetiva, já que a legislação vigente tende a preservar fragmentos materiais previamente identificados, desconsiderando a continuidade das práticas coletivas que conferem sentido a esses espaços:

Nessa medida, mesmo que os estudos contemplem elementos da territorialidade e espacialidade nas realizações das expressões culturais, esses não se apresentam de forma decisiva para os planos de salvaguarda dos bens de natureza imaterial. Nessa medida, as dinâmicas socioculturais e econômicas circunscritas ao bem não são

elemento de investigação, o que significa dizer que, quando não há um interesse explícito de vinculação do bem a um lugar (uma determinada sede de agremiação em relação a uma localidade específica), este não se constitui enquanto relevante para a sua manutenção. Assim, as exceções em geral se dão quando o objeto de ação de salvaguarda é o "lugar" (DPPC, 2019, p. 14).

Esse reconhecimento institucional da dificuldade em integrar as dimensões material e imaterial reforça a existência de uma **lacuna estrutural** nas políticas de preservação. Embora haja um avanço conceitual no sentido de valorizar os vínculos territoriais das manifestações culturais, ainda faltam instrumentos legais e operacionais que articulem, de forma efetiva, os bens simbólicos aos contextos urbanos que os sustentam (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2021).

No caso de São José, essa ausência compromete a permanência de práticas como o Carnaval e o frevo, ameaçando a vitalidade de um patrimônio que depende tanto das estruturas físicas quanto das experiências coletivas que ali se desenrolam. Trata-se, portanto, de um dos **principais desafios contemporâneos da preservação cultural**: garantir, na prática e na legislação, a indissociabilidade entre materialidade e imaterialidade, assegurando não apenas a memória edificada, mas também a vivência que a anima.

3.4. Dos anos 2000 à atualidade: avanços na salvaguarda do patrimônio imaterial e seus desafios no território do frevo

No início dos anos 2000, a discussão sobre a identidade nacional brasileira ganhou novo fôlego, e a celebração dos 500 anos de descobrimento do país impulsionou a implementação de políticas voltadas ao patrimônio imaterial, gestadas na Constituição de 1988, de acordo com Brito (2014).

Mário de Andrade, no Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), semeia a consciência da diversidade cultural brasileira, reconhecendo que esta se exprime por meio de formas (in)tangíveis. Anos depois, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) de Aloísio Magalhães privilegia o trato da cultura viva. Mas é em 1988 que a Constituição define o patrimônio cultural brasileiro como bem de natureza (i)material. Em 1997, a Carta de Fortaleza atesta que os bens imateriais devem ser objeto de proteção específica, o que leva, três anos depois, à institucionalização do Registro de bens intangíveis (BRASIL, 2000) (MEDEIROS, 2022, p. 207).

Assim, em 4 de agosto de 2000, o **Decreto nº 3.511** trouxe um importante avanço para a proteção de bens culturais de natureza imaterial, ao lado do

Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), dedicado a identificar, reconhecer e salvaguardar tais manifestações. A partir desse marco, estruturou-se um conjunto de quatro livros de registro – Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares – que consolidou novas orientações para a preservação do patrimônio cultural, com foco especial na dimensão imaterial.

O Decreto de 3.551 foi uma das ações pioneiras de registro de bens imateriais no mundo, antecipando-se à Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizada em Paris no ano de 2003, considerada um marco das ações de salvaguarda no mundo inteiro (COUCEIRO; BARBOSA, 2008, p. 155).

Nesse sentido, o processo de Registro visa, antes de tudo, enaltecer e legitimar os bens culturais, envolvendo ativamente a comunidade no mapeamento e na produção de saberes sobre esses patrimônios. Nesse modelo, o reconhecimento e a participação da comunidade tornam-se fundamentais, visto que o princípio da continuidade histórica e a dinâmica das expressões culturais exigem ações de salvaguarda mais flexíveis (LIMA, 2012).

Paralelamente, foi instituído o **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)**, concebido como uma ferramenta para identificar e documentar tanto bens tangíveis quanto intangíveis, com vistas a seu eventual Registro e/ou Tombamento. Para isso, o INRC conta ainda com a participação efetiva dos próprios detentores, oferecendo uma perspectiva mais profunda do significado que cada comunidade atribui às suas expressões culturais:

O INRC é, antes, um instrumento de conhecimento e aproximação do objeto de trabalho do IPHAN, configurado nos dois objetivos principais que determinaram sua concepção: 1. identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e 2. apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação (IPHAN/MINC, 2000, p. 08).

Nesse contexto de fortalecimento institucional das ações voltadas ao imaterial, destaca-se a criação, em 2004, do **Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI)**, consolidando uma política de salvaguarda mais sistemática no âmbito do IPHAN (BRITTO, 2014). Esse novo departamento estabeleceu três diretrizes principais: investir no mapeamento, inventário e documentação para identificar a diversidade cultural do país; aprimorar as condições sociais, materiais e ambientais que garantam a continuidade desses patrimônios; e desenvolver estruturas e capacitações institucionais que assegurem o suporte econômico e a sustentabilidade dos bens culturais (IPHAN, 2014).

A partir desse marco, conforme destaca Vieira-de-Araújo (2021), o IPHAN passou a dispor de uma estrutura organizacional dividida entre o **Departamento**

de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) e o próprio **DPI**, atuando com uma variedade de instrumentos legais de proteção. Entre eles, destacam-se o Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937, voltado ao patrimônio material, e o Registro de Patrimônio Imaterial, criado para reconhecer e salvaguardar práticas e saberes das comunidades. No entanto, apesar da funcionalidade dessa divisão, ela também acarreta desafios para a integração efetiva entre as duas dimensões do patrimônio. Como observa a autora: “Se tal separação é por um lado necessária para dar conta de naturezas específicas do tipo de bem que se deseja salvaguardar, por outro, elas estabelecem uma cisão forte e difícil de ser superada” (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2021, p. 210).

Dessa forma, mesmo o Registro de Bens Imateriais representando um avanço no processo de reconhecimento social do patrimônio cultural, a prática ainda revela uma separação entre as dimensões material e imaterial. Na maioria das vezes, edificações e objetos são tombados sem que sua porção intangível seja considerada, enquanto expressões culturais são registradas sem levar em conta o contexto físico que lhes serve de aporte (MEDEIROS, 2022). Essa dissociação, amplamente presente nos modelos de proteção adotados, indica uma **necessidade de visão mais unificada**: Meneses (2017, p. 39) aponta a “injustificável polaridade” entre material e imaterial, e Schlee (2022) propõe a abolição da divisão administrativa entre essas duas esferas, para tratar o patrimônio cultural de modo integral, em consonância com os princípios constitucionais.

Nesse cenário, o processo de registro do frevo como **Patrimônio Cultural Imaterial** se apresenta como um exemplo emblemático das conquistas e limites desse modelo. Foi encaminhado ao Ministério da Cultura, em 20 de fevereiro de 2006, pela Prefeitura do Recife, por intermédio de sua Secretaria de Cultura, o registro do frevo como Patrimônio Cultural Imaterial, realizado no Livro das Formas de Expressão. Essa inscrição reconhece o frevo como uma manifestação musical, coreográfica e poética, sendo registrado efetivamente em 2007. Assim, neste trabalho, foi realizada uma análise do Dossiê de Candidatura do Frevo e do Dossiê de Bens Registrados, ambos elaborados pelo IPHAN.

Em síntese, a análise dos dossiês revela uma **tensão crucial entre a preservação dos aspectos tangíveis e intangíveis** dessa manifestação cultural. Ambos os documentos destacam fortemente o bairro de São José como berço histórico do frevo, remetendo às memórias dos carnavais de outrora, aos desfiles e à intensa atividade cultural que tomava conta de ruas como a da Concórdia e o Pátio do Terço. Esses registros — incluindo depoimentos de moradores — evidenciam a importância do território para a formação e continuidade do frevo, ao demonstrar como o bairro, com suas ruas estreitas, becos e pátios, esteve indissociavelmente ligada à presença ativa de sua população. Foram os trabalhadores, comerciantes, moradores de baixa renda e as redes de vizinhança que, no dia a dia, moldaram e mantiveram vivas as

práticas culturais que definem o Carnaval de São José e da cidade do Recife. Assim, o valor patrimonial do bairro não reside apenas em seus elementos construídos, mas principalmente na memória coletiva e na vivência popular que animou esses espaços, convertendo-os em palcos vivos das tradições carnavalescas.

No bairro de São José, são comuns as lembranças e as evocações dos carnavais de outrora, dos desfiles dos corsos, dos clubes e blocos de frevo, ocupando todos os logradouros. Rua da Concórdia, Pátio do Terço, rua Direita, rua da Horta, Pátio de São Pedro, enfim um tempo em que todo o bairro se vestia de carnaval. O Carnaval do Recife, e efetivamente o frevo tem muitas de suas tradições ligadas ao bairro de São José. Além dos blocos Batutas de São José, Donzelos, Traquinas de São José, Prato Misterioso, Pão Duro, entre outros, foi sede também de importantes clubes carnavalescos como o Clube das Pás Douradas, o Clube dos Vasculhadores, o Clube Vassourinhas, apelidado carinhosamente de Camelo de São José, o Bloco de Samba Saberé, além da escola de samba Estudantes de São José, que como o nome diz, foi criada pelos estudantes da vizinhança. Os ensaios de rua dessas agremiações, antes do carnaval, levavam multidões às ruas. Era o carnaval do povo mais humilde, das famílias, das agremiações tradicionais que no passado desfilavam para o julgamento dos bares, barracas e população no meio das ruas (IPHAN, 2006, p. 30).

Ainda que esses relatos recuperem a centralidade do bairro para o Carnaval e o frevo, os próprios dossiês tendem a tratar de forma apenas pontual o valor cultural e simbólico do mesmo, e também das sedes das agremiações. Embora essas sejam identificadas como pontos estratégicos para a realização das manifestações, a conexão mais ampla dessas sedes com a materialidade histórica de São José e com as práticas sociais que nelas se desenrolam não é suficientemente aprofundada. Isso acarreta uma fragmentação da abordagem: valoriza-se a expressão imaterial do frevo — sua música, dança e poética — de forma dissociada dos espaços concretos que a sustentaram ao longo do tempo.

São as sedes das agremiações os locais onde o carnaval é cuidadosamente planejado e onde o frevo encontra suporte espacial para o seu desenvolvimento, manutenção e transmissão. Um conjunto de construções, mas, sobretudo, um processo cultural em que os indivíduos ocupam, utilizam, produzem objetos, conhecimento e constroem sua história. De uma maneira geral, essas edificações não são expressões arquitetônicas representativas, contudo, trazem uma dimensão simbólica que contribui com seus significados para formação e manutenção do bem. Além dos aspectos físicos e visuais, as sedes das agremiações mostram as práticas sociais passadas e presentes, costumes, usos, acontecimentos históricos e outros aspectos das tradições culturais ligadas ao frevo. Faz-se necessário compreender essas edificações pelo seu valor patrimonial intangível, considerar múltiplos fatores, incluindo a experiência de aproximação ao sítio e ao próprio bem cultural, permitindo trazer à tona informações, atualmente dispersas, que estão associadas aos espaços públicos (ruas, praças, mercados, etc.) vinculados ao frevo. Dessa forma, a diversidade construtiva dessas edificações e seu entorno permite maior reflexão sobre variados temas, como o perfil socioeconômico e cultural dos

atores envolvidos na produção do bem e sua interação com o meio, dificuldades encontradas para produção da manifestação, sentidos simbólicos do território, expansão urbana entre outros (IPHAN, 2006, p. 89-90).

Dessa forma, ainda que os dossiês reconheçam a importância das sedes e do território, observa-se a ausência de uma articulação mais consistente entre os espaços físicos e os processos culturais ali enraizados. O resultado é uma abordagem desmembrada, que enfraquece a efetividade das políticas de salvaguarda e evidencia a necessidade de uma leitura mais integrada entre materialidade e imaterialidade, para que o Carnaval do Recife continue sendo um patrimônio vivo. Essa dissociação impõe um desafio central às políticas preservacionistas: enquanto se celebra a imaterialidade do frevo como patrimônio cultural, falta uma integração clara com o contexto material de seu nascimento, o bairro de São José, cujo espaço urbano é indissociável das práticas que ali floresceram. Como afirma Matos (1998, p. 13), “**falar do bairro é lembrar o Carnaval**”, pois é da vivência cotidiana dos moradores e de suas redes de sociabilidade que emerge a força simbólica dessa festa. A omissão dessa dimensão material nos instrumentos de salvaguarda dispostos nos dossiês, como evidencia o foco concentrado na criação do “Paço do Frevo”, aponta para uma compreensão limitada da proteção patrimonial. Ao não reconhecer de forma integrada a relação entre espaço físico e manifestações culturais, corre-se o risco de esvaziar a continuidade histórica e a identidade territorial que sustentam o frevo como expressão viva e enraizada no bairro de São José.

Adentrando no ano de 2012, o reconhecimento do frevo como **Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade**, aprovado pela UNESCO, representa um marco decisivo para essa manifestação cultural, reforçando não apenas sua relevância no cenário global, mas ampliando a sua visibilidade e legitimando a sua riqueza cultural, o que é crucial para manter viva a memória histórica e a identidade das comunidades que o praticam.

A presidenta do Iphan explicou que o Frevo foi inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão em fevereiro de 2007, que foi o primeiro passo para todo o trâmite que se encerrou com a aprovação do Frevo como Patrimônio Imaterial da Humanidade. “O reconhecimento da UNESCO sempre dá maior visibilidade e salvaguarda de proteção para os bens, tanto nacional quanto internacionalmente.” completou Jurema Machado (IPHAN, 2012).

No contexto do bairro de São José, território embrionário do frevo, essa certificação reforça ainda mais a necessidade de integrar as práticas festivas ao território histórico que lhes dá origem. Assim, a inclusão do frevo no registro da UNESCO não apenas consolida sua importância cultural, mas também ressalta a urgência de políticas públicas que articulem, de forma integrada, as dimensões materiais e imateriais no planejamento urbano de São José e da cidade do Recife.

O frevo, primeiro gênero musical criado no Brasil para a festa do Momo nasce, portanto, como expressão urbana. É enquanto tal que se manifesta e se explica nas ruas, praças, pontes, pátios de igrejas e fortes do Recife [...] (MEDEIROS, 2022, p. 209).

Apesar do reconhecimento da importância desses espaços para essa manifestação, como destaca Medeiros (2022), o arcabouço legal em Pernambuco ainda avançou de forma tardia nesse sentido. Conforme explicitado pela DPPC (2019), o reconhecimento das referências culturais ocorreu por meio de parcerias entre os órgãos de salvaguarda do patrimônio e diversas esferas do poder público, entretanto, este processo careceu de uma integração efetiva entre as dimensões tangíveis e intangíveis do patrimônio cultural, evidenciado pelo fato de que somente em 2018 foi publicada a Lei nº 16.426, que instituiu o **Sistema Estadual de Registro e Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial** – regulamentado em fevereiro de 2019 pelo Decreto nº 47.129. Essa demora legislativa demonstra a fragilidade dos mecanismos de proteção, que historicamente se concentram no registro dos bens materiais.

Essa fragilidade também se evidencia nos desafios de incorporar os bens imateriais ao planejamento urbano de forma territorializada. A própria DPPC (2019), ao realizar o Diagnóstico da ZEPH-10, reconhece que, embora Pernambuco contasse, à época, com dez bens imateriais registrados em nível federal⁵ — entre eles o frevo —, a articulação com a materialidade desses bens seguiu incipiente. Segundo o documento, tais manifestações se ancoram, sobretudo, nas sedes das agremiações espalhadas pelo Recife, mas essas são tratadas como de difícil representação cartográfica e permanecem à margem das diretrizes formais de preservação das ZEPHs:

Em termos de espaço físico, esses bens se refletem nas sedes das agremiações que realizam essas manifestações registradas, dispersas em todo o território da cidade, havendo alguns espaços de concentração. No entanto, esses bens são de difícil registro cartográfico, devido às particularidades de seu funcionamento, que não cabem neste diagnóstico. Ademais, para além dos bens já reconhecidos em caráter oficial, existe uma grande multiplicidade de referências culturais nos sítios históricos já reconhecidos como ZEPH que, no entanto, não fazem parte de suas diretrizes de preservação (DPPC, 2019, p. 295).

Apesar da ênfase nas sedes das agremiações como pontos estratégicos para as manifestações culturais, essa abordagem tende a negligenciar a importância do território de São José como um todo na consolidação do Carnaval e do frevo. Ao limitar a representação espacial a esses locais específicos, as políticas de preservação acabam, muitas vezes, enfrentando dificuldades em considerar a dimensão simbólica e social mais ampla do bairro, que historicamente serviu de suporte ativo às práticas carnavalescas. Essa visão fragmentada **reforça a cisão entre materialidade e imaterialidade,**

⁵ Atualmente, Pernambuco conta com 15 bens culturais registrados em âmbito federal.

comprometendo a continuidade das manifestações culturais no contexto urbano em que surgiram. A própria DPPC (2019) reconhece essa lacuna, ao admitir que, mesmo com o registro oficial de manifestações como o frevo, muitas referências culturais existentes nos sítios históricos classificados como ZEPH permanecem ausentes das diretrizes formais de preservação. Ainda, a Diretoria (2019, p. 295) explicita que “o levantamento dessas referências é objeto de diagnósticos específicos da Gerência do Patrimônio Imaterial desta DPPC, sendo posteriormente realizada uma análise conjunta entre patrimônio material e imaterial”.

O fato de tais análises permanecerem restritas ao campo dos diagnósticos técnicos — conduzidos separadamente — e não resultarem, ainda, em desdobramentos concretos no ordenamento urbano ou em instrumentos legais específicos, evidencia as raízes de um modelo que privilegia o registro dos aspectos físicos em detrimento das práticas culturais. Essa lacuna normativa revela que o planejamento urbano e as políticas de proteção ainda “relegam” tradições, saberes e memórias — elementos centrais à vivência patrimonial — a um plano secundário. Como observa Vieira-de-Araújo (2021), há uma incoerência estrutural nesse processo.

Dividir a prática preservacionista em bens culturais materiais e imateriais é, sem dúvida, reproduzir a velha lógica cartesiana que separa, rompe e produz dicotomias, colocando em lados opostos aquilo que na prática é inseparável (COSTA e CASTRO, 2008, p. 126).

Em síntese, a análise desenvolvida neste capítulo buscou demonstrar como se constituiu o distanciamento entre as dimensões materiais e imateriais nas práticas preservacionistas no Brasil, com ênfase nos contextos de Pernambuco, do Recife e, em especial, do bairro de São José. Novamente, não se trata, portanto, de exigir retroativamente uma articulação que ainda não se colocava como horizonte conceitual e institucional antes dos anos 1980, mas de evidenciar como, ao longo do tempo, a separação entre forma urbana e práticas sociais foi sendo consolidada pelas políticas de proteção, gerando lacunas que persistem até hoje.

A trajetória de São José como território emblemático do frevo e do Carnaval do Recife revela de forma contundente os efeitos desse desencontro. As intervenções modernizadoras, aliadas a políticas voltadas exclusivamente à preservação de elementos físicos, contribuíram para o esvaziamento de formas de convivência e práticas culturais que dependiam do espaço urbano no qual estavam inseridas. Assim, reconhecer esse trajeto permite não apenas identificar as limitações do passado, mas sobretudo compreender os desafios atuais e futuros da preservação cultural.

Entendemos que se faz necessário uma atenção especial à perigosa e cada vez mais recorrente tendência contemporânea ao relativismo absoluto e suas possíveis consequências para a preservação do

patrimônio cultural construído. Isso porque, para de fato avançarmos sobre a complexidade da questão preservacionista, devemos trabalhar por uma abordagem que trate, de fato, materialidade e imaterialidade como os dois lados de uma mesma moeda. Ou melhor, como dimensões superpostas que não podem, de forma alguma, ser entendidas de forma dissociada e que se influenciam mutuamente (VIEIRA-DE-ARAÚJO, 2021, p. 123).

Dessa forma, o desafio que se impõe é claro: **como realizar a integração efetiva entre o patrimônio material e imaterial de maneira concreta e prática no território?** A evolução institucional, que vai desde a criação do SPHAN até a consolidação do Registro do Patrimônio Imaterial, revela avanços importantes, mas também lacunas que ainda persistem. Essas lacunas, principalmente no que diz respeito à articulação entre o espaço urbano e as manifestações culturais, evidenciam a urgência de um novo modelo de salvaguarda, que seja mais integrado e que reconheça a interdependência entre as dimensões material e imaterial do patrimônio.

.considerações finais

Em face do que foi apresentado, torna-se claro que a identidade cultural do bairro de São José e o nascimento e configuração do Carnaval do Recife estão intrinsecamente ligados, principalmente através da relação entre as transformações urbanas e as práticas culturais. Desde seus primórdios, São José foi designado como área de moradia popular, abrigando trabalhadores e suas comunidades em suas ruas estreitas e pátios, o que, de forma espontânea, propiciou o surgimento das primeiras manifestações carnavalescas.

Nesse contexto urbano, o convívio cotidiano fomentou o festejo, de forma que a constituição dos Clubes Pedestres, predominantemente integrados por trabalhadores, desempenhou papel fundamental para o desenvolvimento do frevo e do Carnaval de rua. Esses clubes tomaram as ruas, becos e praças como palcos naturais para a prática das festividades, reforçando que o espaço urbano é parte essencial da celebração. Tal dinâmica não apenas consolidou uma tradição carnavalesca profundamente enraizada na vida cotidiana dos moradores de São José, mas também evidenciou a interseção entre a materialidade do espaço e as práticas culturais que o consagram.

Entre 1930 e 1980, o Recife passou por profundas transformações urbanísticas, impulsionadas por um ciclo normativo que se estendeu desde a legislação de 1919 até o Código de Urbanismo de 1961. Essas intervenções modernizadoras e higienistas promoveram a especialização funcional do centro urbano, priorizando o comércio e os serviços e excluindo o uso habitacional em áreas historicamente marcadas por moradias tradicionais, como São José. A abertura da Avenida Dantas Barreto, na década de 1970, ocasionou a demolição de uma vasta área do tecido urbano antigo do bairro, impactando drasticamente os modos de vida dos residentes e corroborando com o esvaziamento populacional.

Esse processo desarticulou a conexão orgânica entre as agremiações carnavalescas, cujas sedes, muitas vezes vinculadas às moradias dos fundadores, serviam de espaço para ensaios e confecção de fantasias, fortalecidas pela convivência comunitária, e o seu território de origem. Como resultado, o Carnaval, que inicialmente se manifestava de maneira espontânea e integrada ao cotidiano do bairro, foi progressivamente transformado em um evento desprovido da conexão orgânica com o território e com suas raízes sociais.

No âmbito das políticas de preservação patrimonial, observa-se a evolução das estratégias institucionais, com uma crescente preocupação, a partir da década de 1980, em integrar a proteção do patrimônio material com a preservação das práticas imateriais, refletindo a evolução das discussões sobre o patrimônio cultural, nas quais a dimensão intangível passou a ser mais reconhecida e integrada ao patrimônio físico, especialmente com o reconhecimento desta no contexto nacional e internacional. Instrumentos como o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR) e a Lei nº 13.957/1979 formalizaram a tentativa de preservação arquitetônica do bairro de São José, mas, na época, as dimensões simbólicas e sociais que animam o espaço ainda não estavam plenamente reconhecidas nas políticas de preservação.

Esse descompasso entre a preservação do patrimônio material e imaterial gerou lacunas significativas, que perduram até os dias atuais. No caso específico de São José, o Carnaval foi gradualmente deslocado para eventos mais organizados e desarticulados do seu espaço físico original, enfraquecendo a conexão entre o lugar e as tradições que o definiam.

Nesse sentido, este trabalho procurou evidenciar como as transformações espaciais impactaram diretamente o Carnaval do Recife — em especial no bairro de São José — moldando suas formas de expressão, sua inserção no espaço urbano e sua permanência ao longo do tempo. Refletir sobre a preservação patrimonial sob essa ótica exige, portanto, uma abordagem que ultrapasse a mera conservação dos elementos físicos, incorporando os modos de vida, as memórias coletivas e os vínculos simbólicos, como dimensões constitutivas das cidades. A partir dessa perspectiva ampliada será possível consolidar políticas de preservação que reflitam a complexidade dos territórios históricos e assegurem a continuidade das tradições que neles se enraízam.

A grande contribuição deste trabalho reside, justamente, na articulação crítica entre as dimensões material e imaterial do patrimônio, revelando uma nova abordagem para a relação entre o Carnaval e as transformações urbanas ocorridas em São José entre os anos 30 e 80, um vínculo que ainda não havia sido suficientemente explorado na literatura existente. O foco está em mostrar como essas transformações impactaram diretamente as práticas culturais do festejo, tratando o tangível e o intangível como elementos indissociáveis desde a estrutura do trabalho, que se propõe não apenas como um eixo analítico, mas também como um modelo metodológico por meio de uma abordagem histórico-morfológica.

Para sustentar essa análise, a pesquisa documental realizada se revelou fundamental, proporcionando uma sistematização abrangente de fontes históricas, legais e iconográficas. Essa base documental enriqueceu o debate e permitiu oferecer um panorama mais aprofundado dos processos de transformação urbana e cultural no bairro de São José e do Carnaval do Recife,

consolidando as relações entre as transformações espaciais e as práticas culturais.

Quanto às perspectivas para trabalhos futuros, é fundamental aprofundar a análise das inter-relações entre os elementos tangíveis e as práticas culturais imateriais observadas em eventos recentes no bairro, de forma a investigar os impactos das transformações urbanas decorrentes de megaprojetos, como o “Novo Recife” e o “Recentro”. Analisar como essas alterações influenciam o tecido urbano e as manifestações carnavalescas, especialmente no contexto do atual modelo do Carnaval do Recife e na trajetória histórica do bairro de São José, é crucial, como frisa Esteves (2023), pois, acompanhando as transformações radicais promovidas pelo Projeto Novo Recife, por exemplo, podemos entender melhor seus efeitos na dinâmica da cidade e garantir a salvaguarda das referências culturais essenciais para a população. Nesse cenário de mudança, é importante também refletir sobre como o resgate dos velhos carnavais e o “Carnaval Participação”, que deu origem ao “Galo da Madrugada”, mencionado por Teles (2020), foi gradualmente se perdendo com o tempo, em parte devido a essas transformações.

Nesse contexto, o eco do *Frevo N.º 1* do Recife se ergue como um poderoso lembrete: os blocos e os carnavais **não devem se transformar em mera saudade**. Ao contrário, eles precisam continuar a ressoar como expressões vivas, perpetuando tanto as práticas culturais quanto os espaços que as sustentam. A materialidade dos lugares — as ruas, os becos, as praças de São José — deve ser preservada de forma **indissociável** das tradições imateriais que lhes são sentido.

.referências

ALCÂNTARA, Maria Cecília Vargas de. As manifestações culturais como atributos da paisagem nos sítios históricos do Recife: o estudo dos bairros de Santo Antônio e São José. Recife: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

ALMEIDA, Magdalena (Org.). Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo: Memórias 2011-2014. - Recife: Secretaria de Cultura/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2014. 165 p.:il.

ALVES, Paulo Reynaldo Maia. Valores do Recife: o valor do solo na evolução da cidade. Recife: Luci Artes Gráficas Ltda., 2009.

AMARAL, A. J. D. A arquitetura do urbanismo e o urbanismo da arquitetura: o estudo comparativo dos conjuntos das Avenidas Guararapes e Conde da Boa Vista. Recife: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Carnaval do Recife: a alegria guerreira. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 11, n. 29, p. 203–216, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8980>. Acesso em: 19 ago. 2024.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. Festas: máscaras do tempo (entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife). Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1996.

BARRETO, C. G. P. Renda Fundiária, legislação urbanística, disputa de usos do solo: a transformação da Avenida 17 de Agosto em eixo comercial ao longo da última década. Recife: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

BENEVOLO, Leonardo. Haussmann e o plano de Paris. In: História da arquitetura moderna. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 91-128.

BENTO, E. Ouviu menos frevo no Carnaval de Olinda? Entenda razões por trás do fenômeno. Disponível em: <<https://jc.uol.com.br/cultura/2025/03/14/ouviu-menos-frevo-no-carnaval-de-olinda-entenda-razoes-por-tras-do-fenomeno.html>>. Acesso em: 14 mar. 2025.

BIHUM, Bruno Nascimento. Entre ideias e desdobramentos normativos: o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR). 2023. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

BORGES, Julyana Alecrim. A construção da ideia de Elementos Veiculadores da Significância Cultural: Uma abordagem metodológica sensível para a conservação aplicada aos Bairros de Santo Antônio e São José, Recife. 2023. Dissertação de Mestrado (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

BRASIL. Constituição (1967) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Seção II - Da Cultura (arts. 215 a 217). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, nov. 1937.

BRITO, Mariana V. Da unidade à diversidade: a construção do nacional através do patrimônio imaterial. 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, 2014.

BRITTO, Ana Karina de Castro. Leis de proteção ao patrimônio imaterial: proteção às origens pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Artístico Nacional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, 3., 2014, Taubaté. Anais... Taubaté: Universidade de Taubaté, 2014.

CABRAL, Renata Campello. A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931: As contribuições da delegação italiana. *Arquitextos*, São Paulo, ano 15, n. 179.04, Vitruvius, maio 2015. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5531>. Acesso em: 15 dez. 2024.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife, 1822-1850*. 2ª Edição. Editora Universitária UFPE, Recife, 2010.

CASTRO, R.; COSTA, M. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias? *Estudos De Psicologia (Natal)*, v. 13, n. 2, p. 125–131, 1 ago. 2008.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia R. R. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural do Brasil (anos 1930-1940)*. 1a. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia R. R. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: Márcia Chuva, Antonio Gilberto Ramos Nogueira. (Org.). *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2012. p. 67-78.

CORÁ, M. A. J. Memória e patrimônio imaterial: formação de identidade a partir dos patrimônios culturais do Brasil. *NAU Social*, [S. l.], v. 4, n. 6, p. 120–132, 2013. DOI: 10.9771/ns.v4i6.31251. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31251>. Acesso em: 1 fev. 2025.

COUCEIRO, Sylvia; BARBOSA, Cibele. Patrimônio Imaterial: debates contemporâneos. Cadernos de Estudos Sociais, [S. l.], v. 24, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1401>. Acesso em: 17 fev. 2025.

Cury, Isabelle, ed. Cartas Patrimoniais. 3a. Edição - Revista e aumentada. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DAMATTA, R. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

DIRETORIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL (DPPC). Diagnóstico das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural | ZEPH - Sítio Histórico de Santo Antônio e São José ZEPH-10 e 14. [s.l.: s.n.]. Disponível em: https://conselhadacidade.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2020-12/VOL%201_Diagn%C3%B3stico%20ZEPH-10%20e%2014_FINAL%20R1.pdf. Acesso em: 5 ago. 2024.

DUARTE, Ruy. História social do frevo. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1968. 131 p.

DUTRA, Isabela Duarte. (Re)significando São José: a construção da Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade. TCC, Curso de Arquitetura e Urbanismo, UFPE, 2018.2.

ELLIOT, Berguedof. São José, meu bairro!. Recife: Revista Arquivo, plaquete como separata, 1976.

ENCONTRO DE GOVERNADORES. Compromisso de Brasília. Brasília: 1970. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 27 set. 2024.

ENCONTRO DE GOVERNADORES. Compromisso de Salvador. Salvador: 1971. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 27 set. 2024.

ESTEVES, L. TERRITÓRIOS DA FESTA: O CARNAVAL E O PROJETO NOVO RECIFE. *Revista Ambivalências*, v. 11, n. 22, p. 145–166, 2024.

FIDEM. Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife. Recife: FIDEM, 1976.

FIDEM. Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife. Recife: FIDEM, 1978.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc - IPHAN, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Reginaldo; CHAGAS, Mário. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio. IN: AUTOR. *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial*. Brasília: IPHAN, 2006 (Edições do Patrimônio). p. 85-97.

FRAGELLI, P. Tradição e revolução: Mário de Andrade e o patrimônio histórico e artístico nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p. 144–161, 2020.

FREYRE, Gilberto. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. 5. ed. São Paulo: Global Editora, 2007.

GUERRA, Flávio. *Velhas igrejas e subúrbios históricos*. Recife: Departamento de Documentação e Cultura, Prefeitura do Recife, 1960.

GUILLEN, I.; SILVA, A. *Tempos de folia: estudos sobre o carnaval no Recife*. Editora Massangana ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2018. p. 266.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Mercado de São José: contando histórias em um lugar de memória. ANPUH–XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

GURAN, Milton. Sobre o longo percurso da matriz africana pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para plena cidadania. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília (Df), v. 35, p. 213-225, jan. 2017.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. Varia História, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752006000200002>. Acesso em: 27 set. 2024.

Higienismo enquanto prática urbanística: o exemplo do Recife no início do século. Cadernos De Estudos Sociais, Volume 8, Nº2, p. 182-205, Jul/Dez., 1992. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1118>. Acesso em: 17 ago. 2024.

HOLANDA, Luciana de. Registro do patrimônio cultural imaterial: mais uma estratégia de agregação de valor à oferta turística? In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO – ANPTUR, 5., 2008, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ANPTUR, 2008.

ICOMOS Australia. The Burra Charter, 1979. Disponível em: <https://australia.icomos.org>. Acesso em: 5 jan. 2025.

ICOMOS. Carta de Veneza de 1967. In: Caderno de Documentos nº 3 - Cartas Patrimoniais. Ministério da Cultura.

ICOMOS. Declaração de Amsterdã de 1975. In: Caderno de Documentos nº 3 - Cartas Patrimoniais. Ministério da Cultura.

ICOMOS. Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma Trajetória. Ministério da Educação e Cultura, Brasília, 1980.

ICOMOS. Recomendação de Paris 1972. In: Caderno de Documentos nº 3 - Cartas Patrimoniais. Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. UNESCO, Paris, 1972.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Dossiê Iphan 14 - Frevo. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossielpphan14_Frevo_web.pdf. Acesso em: 1 set. 2024.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287–320, 2010. DOI: [10.1590/S0101-47142010000200008](https://doi.org/10.1590/S0101-47142010000200008). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539>. Acesso em: 03 mar. 2025.

LAPA, Tomás de Albuquerque; SILVA, Marília do Nascimento. O Recife Metropolitano (1970–1990). In: Recife cinco séculos de cidade e arquitetura. Recife: Editora CEPE, 2022.

LÉLIS, Carmem. Dossiê de Candidatura do frevo a Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Recife: Prefeitura do Recife/IPHAN, 2006.

LIMA, Alessandra Rodrigues. Patrimônio Cultural Afro-brasileiro: Narrativas produzidas pelo IPHAN a partir da ação patrimonial. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

LISPECTOR, Clarice. Felicidade Clandestina. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOPES JUNIOR, R. O carnaval como manifestação popular: Um paralelo entre a concepção beltriana de carnaval em Recife e Olinda e o surgimento do carnaval carioca. Revista Internacional de Folkcomunicação, v. 17, n. 39, Ponta Grossa, PR, 2019.

LORETTO, Rosane Piccolo. As (des)venturas da integridade no patrimônio mundial. Tese (Doutorado)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

LOUREIRO, Cláudia; AMORIM, Luiz. O mascate, o bispo, o Juiz e os outros. Sobre a Gênese Morfológica do Recife. R.B. Estudos Urbanos e Regionais, Nº 2. Outubro de 2000. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2000n3p19>. Acesso em: 14 set. 2024.

LOWENTHAL, D. Stewarding the Past in a Perplexing Present. Em: LA TORRE, M. de (Ed.). Values and Heritage Conservation. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2013.

LUBAMBO, C. W. Bairro do Recife entre o Corpo Santo e o Marco Zero: a reforma urbana do início do século XX. Recife: CEPE/Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

MARINS, P. C. G. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 29, n. 57, p. 9–28, abr. 2016.

MARTINS, Ana Betânia de Souza Pimentel. Cartografia do Patrimônio Cultural: uma análise da Cartografia no âmbito dos inventários nacionais do IPHAN. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2015.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. Patrimônio cultural: sujeito, memória e sentido para o lugar. Cadernos do Patrimônio Cultural, Fortaleza: Volume 1, p. 49-58, Secultfor/Iphan, 2015.

Mateus Carvalho Vidal, Francisco; Cristina Martins Guillen, Isabel. A fresta do Estado e o brinquedo para os populares: histórias da federação carnavalesca pernambucana (1935-1949). 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MATOS, Amílcar Dória. Bairro de São José: Um itinerário de saudade. Recife: Comunigraf Editora/PCR, 1997.

MEDEIROS, A. E. de A. Chuva de sombrinhas: por uma visão não-hegemônica de bens culturais. VIRUS, n. 25, 2022. Disponível em:

<http://www.nomads.usp.br/virus/papers/v25/572/572pt.php>. Acesso em: 10 jan. 2025.

MEDEIROS, Matheus Henrique Rodrigues de. Avaliação de Integridade do Sítio Histórico de Santo Antônio. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

MEDINA, L. L. A Legislação de Uso e Ocupação do Solo do Recife como Instrumento de Desenho Urbano. 7o Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano. Recife: Anpur. 1997. p. 540-566.

MENESES, U. T. B. de. Repovoar o Patrimônio Ambiental Urbano. In: Patrimônio: Desafios e Perspectivas. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 36. p. 39 -52, 2017.

MENEZES NETO, H. TEM SAMBA NA TERRA DO FREVO!: A BATALHA FREVO X SAMBA NO CARNAVAL MULTICULTURAL DO RECIFE. Textos escolhidos de cultura e arte populares, v. 7, n. 2, 2010.

MENEZES, José Luiz Mota (org.). Atlas Histórico Cartográfico do Recife. Recife: PCR: Massangana, 1988.

MENEZES, L. R. D. Habitar no Centro Histórico: a habitação de interesse social como instrumento de reabilitação do Centro Histórico do Recife. Recife: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

MENEZES, L. R. D. Habitação no centro histórico do Recife: argumentação em favor do aluguel social como ferramenta de preservação. *urbic*, [S.l.], n. 5, *Centralidades periféricas | Periferias centrais*, [s.d.]. Disponível em: <https://gemfi.com.br/wp-content/uploads/Artigo_HABITA%C3%87%C3%83O-NO-CENTRO-HIST%C3%93RICO-DO-RECIFE.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2025.

MENEZES, Larissa Rodrigues de. A teimosia do patrimônio cultural no Recife: a autenticidade e a integridade no patrimônio do bairro de São José. In: ENCONTRO INTERNACIONAL ARQUIMEMÓRIA 5 SOBRE PRESERVAÇÃO

DO PATRIMÔNIO EDIFICADO, 5., 2017, Salvador. Anais... Salvador: [s.n.], 2017.

MENEZES, Larissa Rodrigues de. Centro histórico e centro urbano em disputa: o mercado imobiliário como coordenador da competição entre os usos comercial e residencial em São José e na Boa Vista, Centro Histórico do Recife. 2022. 375 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, 2022.

Ministério da Cultura. O registro do patrimônio imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília, Ministério da Cultura, 2007.

MORAES, Eneida. História do Carnaval carioca. Ed. Revista e atualizada por Haroldo Costa. Rio de Janeiro: Record. 1987.

MOREIRA, Fernando Diniz. A Transformação do Bairro de Santo Antônio do Recife (1938-1949). XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, São Carlos, 2016.

MOREIRA, Fernando Diniz. Higienismo enquanto prática urbanística: o exemplo do Recife no início do século. Cadernos de Estudos Sociais, v. 8, n. 2, p. 182-205, jul./dez. 1992. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1118>. Acesso em: 12 ago. 2024.

NASCIMENTO, Eliane Maria Vasconcelos do. Memória de Olinda: história, psicanálise, paixão e arte. Salvador: EDUFBA, 2009. 458 p. ISBN 978-85-232-000-00. (Originalmente apresentada como tese de doutorado – Universidade Federal da Bahia, 2008).

Notícia: Frevo pernambucano é Patrimônio da Humanidade - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/767/frevo-pernambucano-e-patrimonio-da-humanidade>>. Acesso em: 5 jan. 2025.

O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília, 2000.

OEA. Normas de Quito. Quito: 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 5 jan. 2025.

OLIVEIRA, Valdemar de. Frevo, capoeira e passo. Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 1985.

OUTTES, J. O Recife pregado à cruz das grandes avenidas: contribuição à história do urbanismo (1927-1945). Recife: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, 1991.

PALMEIRA, J. D.; RICARDO. Bloco misto: a presença das mulheres no carnaval de rua do Recife/PE na década de vinte do século XX. Dimensões, n. 33, p. 452–464, 1 jan. 2014.

Patrimônio Imaterial - Decreto 3551/2000. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/2000>. Acesso em: 5 jan. 2025.

PERNAMBUCO. Decreto nº 6.239, de 11 de janeiro de 1980. Regulamenta a Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979, que institui o Tombamento de bens pelo Estado, e dá outras providências. Recife, PE: Diário Oficial do Estado, 1980. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=9557>. Acesso em: 7 jan. 2025.

PERNAMBUCO. Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979. Institui o tombamento de bens pelo Estado. PE: Diário Oficial do Estado, 1979. <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=9340&tipo=TEXTTOORIGINAL>. Acesso em: 7 jan. 2025.

Plano de Gestão da Conservação Integrada. In: LACERDA, N.; ZANCHETTI, S. M. Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Recife: CECI, 2012. p. 90-100.

PONTUAL, V. P. O urbanismo no Recife: entre idéias e representações. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S. l.], n. 2, p. 89, 2000. DOI:

10.22296/2317-1529.2000n2p89. Disponível em:
<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/39>. Acesso em: 12 mar. 2025.
Acesso em: 15 ago. 2024.

PONTUAL, V.; CAVALCANTI, R. A abertura da avenida Dantas Barreto: a modernização do centro do Recife, 1930 – 1970. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., João Pessoa-PB, 2003.

PONTUAL, V.; MILFON, M.; PICCOLO, R. O Antigo e o Moderno no Recife: As Práticas e a Construção de Identidades Urbanísticas. XII ENANPUR, Belém, 2007.

PONTUAL, V.; PICCOLO, R. A Demolição e a conservação das áreas centrais: planos, leis e transformações morfológicas no Recife, BR. X Coloquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2008.

PONTUAL, V.; PICCOLO, R. Identificação do Patrimônio Cultural. Em: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. (Orgs.). Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), p. 128-147.

PONTUAL, Virginia et al. SÃO JOSÉ: OLHARES E VOZES EM CONFRONTO. 1. ed. Recife: Cepe editora, 2021.

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Preservação de Sítios Históricos. Recife, 1981.

PREFEITURA DO RECIFE. Diagnóstico Das Zonas Especiais De Preservação Do Patrimônio Histórico-Cultural- Zeph Análise Das Referências Culturais E Patrimônio Cultural Imaterial. Zeph 10 Santo Antônio / São José Zeph 14 Casa Da Cultura / Estação Central Patrimônio Imaterial. Recife, outubro de 2020. Disponível em:
https://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2020-12/DIAGNOSTICO_IMATERIAL_ZEP_Hs_10_e_14.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

PREFEITURA DO RECIFE. Diagnóstico Propositivo para as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Cultural- ZEPP. Lei de Parcelamento Uso e

Ocupação do Solo- LPUOS. Disponível em <https://planodiretor.recife.pe.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

QUEIROZ, Hermano Fabrício Oliveira Guanais e. O Patrimônio Cultural Imaterial e a força normativa da Convenção para (da) Humanidade. Cadernos Nau: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 14-37, jul-dez 2020. Semestral.

RABELLO, Evandro. Memórias da folia: o carnaval do Recife pelos olhos da imprensa (1822-1925). Recife: Funcultura, 2004.

REAL, K. O folclore no carnaval do Recife. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1990.

RECIFE. Decreto Nº 374 - Regulamento de Construções. Recife: Prefeitura Municipal do Recife, 1936.

RECIFE. Desenvolvimento Humano no Recife - Atlas Municipal. Recife: Prefeitura do Recife/Fundação João Pinheiro/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2005. Disponível em: <<https://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/index.html>>. Acesso em: 15 ago. 2024.

RECIFE. Lei 7.427 - Código de Urbanismo e Obras. Recife: Câmara Municipal do Recife, 1961.

RECIFE. Lei N. 1051. Recife: Concelho Municipal do Recife, 1919.

RECIFE. Lei Nº 16.176. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1996.

RECIFE. Lei Nº 16.719. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2001.

RECIFE. Lei Nº 17.489. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2008.

RECIFE. Lei Nº 17.511 - Plano Diretor da Cidade do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2008.

RECIFE. Lei Nº 18.138. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2015.

RECIFE. Plano Diretor do Município do Recife: Lei 17.511, de 29 de dezembro de 2008. Recife. 2008.

RECIFE. Preservação de Sítios Históricos. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 1981.

REYNALDO, A. M. D. O. Las catedrales siguen siendo blancas: Un estudio sobre la política de tratamiento del centro antiguo de Recife (Brasil). Barcelona: Tese - Universitat Politècnica de Catalunya, 1998.

REYNALDO, A. M. D. O. Normas de preservação dos bairros de Santo Antônio, São José e do Recife: Diagnóstico e análise propositiva. Recife: IPHAN, v. Produto 2, 2019.

REYNALDO, Amélia. As catedrais continuam brancas: planos e projetos do século XX para o centro do Recife. Recife: Cepe, 2007.

RIBEMBOIM, Jacques. Dois Bairros Irmãos: O patrimônio imaterial dos bairros de Santo Antônio e São José, no Recife. Olinda, PE: Editora Babecco, 2017.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Reginaldo; CHAGAS, Mário (Orgs.). Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 49-58.

SANT'ANNA, Márcia. Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo. Recife: Ed. UFPE, 2022.

SANTANA, Andresa Bezerra de. Dos mocambos aos arranha-céus: o processo de formação do solo e estruturação espacial do bairro de Santo Amaro, Recife.

2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SANTOS, Ana Sara de Assis. Modelos de ocupação territorial e legislação urbanística: o caso do Recife. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2016.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. Circuitos da folia: territorialidade, história e cultura carnavalesca nas ruas do Recife (1920-1940). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.

SANTOS, Mário Ribeiro dos. O carnaval de rua do Recife e a manifestação de espaços vividos: uma relação para além dos três dias de folia (1920-1940). In: XIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH SEÇÃO PARAÍBA. Simpósio Temático 13: História, memória e Patrimônio Cultural. 13., 2008. Anais [...]. Guarabira - PB, 2008. ISBN: 978-85-8964-67-6. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/38036>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SANTOS, Rosana Maria dos. É na lei e na marra: a organização do carnaval do Recife (1955 -1964). 2016. 151 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SANTOS. Trombones, tambores, repiques e ganzás: a festa das agremiações carnavalescas nas ruas do Recife (1930-1945). 2010. 270 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SCHLEE, A. R. Dez Propostas para a Reconstrução do Iphan. Brasília, 2022.

SCHNEIDER, C. O frevo no coração do recifense: cultura, música e educação. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. ISBN 978-85-359-2566-1.

SETTE, Mário. Arruar - História Pitoresca do Recife Antigo. Recife: Cepe Editora, 2018.

SETTE, Mário. Seu candinho da farmácia. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1984.

SILVA, Augusto Neves da. Metamorfoses de uma festa: Histórias do carnaval em Recife (1955-1972). Revista Crítica Histórica, v. 6, n. 11, 1 jul. 2015.

SILVA, Hugo Vandrê Cavalcanti da. Estandartes – bandeiras de festa e tradição: uma análise da simbologia e linguagem visual dos estandartes dos clubes e troças do carnaval de Recife e Olinda. 2016. 183 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2016.

SILVA, Jailson Raulino da. Frevos para clarinete: uma história de resistência a cada passo. 2008. Tese (Doutorado em Música) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SILVA, Leonardo Dantas. Carnaval do Recife. Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 2019.

SILVA, Talita Ivo da. O Frevo no Carnaval Pernambucano: seu protagonismo na grande festa popular do Recife e de Olinda. 2023. Dissertação (Mestrado em Turismo, especialização em Gestão Estratégica de Eventos) – Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril, 2023.

TELES, J. O frevo rumo à modernidade. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife: Secretaria de Cultura, Prefeitura do Recife, 2008.

TELES, J. Chuva de Sombrinhas completa vinte anos de sucesso no Carnaval de Pernambuco. Recife: Jornal do Commercio. 2020. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/musica/noticia/2020/01/12/chuva-desombrinhas-completa-vinte-anos-de-sucesso-no-carnaval-de-pernambuco-397084.php>. Acesso em: 1 jan. de 2025.

Trajatória das ideias preservacionistas no Brasil: As décadas de 1920 e 1930. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Iphan 1937-2017. Rio de Janeiro: Governo Federal, N° 35. Ano 2017, p.14-31.

UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. 2003.

VAN OERS, R. *Dutch Town Planning Overseas during VOC and WIC rule (1600-1800)*. Zutphen: Walburg Press, 2000.

Victor Silva, Lucas; Muniz de Albuquerque Júnior, Durval. *O carnaval na cadência dos sentidos: uma história sobre as representações das folias do Recife entre 1910 e 1940*. 2009. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, N. M. *Gestão de Sítios Históricos: A transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, N. M.; LIRA, F. Há algo a temer na “Teoria da Restauração” de Brandi? O mito paralisante do medo. *Paranoá, [S. l.]*, v. 13, n. 25, p. 83–93, 2020. DOI: 10.18830/issn.1679-0944.n25.2020.06. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/29287>. Acesso em: 03 mar. 2025.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. *Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo*. Recife: Editora UFPE, 2022. 338p.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda.; NASCIMENTO, J. Clewton. A cristalização da ‘eterna imagem do passado’ nas práticas preservacionistas dos sítios históricos brasileiros: perspectivas para a sua superação?. In: *II Encontro Nacional da ANPARQ- Teorias e Práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas*, 2012, Natal. *Anais do II ENANPARQ - Teorias e Práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas*. Natal: Editora da UFRN, 2012.

VILARINHO, J. C.; VIEIRA-DE-ARAÚJO, N. M. *A preservação do sítio histórico de Olinda: materialidade e imaterialidade nas relações entre o carnaval e o*

patrimônio edificado. Relatório PIBIC. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2021.

VILARINHO, Júlia Camarotti Barreto. País do carnaval: Um olhar através da indissociabilidade entre o festejo e os moradores do Sítio Histórico de Olinda. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

VIÑAS, Salvador Muñoz. Teoria contemporânea da restauração. Flávio Carsalade, tradução. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021. 215p.

ZANCHETI, Silvio. O Recife do século XVIII como cidade barroca. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.